

MUITAS VIDAS

O processo de elaboração da presente edição, por meios informatizados, compreendeu sua composição gráfica. O texto desta obra, para esta edição, guarda absoluta fidelidade à arte final fornecida pelo autor à editora, dispensado qualquer cotejamento.

HUGO MAZZILLI

MUITAS VIDAS

1998

Ficha catalográfica

Elaborada pela bibliotecária Ana Maria Moreno

M429m Mazzilli, Hugo, 1918-

Muitas vidas / Hugo Mazzilli. -- São Paulo : Editora Juarez de Oliveira, 1998.

304 p.

1. Autobiografia – História – Brasil 2. História de família – Caconde – São Paulo 3. Memórias – História de família – São Paulo 4. Memórias – História de família – Brasil 5. Ranieri Mazzilli – Câmara dos Deputados – Presidência 1964 I. Título.

CDU :

929.52(81)(092)

929.52(815.6)(092)

Índice para catálogo sistemático:

1. Autobiografia 82-94
2. Memórias : Brasil 82-94(81)
3. Histórias de Família 929.52
4. Histórias de Família : São Paulo 929.52(815.6)
5. Histórias de Família : Brasil 929.52(81)

Capa : Tomada parcial de imagem digitalizada e com retoques, de colagem de Gilberto Mazzilli sobre a cidade de Caconde (1964).

Duas palavras

Dedico o conteúdo desta publicação à minha saudosa e sempre querida esposa Maria Thereza e aos meus diletos filhos Hugo, Carlos Eduardo, Ana Cecília e Luiz Eugênio, ela e eles, razão de ser das mais expressivas passagens de minha vida.

Preâmbulo

Quando alguém se propõe esboçar uma autobiografia, em verdade está versando não apenas sobre fatos atinentes, de modo exclusivo, à sua própria vida, como também, de permeio, englobando acontecimentos que envolvem outras pessoas no contexto. Eis, assim, explicitada a razão de ser do título escolhido para esta narrativa, onde evoco algumas passagens que mereceram registro de minha parte, abrangendo situações diversas e outras personalidades.

Esta é uma despretensiosa pincelada autobiográfica, na qual inexistente a preocupação literária, tendo antes o propósito de recordar situações vivenciadas.

O Curso Primário

O início desta narração situa-se no ano de 1925, quando ingressei no então Grupo Escolar de Caconde (SP), hoje denominado Escola de Primeiro Grau Dr. Cândido Lobo, no qual realizei todo o curso primário. O curso tinha duração normal de quatro anos, mas, no meu caso, ao ser promovido para o 4º ano, por aconselhamento escolar e concordância de meu pai e não minha, repeti a matrícula no 3º ano. O motivo alegado foi a minha pouca idade para concluir o primário, o qual assim passou, para mim, a ter a duração de cinco anos.

Quando me revejo a freqüentar a Escola Primária, lembro-me de meu mau comportamento e da aversão que sentia por ela. Entretanto, sinto-me hoje mais tranqüilo, pois, ao ler trechos da biografia de Santo Agostinho, percebo que o notável Santo, em suas célebres *Confissões*, penitencia-se dessas mesmas falhas... Restam desvantagens para mim, porque não posso acrescentar nada, em meu período de vida posterior, pleno de virtude e santidade.

Lembro-me bem de minhas peraltices. Cheguei até a receber uma reprimenda, de uma feita, quando as classes dos alunos eram ainda separadas pelo sexo. Ao encerrar-se o período do recreio e após ser tocada a sineta para recomeço das aulas, tive de subir a escada de mais de vinte degraus, sozinho, para me colocar postado entre as filas das meninas, para “criar vergonha na cara”, no dizer do Diretor do Grupo Escolar, Prof. Francisco Coccaro.

Desnecessário dizer que eu não nutria a menor simpatia por ele, prometendo-me um desforço à altura, ao me tornar adulto... Felizmente, com o passar do tempo, cheguei a ter muito bom relacionamento com o Diretor, que, de resto, era meu parente e pessoa de grande valor intelectual.

Durante esta fase de minha infância, também não posso me esquecer da predileção em criar pombas, em número apreciável de exemplares, com muita variedade nas cores. Todavia, não contava com pombais e sim pequenas casinhas no solo, pois todas as aves tinham uma das asas cortada, para evitar que pudessem voar para as vizinhanças, de onde não mais voltariam e teriam como destino a panela...

Havia, porém, uma exceção. Um filhote já bem emplumado, de cor preta, fora vítima de um acidente: atin-

gido por um pedaço de tijolo, sofrera fratura da perna direita. Já com um discreto pendor vocacional, fiz uma tala para imobilizar o membro lesado, e o calo ósseo foi formado.

Como a redução da fratura não foi lá muito bem executada, resultou como seqüela o andar claudicante, e por isto, o *Pretinho*, como fora apelidado, adquiriu o direito de conservar ambas as asas, sem que fossem cortadas, e, com freqüência, pousava em meu ombro.

Dos colegas de curso primário, ainda guardo grata recordação de muitos, nos brinquedos de recreio escolar e de rua, ou ainda na caçada de passarinhos, pois, naquela época, infelizmente não tínhamos a consciência ecológica que se tem hoje.

Gostávamos também de praticar tiro ao alvo, com garruchinhas de chumbo, extremamente perigosas, as quais eram feitas com muito esmero pelo companheiro de nome Bernardo, nosso fiel armeiro, o qual tornou-se, quando adulto, exímio pintor de residências.

Não posso omitir a citação nominal de alguns desses bons amigos de infância, entre os quais Alberto Pellegrini, ex-pracinha da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que participou de toda campanha na Itália e que ainda hoje trabalha no estabelecimento comercial de seu filho. De Armando Mathias, competente cirurgião-dentista. De José de Oliveira Alves, apelidado Zezinho, inseparável parceiro no jogo de truco, posteriormente tabelião de Caconde. De José Alves Moreira — o Ziquinho —, o qual fez carreira no funcionalismo público estadual. E tantos outros que representaram figuras importantes em minha vida.

Fato ocorrido em minha infância e de penosa recordação consistiu num acidente de que fui vítima. Durante

a celebração das festas religiosas de Nossa Senhora Aparecida e São Roque, os festeiros instituíam área de lazer com as célebres barraquinhas de jogos, serviços de restaurante e os concorridos leilões de prendas, onde predominavam os cartuchos de doces e o indefectível pau-de-sebo.

O pau-de-sebo era um tronco de árvore, retilíneo — geralmente de eucalipto —, com comprimento aproximado de cinco metros. Destituído da casca e untado com sebo, tornava-se extremamente escorregadio. Em sua ponta, era colocado um envelope com uma quantia de dinheiro que representava o prêmio ao candidato que conseguisse subir até o topo.

Postara-me eu embaixo do pau-de-sebo, assim como numerosas outras pessoas, a observar as tentativas de subida. Desta vez, além do envelope com o prêmio, alguém teve a infeliz idéia de colocar também uma garrafa de licor no cume do mastro. Certamente por má fixação do tronco, algumas oscilações determinaram a quebra da pequena peça de madeira que sustentava a garrafa. Esta caiu diretamente em minha cabeça, estilhaçando-se. Fiquei desacordado por alguns minutos. Fui carregado para minha casa, já com enorme hematoma da hemiface esquerda e pálpebras. Depois de alguns dias, já podendo abrir o olho esquerdo, notava-se a presença de extenso derrame sanguíneo subconjuntival. Meu sofrimento foi válido, pois a partir do sucedido, os festejos aboliram o pau-de-sebo!

O Ginásio

Concluído o curso primário, fui prestar o exame de admissão, viajando para Muzambinho (MG).

Era minha pretensão matricular-me no Ginásio Municipal, sucessor do “Liceu Municipal de Muzambinho”, o que se tornou realidade, em face do bom desempenho que tive nas provas realizadas.

Aqui devo citar duas pessoas, às quais credito grande parte do êxito alcançado: a Professora Celisa Teixeira Nigro, que ministrou as aulas do 4º ano letivo, com padrão de excepcional eficiência, e meu irmão Ranieri, que me assessorou na recapitulação final.

O Ginásio de Muzambinho era um tradicional estabelecimento de ensino, sob a direção competente e de inextinguível expressão do Professor Salathiel de Almeida, que conseguiu granjear a admiração e o reconhecimento de quantos, durante décadas, ouviram seus princípios básicos do conhecimento.

Muzambinho era então cognominada a “Atenas Brasileira”, e, num raio de muitos quilômetros, não havia cidade mineira ou paulista que contasse com estabelecimento de ensino de segundo grau.

Na viagem para Muzambinho, meu saudoso e querido pai me levou em nosso valente forcinho 1929, dirigido por meu dileto irmão Mário, através das precárias estradas municipais da época, que mais se assemelhavam a caminhos carroçáveis. Pouco mais de vinte quilômetros a serem vencidos, e o tempo despendido superava uma hora!

Não posso me olvidar da primeira prova escrita de Latim, matéria que era ministrada do primeiro ao quinto ano ginásial pelo culto professor Correia Pinto, apelidado *Boulangier*, e que, de antemão, a todos apavorava. Por isso, as colas eram preparadas com muito esmero e numa repetição tão programada que, na verdade, se constituíam verdadeiro estudo da *lingua mater*...

Eis que, após o sorteio do ponto e logo escritas no quadro negro quais as declinações solicitadas e o texto a ser traduzido, minha primeira e inexperiente ação foi colocar a cola dentro da folha dupla de papel almaço.

Não tive o ensejo de consultá-la, pois que um dos suspicazes vigilantes, apelidado *Milhão*, tomou assento a meu lado, na mesma carteira de duplo lugar. Seu propósito

era descobrir a modalidade que estaria eu usando para fraudar a execução da prova.

Por mais de uma vez disse-me ele que eu estava colando, embora minha afirmativa fosse contrária.

À medida em que a folha inicial estava sendo preenchida, mais e mais aumentava minha angústia, até que o astuto fiscal determinou que fosse virada a folha. Feito isto, o resultado foi logo alcançado com a apreensão da prova e a subsequente aplicação da nota zero, o que serviu de ótima lição para toda minha vida, em qualquer grau ou matéria.

Permaneci no ginásio de Muzambinho, como aluno interno, até ser concluído o 3º ano ginásial. É de se referir que o padrão de ensino, com raras exceções, se caracterizava pelo elevado nível dos mestres.

O regime de internato deixou recordações indeléveis, tais sejam, por exemplo, a disputa para se conseguir no banho matinal a utilização do 9º chuveiro, o único a jorrar com certa abundância. Nos demais, a água, que não dispunha de calefação, era escassa, e como estávamos em altitude de cerca de mil metros, bem se pode avaliar o desconforto que enfrentávamos habitualmente, potencializado durante o inverno.

Também cabe um lembrete, envolvendo a figura amável de Dona Maria (apenas sabíamos o prenome), nossa fornecedora de guloseimas, tão apreciadas por todos e degustadas durante o recreio, sempre consumidas com pagamento a prazo, acertado rigorosamente no sábado seguinte, quando recebíamos a bolsa semanal autorizada pelos pais dos alunos ou seus responsáveis.

Aos sábados e domingos, havia permissão de saída para lazer na cidade, e habitualmente usávamos parte do pe-

ríodo vespertino do sábado para a prática da natação num rio próximo da cidade, em local onde as águas eram parcialmente represadas, denominado *Poço do Pereira*, sendo de se referir que ninguém usava calção de banho!...

A lamentar, durante a permanência no internato, a má qualidade da alimentação servida, que permitia até formar-se uma expressiva coleção de pedrinhas não preciosas, separadas do prato de comida... Tinha eu o cuidado de acondicioná-las num saquinho e, por ocasião das férias, não me esquecia de levá-las para casa a fim de mostrá-las ao papai, como se estivesse a pedir o externato. Tudo isso era motivo de queixas freqüentes dos alunos, nunca acolhidas e até chegando a desencadear protestos e pequenas greves de fome, sempre sem conseqüências.

A mudança para a Capital

Entretanto, o ambiente reinante no colégio de Muzambinho, logo depois de terminada a Revolução Constitucionalista de 1932, bastante hostil para os alunos oriundos do Estado de São Paulo, foi fator decisivo na minha transferência para o Colégio São Luís, situado na Capital de São Paulo e dirigido pelos padres da Companhia de Jesus.

Foi-me possível acompanhar, sem dificuldades, o curso desenvolvido pelos jesuítas, em função da boa base adquirida.

As aulas eram ministradas no período da manhã e, assim, antes das 7:30 h, já deveríamos estar com a carteira

escolar carimbada, pois os atrasos eram rigorosamente apontados e influíam, de modo decisivo, na avaliação da nota mensal. Nisto me saía muito bem, tanto na pontualidade como na assiduidade.

Por curiosa coincidência, o horário de chegada às aulas era aquele em que o Conde Francisco Matarazzo, o fundador do verdadeiro império industrial das chamadas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM), caminhava pela calçada do colégio. Este era seu exercício matinal, pois partia de sua residência na esquina da Rua Pamplona com a Avenida Paulista e andava até a Rua da Consolação, sempre seguido por seu luxuoso carro *Cadillac* de placa nº 1, quando concluía seu passeio e passava a usar seu automóvel. Nossos relógios andavam sempre ajustados...

Encarei com bastante responsabilidade minhas novas obrigações escolares, e passei a conquistar notas altas. Obtive, inclusive, diversos cartões de prêmios em várias disciplinas, entre as quais, com maior freqüência, História Natural, Física, Química e Filosofia. Desta última matéria, pela qual tinha predileção, vale lembrar nosso mestre, Padre Cerdá. Era ele detentor de sólida cultura. Excelente didata da filosofia escolástica, costumava selecionar alguns poucos alunos para serem por ele argüidos sobre a lição do dia, sendo depois encarregados de examinar os próprios colegas, com a responsabilidade de dar-lhes as respectivas notas. Habitualmente, figurava eu entre os colegas assim selecionados.

Entre muitos de meus colegas da época, cito de memória os seguintes: Alberto Braga, Alexandre Marcondes Machado Neto, Alcyr de Toledo Leite, Carlos Ferreira Onofre, Celso de Azevedo, Celso Quadros de Arruda, Edgard Pilar

do Amaral, Edmundo Hartenstein, Gabriel de Freitas, Jaime Junqueira Drumond, José Lima Pedreira de Freitas, Luiz de Figueiredo Barreto, Luiz Roberto de Carvalho Vidigal, Marcelo Laurentino de Azevedo.

Nessa época, era Reitor do Colégio São Luís o Padre José Danti e Chefe de Disciplina, o Padre Aristides Greve, a quem se deveu, por longos anos, a publicação da *Revista Asia (Antica Societatis Iesus Alumni)*.

Foi paraninfo de nossa turma o Dr. Alexandre Marcondes Machado Filho, que depois veio a ser Ministro da Justiça no governo Getúlio Vargas.

Quando de minha transferência para São Paulo, por não haver internato no Colégio São Luís, passei a residir em excelente pensão, no bairro de Vila Buarque, mais precisamente na Rua Amaral Gurgel nº 28, onde o padrão de atendimento era de alto nível. Dona Candinha dos Santos, a proprietária da pensão, era pessoa extremamente zelosa e de uma exigência ímpar quanto ao nível alimentar e de higiene da casa. Seu marido, Euclides Gomes dos Santos, já aposentado de seu trabalho de caixeiro-viajante, desfrutava com dignidade seu ócio, sendo um excelente conversador e dono de pitorescas narrativas de fatos ocorridos durante sua vida.

Não posso omitir os votos feitos por Dona Candinha, visando ao meu bom desempenho no vestibular para o Colégio Universitário da Faculdade de Medicina. Falavam apenas seis meses para sua realização, quando ela foi ao Mosteiro da Luz, onde se acha sepultado Frei Antônio de Santana Galvão, e de lá me trouxe as milagrosas pílulas, constituídas de pedacinhos de papel com uma oração do próprio Frei. Em obediência aos preceitos seguidos, além

das orações, as pílulas deveriam ser colocadas diariamente em um copo, com pouca água, e deviam ser por mim ingeridas, até ser alcançada a graça.

Conforme notícia do Vaticano, no dia 25 de outubro de 1988, o Frei Galvão foi beatificado, tornando-se, assim, o primeiro brasileiro a receber o caminho da santidade.

Residi por mais de cinco anos na pensão da Rua Amaral Gurgel. Todavia, pelo estado de saúde de sua proprietária, que a obrigava ao repouso e a levou subseqüentemente à venda da pensão, passei um lapso de tempo não desprezível, durante o qual fiz verdadeira peregrinação, sempre no bairro de Vila Buarque, em busca de igual padrão.

Entretanto, só depois de dois anos, quando passei a morar na Rua Hadock Lobo, 586, nas vizinhanças da Av. Paulista, readquiri as condições anteriores.

Tive como companheiro de nova residência Carlos Sacramento, também acadêmico de Medicina, que cursava a mesma Faculdade, embora com defasagem de menos dois anos em relação a mim. Tornou-se ele um grande e precioso amigo. Muito desfrutei com a alegria de seu convívio, embora hoje a distância de nossos domicílios, em cidades diversas, dificulte encontros mais freqüentes.

Não se tratava de pensão a nova moradia mas da casa de *seu* Armênio e respectiva família, todos portugueses, que, passando por dificuldades econômicas, admitiram-nos como seus hóspedes, indicados que fôramos por amigos comuns.

Ficamos residindo na Rua Hadock Lobo durante dois anos, quando desfrutamos de excelentes condições de acomodação e de alimentação. Cabe ainda referir que a casa

era dotada de um piano alemão de famosa marca, no qual Sacramento, com grande freqüência e para meu deleite, executava belas músicas, com o desempenho de virtuoso pianista.

Sacramento tornou-se meu amigo, por intermédio do Dr. Julien Albert Fouque, gerente da *Sucrierie bresilienne* de Porto Feliz (SP), importante usina de açúcar.

O Dr. Fouque passou a ser não só meu grande amigo como também nosso grande anfitrião, incluindo meus colegas e amigos Hungria, que veio a ser seu genro, Julio e Piazza.

Carlos Sacramento é natural de Porto Feliz, onde residia sua família. Seu pai, Dr. José Sacramento, foi médico de notáveis predicados, e, na época, exercia a clínica geral, com excepcional capacidade.

Nos meus dois últimos anos de curso médico, Carlos Sacramento e eu nos mudamos novamente, passando a morar na Praça Benedito Calixto, n. 35, que já era residência do colega e amigo Ruy Piazza.

Era, nessa ocasião, São Paulo uma cidade de aproximadamente 1.200.000 habitantes, com as vias públicas iluminadas a gás, presente a célebre garoa que, invariavelmente, caía no início da noite, e a temperatura dominante era mais amena. O trânsito era tranqüilo e os bondes abertos e camarões (bondes fechados), além dos ônibus em número suficiente, nos quais somente era permitido viajar-se sentado, asseguravam um transporte coletivo satisfatório, muito diferente do caos que atualmente reina na grande megalópolis em que se transformou nossa cidade.

Referindo-me aos bondes, chamavam-me a atenção, nitidamente, certos avisos e reclames neles afixados, tais sejam: *Prevenir acidentes é dever de todos* ou *Mais vale perder um minuto na vida do que a vida num minuto*, ou ainda da propaganda *Veja ilustre passageiro, o belo tipo faceiro, que tem a seu lado, e no entanto acredite, quase morreu de bronquite, salvou-o o Rum Creosotado*.

A respeito da utilização dos bondes, muitos passageiros mais jovens eram peritos em descer antes de ser atingido o ponto de parada, ou tomá-los, sem que tivessem já estacionado, o que exigia extremo equilíbrio e destreza. Fazia-se então referência jocosa àquele que se estatelava no solo quando, ao tentar a manobra, era mal sucedido e poderia dizer: “cada um desce do bonde como lhe apetece!”.

Por sua vez, o Rio Tietê apresentava-se como um curso fluvial de águas límpidas, bastando dizer que os dois clubes existentes à sua margem — o Espéria e o Tietê — usavam-no como piscinas, fazendo pequeno desvio do seu leito e formando uma espécie de grande cocho, protegido por tábuas, sem qualquer tratamento aquático.

Fui sócio do Espéria durante vários anos e meu esporte preferido era o remo praticado em catraia. Subia o rio até o ponto denominado *Coroa*, sempre em horário matutino, compatível com os trabalhos escolares.

Havia disputas de equipes de remo, de alto padrão, e movimentavam público numeroso, interessado nos belos espetáculos.

Não pode o rio de então ser comparado com o atual Tietê, extremamente poluído, infelizmente transformado em verdadeiro esgoto a céu aberto.

Naquela época, vivia-se tranqüilamente na Capital paulista. Não havia violência nas vias públicas e o índice de criminalidade era muito baixo.

Habitualmente, aos sábados, meus colegas e eu freqüentávamos uma das célebres choperias situadas no centro — a *Cidade de München* ou o *Franciscano* —, onde permanecíamos por muito tempo, ouvindo boa música, com excelente conjunto, e sorvendo, com moderação, o chope bem gelado, enquanto nos divertíamos jogando *poker* com dados.

Freqüentemente, ao regressar para casa, já os bondes estavam fora de circulação, pois que o horário de funcionamento cessava à meia noite. Não restava outra alternativa senão a de fazer o percurso de volta a pé, passando pelo antigo Viaduto do Chá, depois pela Praça Ramos de Azevedo, Rua Barão de Itapetininga, Praça da República, Rua Marquês de Itu e, por último, a Rua Amaral Gurgel, local da pensão. Percorriamos alguns quilômetros. Mas tudo isto não apresentava nenhuma dificuldade, apesar da iluminação a gás ser algo precária, pois inexistiam assaltos aos transeuntes, e, assim, o caminhar convertia-se em agradável passeio.

As pessoas saíam normalmente de suas residências sem que existisse a fobia hoje dominante. Eram habituais os programas sociais e de cinema, durante o período noturno.

A população, de modo geral, apresentava-se bem vestida. Usavam as mulheres chapéu e luvas, e os homens, gravata e chapéu, num convívio respeitoso, contrastando com os dias atuais.

A *Confeitaria Vienense*, localizada na Rua Barão de Itapetininga, era elegantemente freqüentada quando do

Chá das cinco horas, com música ao vivo, o mesmo ocorrendo com o *Bar Viaduto*, da Rua Direita.

É sabido que a cidade de São Paulo sempre foi dotada de excepcionais restaurantes e casas especializadas em comidas típicas, mas, por sua originalidade, merece especial citação a então *Cantina do Capuano*, localizada na Rua Major Diogo, no Bairro do Bexiga. Ocupava o subsolo da residência de seu dono, e o seu acesso era por uma estreita escada metálica em caracol. Somente funcionava para servir o jantar, que tinha início às 20 horas, em um único turno, sendo indispensável a reserva prévia.

A cozinha ocupava o mesmo salão onde se achavam as mesas de refeição, que eram revestidas de papel adequado em vez de toalha. Curiosamente, o vinho tinto não era italiano e sim iugoslavo, apesar da nacionalidade de seu dono.

Também era inútil indagar acerca do cardápio a ser servido, pois que a resposta de Capuano era sempre a mesma: *Espera e verá...*

O custo do jantar era relativamente elevado, mas amplamente compensado.

Cabe uma menção em geral aos mestres que tive durante os dois últimos anos ginasiais, quando o secundário compreendia a duração de cinco anos. É suficiente referir que alguns de meus colegas conseguiram êxito nos exames vestibulares, sem freqüentar qualquer curso preparatório, mesmo para a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), a qual era meu objetivo.

O Colégio Universitário

Preferi, todavia, matricular-me no Curso do Prof. Benedito de Paula Santos, mestre experiente e pessoa dotada de qualidades invulgares, que exercia como especialidade, na área médica, a oftalmologia. Essa precaução visava a afastar o risco de insucesso no vestibular, verdadeiro espantelho, em face da desproporção já existente entre o número de candidatos e aquele de vagas.

Tinha o Prof. Paula Santos uma tradição de vários anos de ensino, com resultados muito expressivos e alto índice de aprovação. A duração do curso era de um ano. Após obter a aquiescência de papai, dado que isto implicaria gastos adicionais expressivos, fiz minha matrícula.

Foi-me possível reciclar toda a matéria ministrada com competência. As provas realizavam-se semanalmente e eram analisadas com rigor. O preparo obtido permitiu-me alcançar um resultado muito auspicioso. Enfrentei com êxito o vestibular em 1936, e assim ingressei na primeira série do Colégio Universitário, em anexo à Faculdade de Medicina da USP.

Acredito que o exame de admissão ao Colégio tenha sido, talvez, minha mais árdua tarefa estudantil. Constavam como matérias de prova a Física, a Química e a História Natural.

Em relação à Física, recordo-me do susto que passei ao ver afixada minha nota 4, e ainda me achava aturrido com uma das questões propostas, que constituía um verdadeiro quebra-cabeça.

Tratava-se de uma questão de Ótica. Questionava-se o comportamento de um fecho de luz, quando, incidindo num pedaço de vidro vermelho, dava por reflexão, num anteparo branco, duas imagens — vermelha e branca. Considerei tal afirmativa como errada e teci ampla argumentação. Ao final da prova, um dos examinadores perguntou-me como eu havia respondido à pergunta. Foi quando me aborreci ao saber que minha resposta estava equivocada.

Logo, entretanto, criei alma nova, ao ver que, na relação divulgada, minha nota passava a ser a segunda da lista. Como tive atuação muito favorável nas outras duas matérias, consegui aprovação em 15º lugar.

A relação dos aprovados, obedecendo a ordem de classificação, foi a seguinte:

1. — Waldemar Ferreira de Almeida; 2. — Josar de Carvalho Ribeiro da Silva; 3. — Saturnino Cintra Franco; 4. — José Soares Hungria Filho; 5. — Hamleto Santochi; 6. — Domingos Abrahão Lomonaco; 7. — Rodolfo Melardi; 8. — José Hamermesz; 9. — José Ribeiro Barbosa; 10. — Amaury Louzada Veloso Carneiro Rezende; 11. — Domingos Albano; 12. — Ennio Cosimo Damião Barbato; 13. — Giglio Pecoraro; 14. — Nicolau Mazza; 15. — Hugo Mazzilli; 16. — Matheus Marcondes Romeiro Neto; 17. — Horácio Martins Canelas; 18. — Francisco Montagna; 19. — Clovis Bülher Vieira; 20. — Oswaldo Mesa Campos; 21. — Arthur de Almeida; 22. — Manuel de Almeida; 23. — Henrique Cerquinho Sampaio Corrêa; 24. — Lúcio Penna de Carvalho Lima; 25. — Ruy Piazza; 26. — Tidu Nomiyama; 27. — Paulo Schmidt Goffi; 28. — Lincoln Pinto Vallada; 29. — Wilson de Souza Carvalho; 30. — Osmar Armando Ballista; 31. — Julio Croce; 32. — Rubens Parada de Oliveira; 33. — Mário Billerbeck; 34. — Antônio Delorenzo Netto; 35. — Merrame Adura; 36. — Diogo Pupo Nogueira; 37. — Fausto Capuano; 38. — Abrão Massad; 39. — Flávio Grechi; 40. — Antônio Varella Junqueira de Almeida; 41. — Romeu Cuocolo Sobrinho; 42. — Paulo Dumangin Santos; 43. — Luiz Geraldo de Carvalho; 44. — Manuel Mendes; 45. — Romeu Mazzari; 46. — Antônio Pereira de Almeida; 47. — Bernardo Blay; 48. — Sylvio de Vergueiro Forjaz; 49. — Rafael Giannella; 50. — Moacyr Erno Karman; 51. — Ary do Carmo Russo; 52. — Joaquim Coutinho Marques; 53. — Adolpho Júlio de Carvalho Pinto; 54. — Vicente de Carvalho Neto; 55. — Roberto Farina; 56. — José Severo Pereira de Almeida; 57. — Nelson Alfredo Garrafa; 58. — Benedicto Jorge Horo; 59. — Gil Soares Bairão; 60. — Vicente Cerulli; 61. — Dante Barone; 62. — Paulo Bonzoni Magnocavallo; 63. — Mário Taddeo; 64. — José Cassio de Macedo Soares Júnior;

65. — Abrão Nicolau Salum; 66. — Américo Prado Spinelli; 67. — Josedyl Camargo Lima; 68. — Roberto Saad; 69. — Romeu Bertelli; 70. — José Ferreira Noronha; 71. — Ourival Nascimbeni; 72. — Fábio de Mello Bonilha; 73. — Jorge Augusto Peixoto de Assumpção; 74. — Clementino Gouvêa; 75. — Armando Baulé; 76. — Lúcia de Oliveira Faria; 77. — Eurípedes Garcia; 78. — Dino Roberto Giorgetti; 79. — Oswaldo de Barros Aguiar; 80. — Wálter Augusto Hadler.

Enquanto cursávamos o 2º ano Pré-Médico, tivemos um problema complexo. Surgiu a idéia de ser construído um pavimento suplementar no edifício da Faculdade de Medicina, acrescentando-se mais um andar nos seus fundos. O objetivo seria nele instalar-se a recém-criada Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Os alunos da Filosofia, a título precário, já estavam utilizando algumas dependências de nosso prédio.

As obras para a referida ampliação já tinham sido iniciadas com a edificação da chamada *Torre da Filosofia*, representada por um alto andaime, dotado de uma roldana destinada a elevar o material necessário à execução dos trabalhos, acima do quarto andar.

Em assembléia geral dos alunos, ficou deliberado, por unanimidade, que referida construção fosse sustada, declarando-se greve geral dos estudantes até que fosse revogada a permissão para referida obra; deliberou-se, ainda, impedir a permanência dos alunos da Filosofia em qualquer dependência da Faculdade de Medicina. Os motivos determinantes dessa decisão consistiam em que, sobre não desejarmos dividir as instalações da Faculdade de Medicina com outra escola, não concordávamos com que fosse desfigurada a arquitetura do prédio.

Ato contínuo, começaram os preparativos para a derrubada da *Torre*, e por meio de grossas cordas amarradas em sua parte mais alta, com puxões ritmados, toda estrutura veio abaixo, com grave risco para muitos dos participantes, alguns dos quais tiveram suas pernas enroladas nas cordas de tração.

Foi assim encerrada a primeira fase da luta. Houve naturais desdobramentos políticos em razão dos fatos ocorridos, o que gerou desprestígio para os autores do projeto e trouxe, em consequência, a renúncia do diretor da Faculdade de Medicina, o Prof. João de Aguiar Pupo, o mesmo ocorrendo com o diretor da Faculdade de Filosofia, o Prof. Antonio de Almeida Prado.

Tal foi a repercussão dos acontecimentos, que o Chefe do Executivo paulista, o então Interventor Federal Fernando Costa, concedeu uma audiência aos alunos. Ele nos recebeu com muita deferência, no Palácio dos Campos Elíseos, antiga sede do Governo. Nessa reunião, ficou homologada a decisão de não ser construído o andar suplementar, sendo também transferidos de nosso edifício os estudantes da Filosofia.

Não podemos esquecer uma referência acerca do ambiente esportivo de que passamos a desfrutar com o ingresso no Pré-Médico, pois a Faculdade já dispunha de excelente infra-estrutura no gênero, dotada de magnífica piscina, de tamanho oficial, revestida de mármore, com trampolins e torre para saltos ornamentais, boa pista de corrida, campo de futebol gramado, ginásio para a prática de voleibol e basquete, etc.

O esporte era praticado em larga escala. Propiciava-se, assim, o surgimento de bons atletas, motivação bastante

para que passássemos a ter uma competição anual entre o Colégio Mackenzie e a Faculdade de Medicina, que se tornou a célebre *Mac-Med*. Tão difundida veio a ser a realização dessa disputa esportiva, que tinha ampla divulgação na mídia da época e provocava a formação de torcida até mesmo alheia às duas Escolas.

Nosso *Campus* esportivo era muito bem cuidado e contava com a presença de um dedicado e prestimoso zelador, de nacionalidade portuguesa, chamado Albino das Neves, criatura bastante querida de todos os estudantes, principalmente por sua personalidade especial.

Precedendo o início da *Mac-Med*, sempre era enviado ao Albino um comunicado de interdição de certas áreas esportivas, entre as quais a piscina, para a limpeza e melhor adequação das instalações.

De uma feita, após o envio do referido comunicado, seu autor, membro da Diretoria do Centro Acadêmico e encarregado do setor esportivo, procurou pessoalmente o Albino para informá-lo de que, em vista do adiamento da *Mac-Med*, seria levantada a interdição antes programada. Pois foi tarefa bastante demorada convencer o Albino, aliás sempre complicado e difícil em abrir mão de sua teimosia proverbial. No caso, ele se limitou a dizer: — “Não me incomodo com a nova ordem porque o que está escrito, está escrito, e é o que obedeço”.

Albino faleceu, tragicamente, em consequência de atropelamento, e tal era a estima de que desfrutava entre os estudantes, que lhe foi erigida uma estátua de bronze, em tamanho natural, como homenagem póstuma.

A Faculdade

Ao término do segundo ano do Pré-Médico, fomos novamente testados para enfrentar novo concurso de ingresso, agora para o próprio curso médico, quando concorreremos com cerca de 600 candidatos para o preenchimento de apenas 80 vagas.

Na verdade, quase todos aqueles que cursaram os dois anos do Pré-Médico conseguiram ingressar na chamada *Casa de Arnaldo*, denominação que traduzia merecida homenagem a um dos fundadores da Faculdade de Medicina, o Prof. Arnaldo Vieira de Carvalho, o qual, por sua vez, tornou-se seu primeiro diretor.

Deve ser citado o colega Sebastião de Almeida Prado Sampaio, o qual não cursou conosco o Pré-Médico, mas sim fez o chamado *pré-salada* e, ao prestar o vestibular para o 1º ano da Faculdade, obteve aprovação e passou a integrar nossa turma.

Sebastião Sampaio sempre foi muito bem relacionado com os colegas e dadas suas maneiras irrequietas, foi aquinhoado com o apelido de *Mosquito Elétrico*.

Eis-nos agora, acadêmicos de fato, aptos a enfrentar os seis anos curriculares para a obtenção do diploma de médicos. Nosso período de tempo era integral.

Do primeiro ao terceiro ano da Escola, os ensinamentos versaram sobre as chamadas matérias básicas, e compreendiam o estudo de Anatomia Descritiva, Anatomia Topográfica, Fisiologia, Farmacologia, Histologia, Embriologia, Parasitologia, Anatomia Patológica, entre outras cadeiras do currículo acadêmico. Todas essas matérias eram ministradas por professores de reconhecida competência, em aulas teóricas e práticas, num ritmo de excepcional exigência.

Apesar da inconveniência e dos riscos de citações pessoais, que podem levar a realçar o valor de alguns mestres em detrimento injusto de outros, o simples enunciado das disciplinas acima arroladas obriga-me a recordar e citar com reconhecimento certos nomes, como o de Renato Locchi, catedrático da cadeira de Anatomia Humana, discípulo de Alfonso Bovero e seu continuador, responsável direto por nossa excelente base de conhecimento desta matéria primordial no ensinamento médico; seu Assistente Odorico Machado de Souza, que entremeava sua capacidade didática com o cavalheirismo no trato, e era responsável pela Anato-

mia Topográfica; Carmo Lordy e seu extraordinário Assistente José Oria, aos quais se deve creditar o magnífico aprendizado de Histologia, fundamental no prosseguimento do curso; Ludgero da Cunha Motta, que, apesar de tímido, tanto nas provas escritas como principalmente nos exames práticos, contribuiu de forma inegável para o conhecimento de Anatomia Patológica; Walter Edgard Maffei, professor assistente desta mesma disciplina, dotado de diferenciada capacidade didática e a quem se deve grande parte dos conhecimentos por nós adquiridos nessa área.

Passei a compreender e valorizar o alto nível da base científica alcançada quando, a partir do quarto ano letivo, iniciei o estudo das várias cadeiras de clínicas nas Enfermarias da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, nosso hospital-escola. Nessa época, inexistia o Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP), o qual se achava ainda em fase de acabamento e só começou a funcionar em 1944. Assim, no estudo das diferentes situações de cada disciplina e dos casos concretos que nos eram apresentados, as dificuldades eram superadas graças aos sólidos conhecimentos adquiridos, o que facilitava, sobremaneira, o trabalho didático.

Não obstante a seriedade dos estudos e tarefas, também havia oportunidade para fatos pitorescos. Recordo-me de uma cena bastante hilariante ocorrida na 1ª Enfermaria de Homens, a qual sediava a 1ª Cadeira de Clínica Médica, do Prof. Antonio de Almeida Prado, que foi o início de nossa atividade no âmbito hospitalar.

Havia cerca de trinta leitos numerados. Sob cada cama, era colocado um colchão que passava a ter o mesmo número, com a adição da letra A, o que permitia, dessa for-

ma, duplicar o número de leitos. Já àquele tempo a carência hospitalar era uma realidade, atualmente em muito agravada, pois o que hoje ocorre com mais freqüência é a desativação de leitos hospitalares.

Numa das visitas diárias feitas aos pacientes, quando anotava na papeleta de evolução os dados pertinentes ao paciente (pois cada acadêmico era responsável por certo número de doentes), fui interrogado por um deles, de sobrenome Lombardi, sobre o significado da existência de *bactérias*, anotada em seu exame de urina.

Lombardi não pertencia ao meu grupo, e, depois de feita a pergunta e dada minha resposta, desde logo ele apontou sua preocupação e inconformismo com a explicação que lhe tinha sido dada por meu colega responsável por seu grupo. Disse-me Lombardi: —“ Doutor, (tratamento que muito nos desvanecia) não posso compreender a explicação que recebi sobre a presença de bateria em minha urina. O Doutor Julio, a quem perguntei o que é bateria, me disse que bateria é uma espécie de acumulador de eletricidade, usado em veículos como o automóvel, por exemplo, para dar a partida. Como que eu posso ter isso na urina, Doutor?”. A confusão entre os dois vocábulos foi desfeita e nosso amigo Lombardi tranqüilizou-se, pois estava angustiado com a idéia de ter que eliminar pela micção tal aparelhagem...

Posso, ainda, referir-me ao modo de se expressar do Prof. Celestino Bourroul, catedrático de Medicina Tropical, dotado de invulgar cultura geral e médica. Ao pronunciar qualquer frase, com grande freqüência usava a expressão: “*afinal de contas*”. Se houvesse palavra de muitas letras, dizia-se ironicamente que o recurso que ele usaria seria en-

tão fragmentá-la: em vez de “esquizofrenia”, diria *a esquizo afinal de contas frenia*.

Também a ele é atribuída a brincadeira de ter perdido o retrato de um aluno que não conseguia terminar o curso médico, por se sair sempre mal nos exames da cadeira de Medicina Tropical. Estranhando a solicitação, e talvez desvanecido, o estudante indagou do motivo do pedido, e obteve a seguinte resposta: — “Tendo você, *afinal de contas*, alcançado aprovação, seu retrato será afixado em minha cabeceira, pois poderá ocorrer que, ficando eu doente, precisando de um médico, e eventualmente, não podendo falar, apontarei para seu retrato...” E o estimado mestre faria com a mão o sinal de recusa...

Outro fato, este agora revestido de seriedade, que merece especial referência, aconteceu na 2ª cadeira de Clínica Cirúrgica, cujo catedrático era o extraordinário mestre Prof. Alípio Corrêa Neto.

Realizava ele uma operação de gastrectomia parcial, ou seja, um ato cirúrgico consistente na retirada de uma porção do estômago, em portador de úlcera gástrica. Estava o paciente sob anestesia raquidiana, quando sofreu uma parada respiratória e, a seguir, parada cardíaca. Nessa época, para se praticar a anestesia raquidiana, apenas existiam dois anestésicos: — Scurocaína e Percaína —, sendo este último o mais usado, porque de ação mais prolongada, embora com efeitos colaterais mais acentuados, pois envolvia riscos.

A respiração artificial e a massagem cardíaca, seguidas de injeção intracardíaca de adrenalina, foram insuficientes. Foi então que o Prof. Alípio não teve dúvida em abrir o diafragma e introduzir sua mão na cavidade torácica, para praticar massagem cardíaca direta. Antes de se comple-

tarem cinco minutos, a contar da parada cardíaca, os batimentos do coração recomeçaram.

O ato cirúrgico já estava bem adiantado, pouco restando para se completar a retirada da porção gástrica. Todavia, a grande decisão do insigne mestre foi logo adotada. Procedeu ao fechamento da parede abdominal, em um só plano, depois de suturado o diafragma com pontos separados, e protelou o reinício da operação para o dia imediato, porque não havia condições de continuar a cirurgia.

Correu célere a notícia do incidente cirúrgico. Dessa sorte, horas antes de ser retomada a operação, no dia subsequente, o local destinado aos alunos, na sala de demonstração, achava-se literalmente tomado.

O Prof. Alípio, com sua genial opção, entendeu que seria correto usar-se a anestesia local, que embora menos eficaz, seria a indicada, em face das complicações anteriormente enfrentadas pelo paciente. Com efeito, de um lado estava descartada a repetição da raquianestesia. De outro lado, também, seria inconveniente optar-se pela anestesia geral, porque, naquela época, era usado o balsôfórmio como anestésico geral, o qual, de extrema toxidez, era responsável pela freqüente hepatite, o que tornaria mais grave a evolução do pós-operatório.

Felizmente foi coroada de pleno êxito a cirurgia e o paciente restabeleceu-se dentro do prazo normal, sem apresentar qualquer seqüela ou anomalia, não obstante a tumultuada intervenção por ele sofrida, com as paradas respiratória e cardíaca mencionadas.

Cabe referir que durante a Segunda Grande Guerra, o Prof. Alípio esteve prestando serviços em hospi-

tais militares, com a maior competência e dedicação, e recebeu merecido reconhecimento das Nações Aliadas. Foi elevado a distinguido posto como Oficial Médico e recebeu várias condecorações que ora se encontram no Museu da Faculdade.

O Prof. Alípio fez jus, na plenitude, a todas as honorarias que lhe foram atribuídas, como mestre que conseguiu fazer escola. Basta referir entre aqueles que dele receberam o aprendizado cirúrgico, o Prof. Euryclides de Jesus Zerbini.

Os ensinamentos obtidos nas aulas ministradas pelo Dr. Zerbini foram de extraordinária valia, em virtude da excelente didática e do domínio que possuía sobre a matéria, o que justificava o grande número de alunos presentes em suas preleções.

Este privilegiado discípulo de Alípio Corrêa Neto tornou-se o maior cirurgião na área cardiológica brasileira e ocupou lugar de destaque mundial. Foi ele quem realizou em nosso País o primeiro transplante de coração. Permaneceu em atividade, mesmo em idade avançada, e deixou-nos exemplos admiráveis pela sua cultura, modéstia, capacidade de trabalho e vocação para transmitir o conhecimento.

O desenrolar do curso médico, agora compreendendo apenas cadeiras de clínicas, não obstante a enorme carga de trabalho para cumprir horários, comportou inúmeras situações de recompensa pelos ensinamentos recebidos. Entretanto, harmonizava-se com nossos pendores vocacionais. De qualquer forma, cada acadêmico, todavia, era obrigado a verdadeiros malabarismos para não perder a freqüência a determinados atos de maior interesse, como por exemplo a participação em equipes cirúrgicas.

A primeira vez que tomei parte em ato cirúrgico foi na qualidade de instrumentador. Cabe dizer que foi emocionante, pois tal fato trazia como conseqüência o início de minha atuação no campo operatório da 4ª. Enfermaria de Homens, serviço do notável mestre Prof. Benedito Montenegro, catedrático de Clínica Cirúrgica, um dos maiores cirurgiões da época e que deixou seguidores de projeção.

Foi nessa mesma Clínica Cirúrgica que me foi dada a oportunidade de praticar, como ato inaugural, uma apendicectomia, ou seja, a operação de retirada cirúrgica do apêndice cecal, em conseqüência de ser o paciente portador de apendicite. Não tive dúvida em mandar montar a peça anatômica, o que resultou num expressivo troféu que durante meus anos de clínica ornamentava a mesa de meu consultório.

Minha estréia como cirurgião ocorreu quando me achava já cursando o 6º ano da Faculdade. Contei com a prestimosa ajuda do Dr. Joaquim Garcia, experiente profissional e pessoa de excelente convívio. Pertencia ele ao grupo chefiado pelo Prof. Orlando de Souza Nazareth, ao qual éramos subordinados, e de quem recebemos as melhores lições de Clínica e Técnica Cirúrgicas, por se tratar de um expoente nas especialidades em apreço.

Era Nazareth dotado de rara inteligência e privilegiada cultura, sendo, ademais, consagrado mestre no manuseio do bisturi. Quando praticava uma intervenção cirúrgica, com a mais apurada técnica, transmitia, ao mesmo tempo, valiosos ensinamentos. Além disso, era pessoa de fino trato. Dele nos tornamos todos muito amigos e admiradores. Experimentamos uma enorme tristeza quando ocorreu sua morte prematura, por insidiosa moléstia.

É preciso reconhecer que, apesar do alto nível de preparo do corpo docente de nossa Faculdade de Medicina, galardoada que fora pela Associação Médica Americana com o grau A — a mais alta distinção, também conferida à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, igualmente pertencente à Universidade de São Paulo (USP) —, não faltaram alguns poucos professores ranzinzas e até de duvidosa capacidade didática.

Todavia, num balanço criterioso e bem objetivo, sem sombra de dúvida, pode-se afirmar que nossa formação médica foi coroada de pleno êxito, assegurando-nos condições de iniciar o exercício profissional, numa época em que inexistia a complementação curricular da residência médica.

O CPOR

Durante o ano de 1940 e 1º semestre de 1941, meu colega José Soares Hungria Filho e eu matriculamos no CPOR (Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva), na Arma de Cavalaria, não obstante já fôssemos reservistas de 2ª Categoria. Não se tratava, pois, de serviço militar obrigatório, mas apenas estávamos movidos pelo gosto da equitação. Concluído que fosse referido curso, receberíamos a patente de 2º tenente da reserva.

Tínhamos como ponto de apoio para nossos exercícios semanais de equitação o 4º Esquadrão de Cavalaria, sediado na Rua Manuel da Nóbrega, onde havia um grande picadeiro. Era um local bem adequado para os treinamentos.

Recordo-me das difíceis manobras do chamado *terra-cavalo*. Consistia este exercício em saltar-se ao chão e retornar-se à sela, com o cavalo em pleno galope. Eram freqüentes as quedas que implicavam pequenas multas, para estímulo entre os colegas que seriam premiados pelo menor número de insucessos.

Quando os treinamentos eram praticados fora do quartel, então a formação era completa, ou seja, os alunos pertencentes aos três anos do curso participavam conjuntamente. Um dos locais habitualmente utilizados era onde hoje se encontra o belo hipódromo do Jockey Clube de Cidade Jardim. Na época, o local era coberto por vegetação tipo capoeira; não havia nenhum prédio construído e o terreno era cortado por trilhos e caminhos incipientes.

Num exercício conjunto, certa feita, quando estávamos sendo comandados pelo Capitão Pianchão de Carvalho, coincidiu que um avião de passageiros, já em operação de aterrissagem em direção ao aeroporto de Congonhas, sobrevoasse nossa tropa. O comandante simulou que estaríamos sofrendo um ataque aéreo e determinou então uma dispersão a galope.

Não tive dúvidas em esporear meu cavalo para iniciar a corrida. Ocorre que, sem que eu soubesse, estava cavalgando um animal que, além de feroso, apresentava o vício de tomar o freio nos dentes. Isto equivale dizer que, nessas circunstâncias, o cavalo fica livre do domínio do freio; este não mais apresenta o movimento de báscula e deixa de tocar o céu da boca do animal quando tracionadas as rédeas. Assim, o cavaleiro perde seu domínio.

Com o galope descontrolado de meu cavalo, houve uma dispersão completa e desordenada de toda a tropa.

Pois o resultado não tardou a acontecer, principalmente porque no terreno havia muitas escavações para instalação da rede de esgotos, o que obrigava os cavalos a transpô-las aos saltos, com um número bastante elevado de quedas, felizmente sem conseqüências a lamentar. Mas o susto foi grande e não menor a reprimenda que sofri do Capitão Pianchão!

As aulas teóricas da Arma de Cavalaria eram ministradas em edifício localizado na Avenida Tiradentes, onde nos deveríamos apresentar, no período da manhã, antes das seis horas. Necessitava eu servir-me de dois bondes para ter acesso ao quartel.

Os ensinamentos eram bastante diversificados. Compreendiam os princípios fundamentais de balística, táticas de operações militares e estudo das diversas armas, entre as quais o tradicional mosquetão, similar ao fuzil da infantaria, a metralhadora pesada, o fuzil-metralhadora, além das armas da artilharia. A hipologia, por versar sobre a peça básica representada pelo cavalo, era matéria de grande expressão. Também a topografia era objeto de estudo mais detalhado, para adequado conhecimento do terreno onde eventualmente viesse a ocorrer um combate.

Como complemento às aulas teóricas, os exercícios de ordem unida eram praticados nas ruas circunvizinhas.

Entretanto, quando iniciamos a freqüência matinal às Enfermarias da Santa Casa, chegamos à conclusão da inconveniência ou até mesmo impossibilidade de continuarmos no CPOR, pela incompatibilidade de horários. Assim, trancamos nossas matrículas.

A inclusão de novos colegas na Faculdade

Em 1941, o então Interventor Federal do Estado de São Paulo, Adhemar Pereira de Barros, aumentou o número de vagas da Faculdade, e, em consequência, recebemos os seguintes transferidos: Aloysio Geraldo Ferreira de Camargo, Carmen Ferreira Kuchenbuch, Décio de Arruda Mello, Demerval Novaes de Oliveira, Dieter Koch-Weser, Gino G. Archangelo Sarti, José Alves Brandão, Mário Augusto Isaías, Mário Raphael Buzzoni, Nicolau Salim Assali, Paulo Roberto Cardoso Rebocho, Renério Fráguas, Salvador C. de Almeida Moraes, Stanislau Krynski, Sylvio da Silva Maciel, Wilson Fry e Wilson Galvão de França.

O Prêmio Zerrener

Durante o ano letivo de 1942, cursando já o 5º ano da Escola, recebi um chamado para apresentar-me à Secretaria. Qual não foi minha surpresa ao saber do que se tratava! É que me fora destinado o prêmio Zerrener, reservado ao aluno de melhor nota no conjunto de disciplinas.

O prêmio instituído pela *Fundação Antônio e Helena Zerrener* constava de um crédito de discreto valor a ser gasto na *Livraria Martins*, localizada na Rua 15 de Novembro. Levei a bom termo os gastos cabíveis, com alegria.

Como na época não me fosse concedido certificado algum, cerca de vinte anos após pretendi obtê-lo, mas isto não foi conseguido por falta de registro de documentação.

A política acadêmica

Um fato que merece ser lembrado, relativamente à política acadêmica, está relacionado com o ineditismo de não ter sido eleito para a presidência do *Centro Acadêmico Osvaldo Cruz* o candidato de nossa turma, José Cassio de Macedo Soares Júnior, o qual primava, entretanto, por suas qualidades pessoais.

Havia em nossa turma, como de regra em todas, pequenos grupos de colegas que conservavam um entrosamento mais constante. No meu caso, formávamos um quarteto — Hungria, Julio, Piazza e eu —, que éramos inseparáveis, tanto na Faculdade como em programas sociais. Tínhamos até o hábito de nos localizar por meio de assobios.

Outra turma era formada por Cassio, Varela, Nascimbeni, Diogo e Lúcio, amigos de fino trato, que gozavam de excelente conceito geral entre os demais colegas, a ponto de ter sido aventada a candidatura de Cassio à presidência do Centro Acadêmico.

Todavia, o grupo liderado pelo Romeiro, Amirabile, Sampaio, Ballista e Dino, divergiu da indicação de Cassio, e articulou outra candidatura, de colega pertencente à turma do 5º. Ano, o qual se elegeu.

Assim, ficamos sem ocupar a chefia do órgão estudantil, em virtude da dissidência referida. Isto favoreceu a turma de 1942, que deu dois presidentes, enquanto a nossa não deu algum. Isso não chegara a acontecer com nenhuma turma anterior à nossa.

Entrementes, conseguimos eleger dois candidatos de nossa chapa, já que havia plena liberdade de sua composição. Assim, o 1º orador Ruy Escorel Ferreira Santos e eu, como 2º orador, passamos a integrar a Diretoria do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz.

Férias em Caconde

Foi em Caconde que meus colegas José Soares Hungria Filho, Julio Croce e Ruy Piazza, meus melhores, inseparáveis e diletos amigos, passaram as últimas férias acadêmicas, mais especificamente em nossa Fazenda denominada *Serrinha da Conceição*. Tratava-se de boa gleba de excelente padrão de cultura, dotada de proporcional reserva florestal nativa, cuja principal atividade agrícola era a cafeicultura. A casa sede era razoável. Embora não dispusesse de eletricidade, era iluminada pelo tradicional lampião de querosene. Apesar de suas limitações, permitia, não obstante, um descanso benfazejo.

As distrações diárias, com predomínio das cavalgadas e pescarias de açude, também se completavam com os exercícios de tiro ao alvo, com exuberante munição e boas armas de diferente calibre.

Logo ao chegarmos à fazenda, no primeiro passeio a cavalo, nosso colega Piazza, que montava pela primeira vez, deu tal impulso para galgar a sela, que caiu do lado oposto, sem experimentar qualquer ferimento, o que serviu para boas gargalhadas... Menor não foi a gozação havida no dia seguinte, quando Piazza nos procurou assustado, para informar que avistara um tremendo bicho, de grandes proporções. Reclamou até a posse de uma arma de fogo para atirar no bicho. Tratava-se, simplesmente, de uma grande porca; para ele, caipira de cidade, animal desconhecido...

Praticávamos, diariamente, boas caminhadas, inclusive, por uma vez, no percurso de ida e volta da fazenda até a cidade, cumprimos 18 quilômetros. Não será preciso enfatizar que tais exercícios em nossa idade eram poderosos fatores para aguçar o apetite e bem estimular degustássemos a saborosa comida caseira. Minha irmã Anita, de personalidade invulgar, dotada de gênio alegre e extremamente zelosa, com sua presença permanente durante nossas férias, foi responsável direta pelo êxito obtido.

Não pode ser olvidada a citação de um personagem muito especial de nome Vitorio Pires, que se encontrava na fazenda. Era um alegre italiano que abasileirara seu sobrenome *Pira*. Conhecido vulgarmente como Nhô Vitorio, orgulhava-se em contar estórias que encontravam similitude com as de Nhô Bentinho — protótipo cacondense de mentiroso —, porque também rendiam culto à mitomania.

Com freqüência, exercia ele sua profissão de pedreiro, apesar de também ser sitiante. Ora construía alguma casa na colônia, ora ampliava o terreiro de café ou fazia pequenos reparos.

Hungria que já era conhecedor da personalidade de Nhô Vitorio, logo ao ser apresentado ao mesmo, assim começou um diálogo:

— Nhô Vitorio, o senhor se lembra de muitas coisas da Itália?

— Sim, porque quando vim para o Brasil já contava com mais de catorze anos.

— Então gostaria de lhe perguntar se há em seu País pontes sobre rios, que sejam de grandes extensões, como é o caso dos Estados Unidos da América, onde, num dos principais rios, há uma ponte metálica de um quilômetro e meio.

— Não é nenhuma vantagem porque na Itália existe uma sobre o Rio Pó, de mais de dois quilômetros.

— Esclareço, todavia, que a ponte americana tem a dimensão indicada quanto à largura, porque de comprimento ela ultrapassa cinco quilômetros.

— Continua em desvantagem, porque a ponte italiana tem dois quilômetros só de largura... mas seu comprimento é superior a oito quilômetros!

Alguns anos depois, tive o prazer de receber o colega Hungria, de passagem por Caconde, vindo de Poços de Caldas (MG), acompanhado de seus pais. Ao voltarmos do passeio feito à cachoeira do Rio Pardo, local de visitaçao obrigatória pela beleza ímpar da paisagem, tivemos de en-

frentar pequeno problema, em trecho bastante íngreme da estrada, muito escorregadio, com lama abundante, de tal sorte que nossos dois carros ficaram retidos por breve período de tempo.

Eis que, poucos minutos após nossa parada, Nhô Vitorio se aproximou de nós em sua charrete, subindo galhardamente a estrada. Ao divisar-nos, parou para nos dirigir alegre cumprimento.

Do ponto em que estávamos, descortinava-se belo panorama, dominado principalmente pela várzea do Rio Bom Jesus, afluente do Pardo, que transbordava por causa da estação chuvosa e assim alagava grande área circunvizinha. Também se avistava, com nitidez, a casa de Nhô Vitorio, que ocupava uma elevação do terreno, embora estivesse quase toda circundada pelas águas.

Então surgiu boa oportunidade para que Nhô Vitorio se referisse à “grande” enchente de alguns anos anteriores, quando as águas ultrapassaram os alicerces de sua casa. Depois de iniciada a estiagem, a inundação baixara de nível mas, para abrir a porta da cozinha, fora necessário rapar com enxada os peixes, tal sua quantidade, na discreta descrição de Nhô Vitorio. O pai de Hungria não deixou de apreciar a imaginosa narrativa, com um singelo comentário: — “Sem dúvida, sua enchente foi bastante grande Nhô Vitorio”!...

Para completar a participação de Nhô Vitorio, contarei outro episódio, sobre quando ele estava iniciando a construção de um barracão para depósito de adubo. Apenas havia assentado cerca de seis fileiras de tijolos na edificação de um pilar de tijolo e meio, sem interromper o trabalho, e eu já percebera claramente a falta de prumo.

Questionado o problema, o mestre pedreiro não concordou com a anomalia apontada e foi com constrangimento que tomou do fio de prumo para a contraprova. Dada a evidência da inclinação do pilar, encontrou ele rápida explicação para o ocorrido: — “Então mexeram aqui...” E assim aprendemos uma boa e jocosa lição, e quando alguma coisa não está como deveria, apelamos para o recurso de Nhô Vitorio: — “Então mexeram aqui”...

Mais alguns fatos pitorescos

Aproveitando o ensejo oferecido pelas narrativas ligadas a Nhô Vitorio, relatarei aqui algumas historietas, frutos do gênio alegre e brincalhão de meu primo Waldomiro Liuzzi, o qual, muito observador e inteligente, se valia, com espírito crítico, de todas as oportunidades que surgiam.

A primeira delas, segundo contava-se, fora protagonizada por dois de meus tios —Antonio e José, irmãos de meu pai, ambos italianos e comerciantes; o primeiro também era fazendeiro e possuidor de pequena área de pastagem, próxima da cidade.

Tio José havia adquirido um cavalo de ciganos que se achavam acampados nos arredores da cidade. Autorizado pelo irmão, o tio Antônio, mandou levar o animal para o pasto deste último. Tio José tinha combinado mostrar o cavalo ao irmão na manhã seguinte, antecipando tratar-se de um belo e raro corcel tordilho.

Durante a noite, entretanto, chovera copiosamente, e assim houve um atraso proposital na visita, para propiciar melhor condição de trânsito na estrada.

Ao chegarem ao pasto, logo se avistou um único velho e trôpego cavalo branco. Meu tio José, muito contrafeito, percebendo a cilada em que havia caído, embaído que fora pelos sagazes ciganos, assim começou o diálogo, num dialeto misto de montemurrês: — “Antò, è quisto il cavado mio”. — “Ma Giuseppe, tu m’hai detto che il cavado era tordino; allora, è quisto il cavado tuo?” Na verdade, o cigano, com carvão, tinha transformado o cavalo branco em tordilho, e a chuva tinha desfeito o serviço...

Isto deu lugar a uma brincadeira que muito aborrecia tio José, toda vez que surgia a indagação: — “È quisto lo cavado mio?”

A segunda historieta ocorreu ao serem procedidos os levantamentos topográficos, quando do estudo dos limites divisórios entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo, na região do Município de Caconde. Estava sendo revisto o Laudo Villeroy, que tivera vigência até 1936 e fixava tal linha demarcatória, e sua alteração implicaria a pesquisa de pontos de referência. Pela Comissão de Arbitragem, foi procurado um proprietário rural, vizinho à posição do marco geodésico, que deveria existir no local, para localizar-se referida pedra de demarcação. Encontrado o velho sitiante, morador

das cercanias, foi-lhe indagado sobre se sabia onde estaria o “marco geodésico”, ao que respondeu: — “Não será um espanhol que comprou umas terras lá na Serrinha?”...

A terceira historieta envolve personagem de prenome Adelino, o qual era muito estimado na cidade e tinha como característica de sua personalidade ser extremamente prolixo.

Na ocasião, a Comarca de Caconde contava com número reduzido de advogados, o que justificava, de vez em quando, houvesse o aproveitamento de alguns poucos rábulas, principalmente quando o juiz se via na contingência de nomear defensor dativo. Ocorreu que, de uma feita, nosso personagem prolixo recebeu a incumbência para defender, em júri popular, um determinado réu. Assim começou ele sua peça de defesa:

“Meritíssimo Juiz, devo de início declarar que o acusado presente, à época dos fatos, trabalhava na fazenda de minha comadre Docica, dama de virtudes excepcionais. Ela é reconhecida como pessoa ilibada e incapaz de qualquer desvio de conduta, sendo por isso merecedora de todo nosso respeito. A comadre Docica sempre exerceu sua autoridade na fazenda com toda a moderação e jamais tomou uma atitude menos respeitosa”.

Interrompido pelo Juiz, ao ponderar-lhe que Dona Docica não estava sendo objeto de julgamento, o ilustre defensor assim continuou: — “*Lá chegaremos* Meritíssimo, mesmo porque o acusado presente trabalhava cuidando do jardim da fazenda da comadre Docica, cuja fina educação e bondade, ditavam-lhe especial deferência no trato de seus empregados, o que a tornava pessoa muito admirada...”

Nova interrupção feita pelo magistrado, o qual pediu que a defesa não se afastasse dos autos. Em seqüência, veio o “*Lá chegaremos Meritíssimo*, mesmo porque é meu propósito demonstrar que o acusado presente, durante os muitos anos que cuidou do jardim da fazenda, teve a oportunidade de verificar que a comadre Docica se dedicava, de modo integral, às campanhas de benemerência, nunca deixando de contribuir e generosamente, sempre que solicitada”.

Outra advertência foi feita e de modo mais severo, ao que, reiterando seu plano de defesa, o digno rábula prosseguiu: — “*Lá chegaremos Meritíssimo*, pois é meu dever convencer os senhores jurados de que o acusado presente jamais ouviu qualquer queixa em relação à comadre Docica, fosse quem fosse que a ela se referisse. Minha comadre Docica é a personificação da virtude e por isso merecedora das maiores homenagens”.

Nessa altura dos acontecimentos o Juiz, com sua paciência já esgotada, se manifestou: — “Casso a palavra de Vossa Senhora”. Ao que, ato contínuo, nosso prezado personagem retrucou: — “Concordo com Vossa Excelência, Meritíssimo”.

Outra pilhéria, para melindrar tio José, também de autoria de Waldomiro, consistia numa brincadeira, por este maquinada. Dizia ele que, quando um compadre de tio José, de nome Cassiano Marques — abastado fazendeiro, cliente de sua loja —, passava em frente ao seu estabelecimento comercial, sem nele adentrar, e limitava-se ao cordial cumprimento, já recebia em sua conta-corrente o débito de determinada mercadoria, fosse por exemplo um saco de açúcar.

A explicação dada por tio José, na versão de Waldomiro seria a seguinte: “o senhor, compadre, ao passar em frente à loja e me cumprimentar, não levou a mercadoria porque não quis, pois que ela estava à sua disposição, razão pela qual foi-lhe debitada”. Quando tal narrativa era contada na presença de tio José, é bem de se avaliar sua reação!...

Ainda neste mesmo diapasão de fatos pitorescos ligados a Waldomiro, lembro-me de uma viagem feita até Pirassununga (SP), quando, em companhia de minha querida esposa Maria Thereza e meus filhos, havíamos programado um almoço em restaurante junto à Cachoeira das Emas, para saborear uma peixada. Eis que fazia parte da comitiva nossa empregada Maria José, pessoa muito agradável e eficiente em seu desempenho, mas que não conhecia nada além de seu Caconde. Quando deixamos as estradas de terra para iniciar o primeiro trecho asfaltado, sua surpresa foi de supetão, exclamando: — Dona Thereza! Pintaram a estrada de preto!...

A Formatura

Voltando aos tempos acadêmicos, em 1943, terminamos nosso curso médico. No dia 11 de dezembro, realizou-se a solene cerimônia de nossa colação de grau, paraninfada pelo emérito Professor Flamínio Fávero, catedrático de Medicina Legal e Deontologia Médica. O ato foi celebrado no majestoso Teatro Municipal, numa noite de extrema e rara beleza, onde a alegria reinava. Toda a lotação do teatro estava exaurida, presentes nossos familiares e amigos.

O discurso proferido pelo paraninfo teve como tema *A Medicina e a Guerra*, pois encontrávamo-nos em plena Segunda Grande Guerra. Foi uma peça literária de ex-

pressivo conteúdo e de profundo significado, e serviu para complementar nosso juramento hipocrático, dando-nos adequado roteiro ético para exercermos o bom combate na labuta, que em breve, passaríamos a enfrentar.

Flamínio Fávero engrandeceu a sessão solene de nossa formatura, pela elevação de seus conceitos, valorizados na forma escorreita e culta de seu pronunciamento.

Como era tradicional, achávamo-nos todos envergando, com indescritível alegria, a habitual beca acadêmica; de sua parte, os professores ostentavam suas becas que exibiam a hierarquia universitária. Tudo isso imprimia um visual de extraordinário efeito cênico.

Para o agradecimento a nossos pais e mestres que concorreram para nossa formação médica, coube-me a honrosa missão de falar em nome dos colegas. Houve prévio concurso de oratória, do qual participaram outros três companheiros de turma.

Após dirigir-me aos componentes da Mesa que presidia os trabalhos da sessão magna, integrada pelo Reitor da Universidade de São Paulo Prof. Jorge Americano, Diretor da Faculdade de Medicina, Prof. Benedito Montenegro, autoridades estaduais e municipais, bem assim dos Professores homenageados, pronunciei o seguinte discurso:

O discurso de Formatura

“Congregando-nos aqui, em oportunidade assim grata e alvissareira a todos nós, para a solene cerimônia de nossa colação de grau, nunca percebemos tão real e nítida, como hoje, a noção de tempo, do que menos distante e insofismável, a de responsabilidade.

Estendendo um olhar retrospectivo, reconhecemos espaço em fora, dentro de oito anos porfiados no labor constante, sob as mesmas preocupações e trabalhos, jungidos à dura tarefa de cada dia, numa existência objetiva, orientados em idênticos caminhos e possuídos de igual determinação e desejo, no conhecimento da verdade comum. É

natural por isso que tenhamos agora, em nossa personalidade, o vínculo dessa intervida, marcado e sob forma indelevel, permitindo-nos, sem a necessidade de falsas situações, nos encontremos tão identificados no presente, assim também no passado.

Oito anos são decorridos em nossa feitura acadêmica; oito anos passados em nossa moldagem comum. Éramos bisonhos universitários, que em razão do frescor da jovialidade, de tal forma nos sentíamos convictos e ufanos da alta relevância social que nos conferira a vitória granjeada nos exames vestibulares, a ponto de consentirmos, com muito gosto, nos elogios que se nos fizessem, como reconhecimento ao mérito. E essa conquista, de inolvidável memória, a mais árdua de quantas se ofereceram posteriormente, assegurada com denodo e espírito de sacrifício, colocava-nos em uma esfera completamente nova, tão desconhecida quão desejada.

Principiou assim a época das investigações, propiciadas pelos próprios deveres e trabalhos escolares, que nos acercavam por tal forma e cada vez mais, a ponto de fazer, dentro em pouco, de seres antes estranhos e que se ignoravam reciprocamente, indivíduos que se passaram a observar, numa tentativa de mútua compreensão e amizade.

Como sói acontecer, as simpatias oriundas do sincretismo global de primeira impressão, surgidas após as trocas iniciais de idéias e revigoradas nas provocações comuns dos tempos de “calouro”, a nos atraírem por idêntico infortúnio, justificaram o estabelecimento de correntes dentro da turma.

Passaram a se concretizar os grupos, tal se estivéssemos a respeitar o preceito sociológico de Levi-Brhül, na

transformação da mentalidade humana. E naquele conjunto exótico, de cabeças raspadas, de aspecto grotescamente padronizado, que explicava e permitia a hilaridade dos colegas mais adiantados, ante os quais exibíamos um ar aparvalhado, foi a pouco e pouco se diferenciando, à custa do trabalho diuturno de mestres e discípulos, a turma dos doutorandos de 1943, progressivamente transformada em sua essência primitiva.

Assim, durante os chamados anos básicos do curso, por período de três anos consecutivos, nos dedicamos ao aprendizado das matérias preliminares da formação médica.

No interior sóbrio e magnífico dos laboratórios, onde a paciente dedicação de nossos maiores contrastava com a garrulice alegre que nos caracterizava, concebível aquela pelo pendor científico da pesquisa e desvelo no ensinar, desenvolvia-se em nós, como manifestação essencialmente elevada, do bem pela verdade, da verdade pela ciência, o culto ao conhecimento humano.

E foi isto decisivo fator, na arquetônica de nossa formação individual, de tal forma contribuindo para estruturação e moldagem de cada personalidade, não apenas no âmbito acadêmico, senão também na maneira posterior de conduta e manifestações sociais, a ponto de assumir a validade e rubrica de “período básico”.

Não fora, de fato, o ambiente honesto, digno e sem rivalidades do laboratório, onde pudemos entrever e depois estreitar os laços de mútua estima, onde travamos o primeiro contato com a miséria e pequenez humana, paradoxalmente estigmatizadas nas peças anatômicas de inimitável sabedoria e magnífica contextura, onde conhecemos e investigamos as múltiplas funções vitais, em suas variadas ex-

teriorizações e aspectos, onde aprendemos a disciplinar o espírito pelo rigor da técnica e, também, onde vislumbramos, através de um arranjo mágico de lentes, o microcosmo de outras vidas, não teríamos por certo adquirido probidade, altruísmo e discernimento, para a etapa subsequente que tão ansiosos pretendíamos alcançar.

Assim plasmados, dentro das normas simples, porém árduas, do viver acadêmico, tivemos a argamassar as bases do edifício a ser erigido, resistente material que lhe permitiu, a pouco e pouco, melhores proporções, numa realização produtiva e harmônica. Desse mesmo edifício, votado a tantas vicissitudes e embates, fortalecido pelo contingente de esforços vários, e que se não teria podido sustentar durante os anos que se seguiram, não fosse a solidez de suas vigas.

Em verdade, ao passo que assumia proporções maiores o acervo de conhecimentos auferidos, problemas novos surgiam, de permeio às atribulações não pequenas e habituais, de nossa vida já de si conturbada, desafiando-nos a argúcia e mais requerendo de nossa produção e fé.

Desse cabedal possuídos, estribados em conceitos e verdades dogmáticas, tivemos acesso ao templo hipocrático da sabedoria humana, onde o interior velado nos permitia descortinar mágica nascente, capaz de retemperar o entusiasmo e avigorar a crença e, de onde passaríamos então, pela vez primeira, a trilhar rumos diversos, atendendo às solicitações e apelos de ordem vocacional.

Entreabriu-se-nos, assim, um novo campo de atividades, ao qual nos alentava o entusiasmo de novas e úteis noções, e para o qual nos deveríamos transportar, equipados de maneira adequada, afim de nos apercebermos do exato

senso de responsabilidade e imprescindível respeito ao ambiente hospitalar que desde logo passaria a nos pertencer, com todas as suas belezas, dificuldades e mistérios.

Vimos assim os primeiros pacientes e neles os primeiros sofrimentos humanos, estereotipados nas expressões de dor pungente, mesclados com a meiguice solícita e submissa do sofredor pobre. Do mesmo sofredor pobre, que nos faria entender a linguagem médica, na singeleza embora de suas expressões, facultando-nos a percepção do grau de certeza das afirmações acadêmicas, tão malbaratadas pelo cepticismo irônico de Rousseu e Montaigne, fazendo-nos compreender, admirar e cada vez mais cultuar o gênio ímpar de um Laennec, de um Dieulafoy, de um Babiniski, de um Fournier, precursores tanto mais notáveis, quanto menos possuídos de instrumental e aparelhagem, e tanto mais aquinhoados do verdadeiro tirocínio clínico.

Do mesmo sofredor pobre, que nos deixaria envaidecidos com o título honorífico que, notadamente então, encerrava a virtude de exaltar nossa personalidade, a ponto de nos permitirmos um sentimento introspectivo de agradável bem-estar e egoística superioridade, tão conformes às manifestações e tendências do *Homo sapiens*.

Do mesmo sofredor pobre, que igualmente nos facultaria o caminho objetivo da cirurgia, onde mãos hábeis, a serviço de cérebros iluminados, com elegância de movimentos e decisão no ato, indicar-nos-iam manobras e tempos operatórios e onde nos seria exequível evoluir, graças ao conceito de assepsia de Lister e à conquista notável da anestesia, numa trajetória hoje tão bela quão útil, mas em seus primórdios delineada e executada sob os auspícios do sangue dadivoso desse mesmo sofredor pobre.

Hoje, que representamos uma resultante comum de tudo isto, relembRANDo agora em condição gratíssima de quem se reporta espiritualmente às pessoas e fatos passados, mas pela saudade e respeito, tornados de atualidade assim presente, experimentamos indizível prazer, declinando nesta evocação, entremeada de reconhecimento e simpatia, imperecível carinho a quantos, direta ou indiretamente, perceberam a série imensa de dificuldades a serem transpostas, contribuindo para nosso empreendimento.

A nossos pais, depositários das mais altas expressões de nossa estima, edificadores da láurea que hoje nos legam, pelo trabalho, pelo esforço, pela dedicação constante, a eles, num desejo incontido de exteriorizar os mais puros e ternos conceitos de amizade e admiração, não encontramos, na simplicidade das homenagens filiais, maneira de corporificar nosso acendrado afeto e alcandorado reconhecimento.

Mas, se pessoas e fatos existem, que assim nos fazem vibrar, avivando-nos a memória na ordem cronológica das coisas passadas, fatos outros existem que nos fazem olvidar esta mesma ordem, porque passados embora, se nos afiguram com tamanha e assim dolorosa atualidade, que só a custo os concebemos e os aceitamos, numa nova ordem que não é a cronológica, mas sim a do destino; que é a de todos porque é transcendente; que é transcendente porque é última; que é última porque é divina. E, não obstante, experimentamos ainda, entre insatisfeitos e submissos, ante o valor altíssimo da inexorável determinação, um vácuo profundo e impenetrável, sentindo os claros formados em nosso seio, pelos que sucumbiram antes de finda a primeira etapa.

Professor Flamínio Fávero:

Nesta reminiscência que fazemos, somos levados instintivamente aos primeiros passos acadêmicos, vivendo as emoções passadas, repassando as emoções vividas e percebemos assim, pelo cotejo com a hora presente, a curiosa sucessão de fatos, de tal ordem concatenados, que, por duas vezes consecutivas, nos deparamos em face de situações superponíveis, consideradas as devidas proporções de tempo e espaço.

Em verdade, ao ingressarmos no Curso Médico, vos encontramos na direção da Faculdade e pois de vós tivemos as boas vindas; ao ingressarmos na vida profissional, de vós também receberemos a boa acolhida.

Proporciona-me pois, motivo de justificado júbilo e grata recompensa, o desempenho a mim outorgado por meus colegas, vossos afilhados como eu, fazendo-me intérprete na saudação que vos deva dirigir. Recebei antes os melhores agradecimentos por nos haverdes conferido tão subida honra qual a de nos apadrinhar neste passo que tamanho e tanto significado encerra. A sobriedade e magnificência deste instante terão a garantia de perpetuidade, coadjuvadas pela elevação de nossos propósitos, quando atentamos para o fato de termos a vós como paraninfo.

Saudando-vos, Professor Flamínio Fávero, vislumbro não apenas o homem de cátedra, dignificado e elevado pelas honrarias e autoridade do cargo, mas principalmente e antes, o homem que eleva a função, sublimando-a pela autoridade das virtudes que possui.

Magníficas provas da unidade do vosso conhecimento em todas as manifestações vitais, característico pró-

prio da cultura no dizer de Nietzsche, temo-las em vós, pelo simples rememorar das magistrais aulas, cheias de saber e elevação, que proferistes ainda no decorrer deste derradeiro ano letivo.

A série de vossos trabalhos ilustres, o brilho do vosso *curriculum vitæ*, das mais belas afirmações de mérito, constituem inequívoca e bela definição de uma inteligência fecunda, de um caráter ilibado, de um coração boníssimo —virtuosa tríade sintomática de indivíduos privilegiados. Sem redundância, sois dos luminares da Escola Médica Paulista e a ela, com invulgar brilho e esmerado trato vos tendes votado.

Sentimo-nos pois, distinguidos com vossa deferência, felizes na escolha, por nos ser facultado ademais, fitando vossa augusta figura de mestre, estender nossas vistas aos lídimos e doutos seguidores de Arnaldo Vieira de Carvalho, num gesto de compreensão reconhecida, pelo papel desenvolvido em favor de nossa feitura médica.

Este é, Professor Flamínio Fávero, sem tergiversar, o significado exato de nossas palavras, ditadas pela convicção e sinceridade jovens, que desconhecem e abominam o ardil, despreziosas por isso da glória efêmera de um momento, porém sequiosas da perenidade prometida e reservada aos verdadeiros sentimentos.

Meus amigos:

Este é nosso obrigatório e derradeiro encontro conjunto, ainda sob a responsabilidade acadêmica, revestido, é verdade, de características especiais; com ele se dissipa a continuidade de nossa tarefa pregressa, vivida em comunhão no ambiente de confiança e saber dos anfi-

teatros e enfermarias, como naquele inquietante e de tortura dos exames.

Agora, a vida prática nos conduzirá a muitos caminhos, alguns dos quais de ínvios e incertos paradeiros, entremeados de bifurcações, onde a cada passo se consegue lobrigar a eterna divergência entre o bem e o mal, a glória e a ignomínia, a vida e a morte.

Não haverá atalhos que suavizem nossos destinos; mas, se tivermos um andar escorreito, sempre poderemos, indistintamente, sentir orgulho de um passado comum, que não deverá ser olvidado nem pelos ascensos nem pelos descensos na carreira médica.

Poderemos então com Olavo Bilac dizer: — “lisa ou abrupta seja a estrada, calma ou tempestuosa a rota, felizes ou infelizes os acidentes da jornada, não sentiremos o passo, sempre que tivermos a consciência da grandeza moral que está sobre nós”.

Nos tormentosos dias que atravessamos, não será desarrazoado afirmar-se que da classe médica se exija cooperação crescente, pois, se as conquistas e aspirações sociais se consubstanciam em realidades necessárias, óbvio será referir-se que entre elas, avultam e crescem as de caráter médico-social.

Expressivo neste particular, porque de nossos dias, é o plano de organização social de Beveridge, onde se defronta, sem maiores delongas, entrosado aos demais fatos sociais, o magno problema da assistência médica, focado entre os de maior grandeza. E isto, notadamente em nosso meio, onde muito se tem feito, e entretanto, muito mais ainda resta por fazer, em prol de um padrão econômico e sanitário condignos.

Decisivo terá que ser, por isso, o concurso da Medicina, assegurando ao obreiro de todas as classes, do trabalhador que vive dos músculos ao trabalhador que vive do cérebro, condições híginas indispensáveis a que, músculos e cérebro do organismo brasileiro, numa realização titânica, conservando a harmonia anatômica da forma, pretendam e alcancem a perfeição máxima da vitalidade orgânica.

Deverá por conseguinte o médico, dentro da nobre elevação de seus desígnios, divorciado dos apetites inconfessáveis e indiferente às sedutoras e fatais melodias atualizadas, das mitológicas e irresistíveis sereias, inteiramente votado à sua obra de benemerência, emprestar toda a colaboração útil e necessária aos agrupamentos sociais, sem perder todavia o cunho liberal de sua profissão, em favor do desenvolvimento científico e da dignidade pessoal e de classe.

Nem poderia, aliás, outra ser a concepção da prática médica, em face da noção de bem coletivo e recíproco, de vez que jamais poderiam ser cerceados ou alienados o estímulo da pesquisa e o da iniciativa própria, sem a superveniência de condições hostis ao bom êxito e desenvolvimento da mais altruística entre as missões humanas.

É pois tarefa difícil a que nos impusemos e, pela natureza de sua execução, de nós está a reclamar sacrifícios de grande monta e certo misticismo sacerdotal, nem por isso inteiramente recompensados sob o prisma utilitário e simplista dos bens materiais.

Não nos autoriza, no entanto, este conhecimento prévio entre desproporção de rendimento e trabalho, condicionando sofrimento e luta, o evento de quaisquer normas que de leve possam ofuscar o verdadeiro brilho da profissão,

subordinando-a ao fácil manejo de preocupações subalternas e interesses pouco lícitos, sejam quais forem eles. O sofrimento e luta são mesmo a essência e razão de ser na vida, e só assim consegue a alma sobrevoar a matéria, como sobrevoa a garça os açudes.

Os preceitos deontológicos, tão sabiamente sintetizados no espírito do juramento hipocrático, exigem, de nossa parte, exata noção do dever profissional, sob o triplice aspecto de curar, aplacar a dor e consolar, dentro da verdadeira e única concepção do espírito vocacional — o espírito da Medicina.

E assim talvez, e talvez só assim, poderemos algum dia, com a ajuda de Deus, aspirar à suprema glória de nossos destinos de médicos, recebendo a mais extraordinária e dignificante recompensa, no reconhecimento consciente de que nosso esforço não menosprezou a obra construtiva de nossos Pais, de nossos Mestres, de nossa gloriosa Escola”.

A Turma de 43

Menção especial cabe à nossa turma de médicos, pelo grande número de colegas dedicados à carreira universitária, muitos dos quais atingiram a cátedra, além daqueles que no exercício diuturno de várias especialidades, se consagraram como profissionais de elevado conceito.

O primeiro a se tornar catedrático entre os colegas foi Sebastião de Almeida Prado Sampaio. Conquistou por concurso a cadeira de Clínica Dermatológica e, subseqüentemente, passou a integrar a Congregação da Faculdade. Também ocupou o cargo de Diretor Clínico do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo e, em seu *curriculum*,

ainda cabe referir ter sido ele Presidente da Associação Médica Brasileira.

Como catedrático da cadeira de Neurologia, temos o nome de Horácio Martins Canelas; na cátedra de Microbiologia da Faculdade de Farmácia da USP, o de Lúcio Penna de Carvalho Lima; como Professores Titulares, tivemos Matheus Marcondes Romeiro Neto, na Clínica de Pneumologia da USP; Diogo Pupo Nogueira, na Faculdade de Saúde Pública da USP; Sylvio de Vergueiro Forjaz, na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, tendo inclusive ocupado o elevado cargo de Diretor dessa Faculdade; Domingos Abraão Lomonaco, na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto; José Soares Hungria Filho, na cadeira de Ortopedia da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo; Giglio Pecoraro, na cadeira de Urologia da Faculdade de Medicina de Moji das Cruzes e na USP; Ruy Piazza, na cadeira de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina de Rio Preto; Stanislau Krynski, na cadeira de Psiquiatria da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo; Wálter Augusto Hadler, na Faculdade de Medicina da Unicamp; Julio Croce, na cadeira de Imunologia e Alergia da Faculdade de Medicina de Santos e na USP; Waldemar Ferreira de Almeida, como Diretor do Instituto Biológico de São Paulo e posteriormente contratado pela Unicamp.

Também deve ser realçado o espírito de grande companheirismo e amizade, reinante em nossa turma, sempre cultuado, em ritmo ascensional. Basta referir que, de 1943 até 1997, transcorridos que foram cinqüenta e quatro anos, foi comemorada, sem interrupção, a data de nossa formatura. Para obtenção desta *performance*, é justo homenagear-se a memória de dois brilhantes e dedicados colegas: Ruy Piazza e, posteriormente, Rafael Giannella, os quais

tomaram, no devido tempo, todas as providências necessárias para a consecução de tal desiderato. Sem o trabalho constante de ambos, mantendo a comunicação freqüente com os colegas e não medindo esforços para assegurar o êxito de nossas comemorações, jamais teria sido possível alcançar-se semelhante procedimento. Ao Ruy e ao Giannela, o perene agradecimento de seus colegas de turma, em comovida homenagem póstuma, pelo benefício que ainda continuamos a usufruir, porque permanece o hábito de nossos encontros, por eles incentivados.

Atualmente está Josar se desincumbindo, com eficiência, desta tarefa de arregimentar os colegas para as diversas reuniões durante o ano, com especial carinho para a data comemorativa da formatura.

Recordamos, com saudade, das muitas vezes que fomos festejar o 11 de dezembro na Ilha das Palmas, no litoral santista, graças ao Vicente de Carvalho Neto, colega de raras qualidades pessoais, sócio remido do clube da ilha e a quem devemos a alegria desfrutada naqueles encontros inesquecíveis, que duravam o dia todo. A turma organizada fazia a viagem em ônibus especialmente fretado, saindo de São Paulo pela manhã, com farta e escolhida casta de bom vinho branco, para degustá-lo, com as iguarias caprichosamente preparadas no aperitivo e almoço tradicionais.

A nossa reverência religiosa iniciou-se com a solene missa de formatura celebrada pelo piedoso e culto bispo Dom Ernesto de Paula. A cerimônia ocorreu na igreja do Mosteiro de São Bento, na radiosa manhã do dia 11 de dezembro de 1943.

Ainda foi Dom Ernesto o celebrante da missa votiva, ao ensejo dos vinte e cinco anos do exercício de nossa

profissão, oficiada na igreja do Menino Jesus e de Santa Luzia, no dia 11 de dezembro de 1968.

Também nessa mesma igreja foi rezada a missa solene do 50º aniversário de nossa formatura, ocorrido no dia 11 de dezembro de 1993, pelo mesmo Príncipe da Igreja Católica, com apreciável número de colegas.

Não foi obra de um mero acaso a circunstância de sermos agraciados com a presença de Dom Ernesto nas três oportunidades referidas, mas verdadeira dádiva espiritual.

Pudemos, assim, desfrutar do raro privilégio de ter sido Dom Ernesto de Paula uma presença viva e santificante, a nos auxiliar no agradecimento a Deus, por toda nossa vida de médicos.

Um fato que merece referência relaciona-se com a quase nula presença da mulher nas Escolas Médicas, durante nossa fase de vida acadêmica. É bastante lembrar que apenas duas colegas ingressaram na Faculdade, em nossa turma — Tidu Nomiya e Ligia de Oliveira Faria. Depois de algum tempo, Tidu interrompeu o curso para retomá-lo após alguns anos. Outra colega integrou nossa turma por transferência: Carmen Ferreira Kuchenbuch.

Atualmente, porém, os dados percentuais indicam cifras superiores a 50% na participação do sexo feminino, nos cursos referidos. Há inversão, se cotejada com a situação pregressa.

Visita ao Uruguai e à Argentina

Em 1943, concluído nosso curso universitário, os governos da Argentina e do Uruguai formalizaram um convite oficial à nossa turma de médicos para visitarmos aqueles países, numa demonstração do grande prestígio de nossa Faculdade. Fui um dos integrantes do grupo, juntamente com outros onze colegas.

A caravana foi chefiada pelo Prof. Luciano Gualberto, titular da cátedra de Urologia. A viagem teve duração de quarenta dias, com intensa programação muito bem organizada.

Ao chegarmos na estação ferroviária de Montevideu, fomos recepcionados pelo embaixador do Brasil no Uruguai, o senhor Batista Luzardo, um dos próceres da Revolução de 1930, que empossara Getúlio Vargas no poder. Ofereceu-nos o embaixador um jantar festivo na sede da Embaixada.

Ficamos sempre hospedados em hotéis de alto nível, com todas as despesas pagas pelos respectivos governos e com requintes cuidadosamente escolhidos, o que nos permitiu usufruir plenamente de inúmeras recepções e dos principais passeios turísticos de cada país.

Nessa oportunidade, tivemos o ensejo de visitar os melhores serviços médico-hospitalares argentinos e uruguaios. Recolhemos preciosa soma de conhecimentos que muito nos ajudaram durante nossa vivência hospitalar. Em todas as ocasiões, éramos acompanhados por professores universitários, sendo-nos, assim, franqueados todos os meios de investigação, na área médica.

O exercício profissional

O ano de 1944 marcou o início de nosso exercício profissional.

Permaneceu na Capital paulista a grande maioria dos recém-formados. Todavia, dois deles resolveram partir para os Estados Unidos da América do Norte: Nicolau Salim Assali e Dieter Koch-Weser, animados com a idéia de seguir carreira universitária e, em período de tempo relativamente breve, tornaram-se titulares das disciplinas escolhidas, em Universidades distintas, de alto nível de ensino.

A ida para Caconde

Quanto a mim, decidi, sem maiores delongas, que deveria exercer a Medicina na cidade paulista de Caconde, sede de Comarca, na região da média Mojiana, próxima de Poços de Caldas (MG), confrontando com os municípios mineiros de Muzambinho, Botelhos e Cabo Verde.

Tal deliberação fora fruto de prolongada meditação no sentido de prestar meu trabalho profissional na minha cidade natal, à qual me achava preso por laços de grande afeto e pelo acendrado amor a meus familiares.

Tratava-se de localidade centenária, de modesto padrão de vida, que oferecia poucas oportunidades de trabalho. O município não era dotado de indústrias e só tinha atividades na zona rural, diversificadas entre a pecuária leiteira e a cafeicultura. Predominava a existência do minifúndio. O café produzido na região de Caconde, dadas as condições climáticas e a microflora predominante, já oferecia características especiais, alcançando na classificação da bebida, o melhor tipo.

A topografia dominante no Município é de beleza expressiva. No desenvolvimento dos contrafortes da Serra da Mantiqueira faz lembrar certas regiões italianas da Toscana; é, porém, mais exuberante, na variegada tonalidade do verde das plantações de café e dos bolsões de pequenas reservas florestais preservadas. O clima é bastante agradável, com temperaturas amenas nas noites de verão, mesmo quando durante o dia o sol fustiga com maior intensidade; no inverno, porém, as temperaturas são um tanto rigorosas.

As montanhas cacondenses serviram para represar o Rio Pardo por meio de uma bonita barragem de terra cujo porte só é menor que outra, existente na Rússia, no Rio Diniepe. A usina hidroelétrica, alimentada por suas águas, acha-se situada no subsolo, com grande desnível. Com a barragem, houve acentuado desvio do primitivo leito do Rio Pardo, a montante de antiga cachoeira; nesse local, hoje há um pequeno *canyon*, de beleza ímpar.

O excelente padrão das terras da grande maioria da área rural, associado ao clima, justificava o desenvolvimento da fruticultura em determinadas propriedades agrícolas, como era o caso específico da viticultura, no sítio de Francisco Leonel de Paiva, conhecido como Tito Leonel. As vi-

deiras cultivadas eram todas oriundas de cepas argentinas, que se aclimataram de forma muito favorável, produzindo finíssima uva.

Todavia, o que merecia de minha parte especial preferência, era degustar todo ano, juntamente com meus familiares, a saborosa jabuticaba *sabará*, existente fartamente na fazenda de Ernesto Leonel de Paiva, irmão de Tito Leonel. Havia não um pomar e sim um jabuticabal!

A visita à fazenda de Ernesto Leonel era aprazada com diversos dias de antecedência, mesmo porque a programação tomava o dia inteiro, já que não se limitava ao prazer de consumir a deliciosa fruta na própria árvore, mas também incluía a participação em lauto almoço, com considerável número de convivas. E à tarde, como encerramento, havia uma farta mesa de lanche, não faltando nunca o excelente café acompanhado dos bolinhos de sonho!

Ernesto Leonel deve ser lembrado por mim com especial reverência, dada a grande amizade que nos ligava. Tratava-se de pessoa de virtudes pessoais invulgares, a quem sempre fiquei reconhecido pelas inúmeras provas de seu afeto por toda minha família.

Meu consultório

Em princípios de 1944, já morando em Caconde, instalei meu consultório em prédio adequado. Passei a residir na casa de meus pais, o que se constituiu novidade, pois o habitual era que o médico atendesse sua clientela na própria residência, com um consultório em apenso.

A simples circunstância da presença de um médico novato, em qualquer cidade pequena, garantia na época uma clientela inicial, composta principalmente por pacientes crônicos...

Vale referir o caso ocorrido com um farmacêutico que fora morador de Caconde há mais de quinze anos e

que, de vez em raro, visitava seus poucos parentes remanescentes. Ele se tornou um dos primeiros pacientes a me procurar.

O motivo principal da consulta relacionava-se com a diminuição da acuidade auditiva de um dos ouvidos. Após concluída a anamnese, ou seja, o interrogatório sobre sua queixa com os antecedentes pessoais e familiares, realizei o exame clínico geral.

Em seqüência, investigados ambos os ouvidos, verifiquei a necessidade de uma lavagem, para remover rolha de cera. Depois de realizada a limpeza, ainda assim, um dos condutos auditivos mostrava a presença de corpo estranho, o qual com nova lavagem foi expelido. Tratava-se de mais da metade de uma barata mumificada. Nossa surpresa foi grande: quando dissemos ao paciente: — “você não imagina o que saiu de seu ouvido”, a resposta não tardou: — “só pode ser pedaço de uma barata. Ela entrou em meu ouvido há mais de dez anos e foi parcialmente retirada com o uso de pinça”...

Tratava-se do uso errôneo de instrumental para remover tal corpo estranho do conduto auditivo.

A Santa Casa

Precisamente no final do ano de 1943, o Hospital da Irmandade de Misericórdia de Caconde estava recebendo as derradeiras obras de sua edificação, para ter início o funcionamento da Santa Casa local. Já estava ela dotada de satisfatória aparelhagem que, para a época e em face dos recursos disponíveis, representava significativo padrão de progresso.

O hospital de Caconde foi construído à custa de grande esforço de uma coletividade carente. Deve ser des-

tacado o papel do médico Dr. Anísio Bretas Soares, mola propulsora, o qual, com todo direito, passou a ser seu primeiro diretor clínico.

O Dr. Anísio, que havia cursado a Faculdade de Medicina da Bahia, foi excelente clínico geral e exerceu a profissão em Caconde durante muitos anos. Ali constituiu família, ao se casar com Nair Nigro, filha de Juvenal Nigro e Carmela Sinisgalli Nigro, avós paternos de minha esposa. O casal teve os filhos Heloísa e José Antônio.

Merecem ainda menção nesta obra de especial significado, representada pela edificação do prédio da Santa Casa, entre outros, os senhores Juvenal Nigro (primeiro provedor) — Sebastião Ferreira Barbosa (primeiro mordomo), Francisco Sinisgalli Nigro — meu sogro, (provedor por muitos anos seguidos), responsável pela construção de novo pavilhão, Francisco Leonel de Paiva (grande benemérito), Ranieri Mazzilli, Joaquim José de Oliveira Martins, Paschoal Mazzilli Neto, Dr. Jarbas Karman, Dr. Antonio Mazzilli Filho, Francisco Barboni, Francisco Domingos Filaridi, e pessoas que, no anonimato, colaboraram para levar a bom termo a tarefa encetada.

A primeira pequena cirurgia realizada na Santa Casa, por mim executada, com anestesia local, consistiu no tratamento de um presidiário portador de hidrocele do testículo direito, ou seja, de uma coleção líquida acumulada entre a membrana que envolve o testículo, denominada túnica albugínea, e o próprio órgão. Trata-se de intervenção bastante simples, mas, dada a circunstância de ter sido a primeira, teve grande repercussão.

Outras intervenções cirúrgicas de pequeno porte foram acontecendo nos dias subseqüentes, até que numa

friorenta madrugada, fui chamado ao hospital, pelo Dr. Anísio, para uma conferência médica.

Tratava-se do caso de um paciente de faixa etária entre os vinte e cinco e trinta anos, de cor branca, de compleição normal, apresentando dor abdominal intensa e ininterrupta, com fácies cadavérica, evidenciando quadro grave de peritonite generalizada. O diagnóstico foi realizado sem maiores dificuldades: tratava-se de apendicite aguda com perfuração, exigindo de forma absoluta a conduta cirúrgica.

Todavia, tão precário era o estado geral do paciente, que, além do mais, teria de suportar uma anestesia geral com éter, com máscara aberta (Ombredane)¹, que tudo isso me fazia temer a possibilidade de o paciente vir a êxito letal durante a operação.

Até hoje, dou graças a Deus pelo feliz desfecho, pois a operação, em si, transcorreu com muita facilidade e foi concluída em breve período de tempo. Realmente, o quadro de peritonite se tornou claro. Era expressiva a quantidade de líquido purulento, e o apêndice exibiu uma rotura no ápice. Após concluída a operação, encontrei uma semente de melancia no interior do apêndice. Foram colocados dois drenos na ferida operatória, além do pó de sulfamida na cavidade peritoneal.

O pós-operatório decorreu de forma tumultuada, instalando-se, no segundo dia, uma fístula estercoral (saída de fezes pela ferida operatória), o que obrigava a prática de

1. Naquela época, inexistia alternativa mais eficiente ou menos danosa ao organismo, para anestesia geral.

três a quatro curativos diários. Cerca de dez dias após, havendo ainda drenagem da cavidade abdominal, a fístula estercoral fechou-se espontaneamente. Persistia, não obstante, temperatura bastante elevada.

O estado geral do paciente, contudo, era ainda muito precário. Decidi, por isso, praticar uma transfusão sangüínea, levada a efeito com rara felicidade, sem que houvesse qualquer reação. Imagine-se que, até então, a existência do fator Rh era desconhecida, na determinação do grupo sangüíneo! Isso explicava a freqüente ocorrência de choques anafiláticos, então erroneamente atribuídos ao pirogênio (substância originada no organismo, que produz elevação da temperatura corporal).

Cerca de um mês após a cirurgia, o doente apresentou um surto febril, com alta temperatura. Evidenciou-se abaulamento da fossa ilíaca esquerda, ou seja, do outro lado da incisão operatória. Foi identificada a existência de um abcesso na cavidade abdominal e, assim, pratiquei uma abertura de drenagem.

Nessa ocasião, não havia ainda o recurso dos antibióticos e o tratamento antiinfecioso encontrava apoio apenas com o uso das sulfamidas, o que tornava sempre mais difícil a terapêutica de pacientes portadores de determinadas patologias.

Com grande alegria, foi possível dar alta ao paciente, em condições normais, após o decurso de dois meses, aproximadamente, sendo que ele retomou sua saúde. Com seguimento de vários anos (*follow up*), nenhuma manifestação desfavorável foi observada.

Em 1945, achava-se internada na Santa Casa uma paciente de idade aproximada de vinte anos, sendo seu médico assistente o Dr. Anísio Bretas Soares, que havia corretamente diagnosticado ter ela pneumonia bilateral, com toda sintomatologia típica da moléstia. Todavia, o caso tinha evolução desfavorável, pois não atendia à medicação que corretamente estava sendo ministrada. A doença progredia de modo inquietante. Já se temia por prognóstico reservado quanto à vida da paciente.

Nessa ocasião, Anísio teve a idéia de se obter a penicilina, como recurso máximo.

Através de telefonemas difíceis de serem completados, chegou o pedido do medicamento até o Rio de Janeiro, então Capital do País. Foi acionada a Legião Brasileira de Assistência, e, por ordem pessoal da Primeira Dama, Dona Darcy Vargas, que ocupava a presidência da referida entidade, foram enviadas para Caconde cinco ampolas de penicilina, de 5.000 unidades cada, acondicionadas em garrafa térmica com gelo. Tratava-se da penicilina obtida diretamente do cogumelo — *Penicillium notatum*, sendo este o então recente achado científico fruto da genial descoberta de Alexander Fleming.

A primeira etapa da viagem, transportando a preciosa carga, foi percorrida em pequeno avião até a cidade mineira de Varginha, onde estava esperando um automóvel de Caconde, com a missão de completar o percurso. Nessa ocasião, as estradas intermunicipais sempre atravessavam as cidades situadas ao longo do trajeto e nunca passavam ao lado, como hoje. Era então quando o motorista abastecia de gelo a garrafa térmica. Com quase dois dias de viagem, eis que chega à Santa Casa a ambicionada penicilina.

Fui chamado pelo digno colega Dr. Anísio para opinar sobre a maneira de se aplicar o novo medicamento. Por felicidade, como tivesse recebido em dias anteriores uma revista médica versando sobre o assunto, após pesquisar eventual reação alérgica, injetei com espaçamento de quatro horas, por via intramuscular, o abençoado remédio que Fleming havia descoberto para benefício da humanidade.

O resultado foi surpreendente, vindo a paciente a regularizar o quadro térmico a partir da segunda injeção. Desapareceu também toda a sintomatologia e a paciente obteve alta já curada, poucos dias depois de instituído o tratamento com o antibiótico referido.

Alguns meses depois, já estava sendo comercializada a penicilina, ainda com alguma dificuldade para ser encontrada, porque a produção era escassa. Somente após ter sido sintetizada sua substância ativa, passaram os laboratórios a produzi-la em escala industrial. Todavia, depois de sintetizada, a dosagem do medicamento teve de ser muito aumentada, em comparação com a penicilina produzida diretamente pelo cogumelo.

Cabe ainda realçar, no funcionamento do hospital, a ajuda inestimável da enfermagem, a cargo das Freiras e Irmãs de Caridade, sempre extremamente dedicadas em seus afazeres, durante as vinte e quatro horas do dia, sem o que o atendimento médico jamais teria alcançado o pretendido objetivo.

A presença das referidas religiosas, pertencentes à Congregação Beatíssima Virgem Maria, na Santa Casa, desde os primórdios, representou significativo papel, in-

fluindo de modo decisivo no padrão de alto nível alcançado pelo hospital.

Foi devido à dedicação do Padre Aduino Vitali, vigário da paróquia, que se tornou viável a designação das religiosas para Caconde, após ingentes esforços.

As irmãs religiosas

A propósito do papel desempenhado pelas religiosas do Instituto Beatíssima Virgem Maria, na prestação de serviços ao hospital de Caconde, cabe uma apreciação mais detalhada.

Trata-se de uma congregação inglesa, fundada pela Madre Mary Ward. Não poderíamos ter sido mais felizes do que fomos, com a escolha, por parte do Padre Aduato, desta Ordem Religiosa, como ficou de sobejo demonstrado, no transcurso de cinqüenta anos de profícua atividade.

Os cuidados de enfermagem, a zelosa dedicação aos pacientes, o desprendimento na execução de todas as

tarefas atinentes ao bom funcionamento hospitalar, o conforto religioso e espiritual — tudo isso foi uma constante preocupação dessas dignas religiosas. A assertiva ora feita tem o penhor de minha vivência em Caconde durante vinte anos de minha vida profissional, no exercício da medicina, com frequência diária ao hospital desde 1944.

Por ocasião da benfeitoria ida das Irmãs para Caconde, o hospital apenas iniciava suas atividades. Era dotado de trinta leitos, que só foram ampliados para sessenta quando da construção do novo pavilhão feito durante a gestão de Francisco Sinisgalli Nigro.

As religiosas que deram início aos trabalhos, foram: Madre Aquina Werntgen (1943 a 1951), Irmã Adalberto Ecker (1943 a 1945), Irmã Elígia Obermeir (1943 a 1949), Irmã Terezinha C. Abranches (1944 a 1949; 1953 a 1957) Irmã Catarina Sandner, competente anestesista (1945 a 1956 e 1957 a 1963), Irmã Petra Kiensat (1949 a 1955), Irmã Camila Braun (1951 a 1954) e Irmã Salette Bonissoni (1957 a 1960 e a partir de 1982 até 1998), sobre cada uma das quais caberia escrever-se um tópico específico, para exaltação dos benefícios por elas prodigalizados.

Também não podemos omitir as seguintes citações: Irmã Ana Costa Pinto (1947 a 1949; 1960 a 1966), Irmã Raymunda Mader (1953 a 1957), Irmã Jacinta Rodrigues Soares (1957 a 1958), Irmã Elvira Felippi (1959 a 1960; 1964 a 1965), Irmã Jerônima de Oliveira Melo (1959 a 1961), Irmã Neide Toscan (1961 a 1971; 1981 a 1991), Irmã Filomena Ricciardi (1961 a 1967), Irmã Joana Magro (1961 a 1964) e Irmã Aurélia Stuaní (1962 a 1963), todas elas, em períodos mais dilatados ou de menor duração, todavia indelevelmente marcados pelo inextinguível espírito de equipe, e que, com

extrema dedicação, competência e abnegação, souberam exercer suas atividades.

A direção de Madre Aquina, pessoa dotada de virtudes invulgares e grande cultura, assegurou um desempenho completo na fixação de normas e procedimentos responsáveis pelo alto padrão de que o hospital até hoje desfruta, o que foi fator decisivo para sua própria consolidação.

Em 1945, a inesquecível Irmã Adalberta, a quem tanto fiquei reconhecido por sua ajuda e desvelo na parte de enfermagem, transferiu-se para São Paulo, onde a Ordem Religiosa possui sede provincial. Foi então designada a Madre Lidivina Hiltensperger, para desempenhar idênticas atividades. Era ela conhecida mais geralmente pelo nome de *Madre Leduvina*.

A citação do nome de Madre Leduvina obriga-me a um sentimento de profundo respeito, admiração e reconhecimento, pois durante cerca de sete anos, teve um desempenho do mais alto padrão, praticando com dedicação e carinho os trabalhos que lhe eram pertinentes.

Jamais esquecerei o quanto representou para mim a dedicação, a competência e segura atuação de Madre Leduvina, no acompanhamento ininterrupto dos pacientes sob minha responsabilidade. Somente as graças de Deus poderão abençoar sua generosa alma.

Sempre foi digna e produtiva a direção de Madre Aquina na Santa Casa; entretanto, teve de ser interrompida por motivo de saúde, quando então houve a designação de Madre Francisca Berger (1951 a 1985), tão extraordinária quanto havia sido sua antecessora, e dotada dos mesmos sen-

timentos de profunda bondade e zelo por todos os assuntos de interesse da Santa Casa e dos pacientes internados.

Outra substituição ocorreu, ainda em meu período de trabalho, quando Madre Leduvina teve de assumir suas funções no hospital da cidade mineira de Campestriño. Coube então à Madre Calasanza Jedelhauser desempenhar as atribuições de sua antecessora (1952 a 1976).

Madre Calasanza, com zelosa e eficiente atuação, dedicou-se de maneira total ao exercício de suas novas atribuições. Foi incalculável o significado de seu trabalho, diuturnamente realizado. Lembro-me de que muitas vezes permanecia em atividade por períodos ininterruptos, sem repousar.

Considero ser muito difícil definir o quanto significou o trabalho de Madre Calasanza durante sua longa e abençoada permanência na Santa Casa de Caconde. Jamais deixou transparecer o pesado fardo de sua permanente abnegação.

Há ainda um nome que não pode deixar de ser mencionado, que é o de Madre Emilie Herberich (1945 a 1948). Já sofria de insidiosa moléstia quando de sua ida para a Santa Casa, mas, por sua resignação e despreendimento em suportar o sofrimento, passou a ser modelo de virtude cristã. Auxiliou com suas preces todos aqueles que delas necessitavam.

O zelo carinhoso que as Religiosas observavam, nos menores detalhes de suas atribuições, estendia-se também aos médicos. Nas freqüentes noitadas cirúrgicas, quando terminávamos um ato operatório, éramos sempre

brindados com uma jarra de preciosa limonada de limão cravo, de sabor inigualável.

No cemitério de Caconde acham-se sepultadas as Madres Francisca, Calasanza e Emilie, evidência clara de que a Congregação Instituto Beatíssima Virgem Maria escolheu também como sua terra adotiva a cidade de Caconde, a qual sempre soube valorizar as pessoas dignas, advindas de outras plagas.

Outros colegas de profissão

Nesse enfoque da Santa Casa de Caconde, presto uma homenagem póstuma ao Dr. Zacharias Pinheiro, nobre colega que por muitos anos integrou seu corpo clínico. Também destaco de maneira especial o Dr. Hugo Orrico, o qual, desde o início de sua vida profissional, passou a trabalhar no hospital, com dedicação e competência. Ambos fizeram o curso na tradicional Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Embora não figurasse no corpo clínico da Santa Casa, deve ser recordado, também como homenagem póstuma, o Dr. Sebastião Ribeiro do Valle, na época responsá-

vel pela chefia do Posto Estadual de Saúde e profissional de real mérito, com o qual sempre manteve excelente relacionamento e verdadeira admiração.

Também não compunha o quadro de médicos da Santa Casa o Dr. Domingos Placco, já então com idade avançada, mas merece minha homenagem de saudade, pelas inúmeras e sempre proveitosas palestras que habitualmente mantínhamos. Era ele diplomado pela Faculdade de Medicina de Nápoles — Itália, sendo detentor de apreciável bagagem científica. Tivera em sua formação professores de alto conceito no meio médico internacional, como por exemplo Cardarelli, para apenas citar um nome, o que explicava sua grande cultura médica. Recebi do Dr. Placco alguns exemplares de livros raros, os quais ainda guardo com carinho.

Igualmente aqui evoco a memória do Dr. Francisco Cândido da Silva Lobo, que deu nome ao estabelecimento do ensino primário cacondense. A ele me referi em trabalho curricular, o qual de praxe era exigido pela cadeira de Higiene, ministrada no 5º Ano da Faculdade de Medicina. Em meu caso, isto ocorreu em 1942, quando era catedrático da disciplina o Prof. Geraldo de Paula Souza.

Na publicação resultante de minha pesquisa, intitulada *Relatório sobre o Município de Caconde*, deveria ser abordado um estudo genérico, compreendendo um período de vinte anos, com ênfase às condições médico-sanitárias. Ao serem relacionados os médicos que exerceram a profissão em Caconde, assim nos referimos ao Dr. Cândido Lobo: — “Não queremos fechar este capítulo sem trazer para o mesmo o nome de um dos mais lídimos cidadãos de Caconde — o do Dr. Francisco Cândido da Silva Lobo —

baiano por origem, cacondense por afeição, como homenagem póstuma a uma das figuras mais brilhantes que tivemos a ventura de conhecer e admirar. Fez da Medicina um verdadeiro sacerdócio, mourejando durante quarenta e seis anos ininterruptos de atividade profissional (1896-1941), dentro dos melhores princípios deontológicos e sob a mais elevada e altruística noção de amor ao pobre. Foi, se nos permitem a comparação, a Santa Casa ambulante que Caconde possuiu. Que Deus o recompense por sua generosa alma de médico e de homem”.

A diretoria clínica

Por período de tempo superior a dez anos, coube-me a honra de ocupar a Diretoria Clínica da Santa Casa, em virtude de ter o Dr. Anísio Bretas Soares transferido sua residência para a cidade de Tupã (SP). Permaneci no exercício do cargo até 1962, ano em que se deu minha mudança para a Capital de São Paulo.

Felizmente, durante esse lapso de tempo, não tive problemas graves a enfrentar, exceção feita a um curto período em que se fixaram em Caconde dois cunhados médicos, de atuação bastante controvertida, ocasião em que ocor-

reram situações constrangedoras com pacientes por eles internados na Santa Casa.

Tive o necessário equilíbrio e bom-senso para superar os problemas embaraçosos surgidos, de tal sorte que, quando resolveram transferir residência da cidade, fui distinguido com a visita de ambos, em minha casa, especialmente para manifestarem-me gratidão pela interveniência que tive nas oportunidades necessárias, realizadas com muita cautela e elevado espírito ético.

O Colégio de Cirurgiões

Em 1953, passei a pertencer ao Colégio Internacional de Cirurgiões, na categoria de “*Fellow*”. Isso se deu quando foi organizada a seção de São João da Boa Vista (SP) do referido Colégio, a qual compreendia as cidades da região da Média Mojiana, entre as quais a própria São João da Boa Vista, Poços de Caldas, Vargem Grande do Sul, São José do Rio Pardo, Mococa, Casa Branca e Caconde.

A reunião de fundação ocorreu em Poços de Caldas, no salão nobre do *Palace Hotel*, presente o Prof. Dr. Mário Degni, que ocupava a presidência do Órgão Colegiado no Brasil.

Também compareceu para prestigiar a cerimônia o Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, com quem me avistei logo ao chegar em Poços. Como ainda faltassem algumas horas para início da sessão de instalação, permanecemos os dois, em agradável diálogo, ocupando um banco no jardim fronteiro ao hotel, na tradicional Praça Dr. Pedro Sanchez.

Nessa conversa, Zerbini falou-me de suas atividades cirúrgicas experimentais, quando já estava praticando transplante cardíaco em cães. Todavia, ressaltou que não nutria esperança em realizar semelhante procedimento em pessoas, porque se tratava de operação não apenas complexa, como também de prolongado tempo de execução. Julgava ele que estaria em idade incompatível, quando passasse a ter viabilidade tal técnica operatória, para utilização humana.

Nisso o brilhante cirurgião equivocou-se, para satisfação de toda classe médica brasileira, pois foi ele, conforme já afirmado, o primeiro a praticar o transplante cardíaco humano no Brasil, já há cerca de trinta anos, e a contribuir com detalhes de técnica nesta área, até então pouco explorada cirurgicamente.

Em minha fase de vida acadêmica, assistira a muitas aulas de Clínica Cirúrgica ministradas pelo Dr. Zerbini, quando cursava o 5º. Ano da Faculdade, na cadeira do Prof. Alípio Corrêa Neto.

O atendimento aos clientes

Durante todo o período em que cliniquei em Caconde, necessário se torna enfatizar o difícil atendimento aos clientes da zona rural, pois que, de regra, os chamados eram quase sempre noturnos.

Ainda há de ser considerada a agravante de que, nem sempre se conseguia completar o percurso até a residência do paciente sem se recorrer ao uso do cavalo, diante da precariedade dos caminhos. Além disso, devemos acrescentar às dificuldades apontadas, havia o verdadeiro cerco por parte da cachorrada, a anteceder a recepção,

quando se avizinhava da casa do paciente, fato esse que sempre me assustava.

De uma feita, realizei um atendimento rural num caso de parturiente que tivera retenção da placenta. Para chegar até sua residência, tive de abandonar o automóvel e por duas vezes trocar de montaria, pois havia um córrego a ser transposto que não dava vau, sendo usada a pinguela existente. Isso tudo acontecendo durante noite chuvosa.

O atendimento à paciente foi extremamente fácil e rápido. Todavia, na volta para Caconde, fui obrigado a pernoitar na Vila de Palmeiral, pois a estrada antes percorrida pelo carro, apresentava trechos que agora eram de rampa ascendente, impossíveis de serem vencidos, dada a lama abundante. Lembro-me de uma curiosidade: o colchão, muito volumoso, era de palha de milho, e, ao deitar-me, afundei-me nele como num buraco...

Para regressar, no dia imediato, fui forçado a passar por Poços de Caldas, depois Prata, São João da Boa Vista, Casa Branca, São José do Rio Pardo e, por fim, Caconde, depois de cumprir significativa quilometragem. Não me lembro de ter recebido honorários neste caso, o que de resto, não constituía exceção, em relação a muitos outros atendimentos.

Não era raro o pedido de prestação de serviço médico a moradores de sítios e fazendas, certas vezes comportando até cirurgias. Mas na hora de acertar honorários, o patrão, negando sua posição, alegava tratar-se de pessoa a quem, por mero favor, teria permitido ocupar, a título precário, uma casa da colônia, não sendo seu empregado. Nunca cheguei a criar situações embaraçosas, nessas eventualidades.

Nos primeiros tempos, havia certa relutância, de parte dos doentes e de seus familiares, em aceitar sua remoção para o hospital. Muitos partos, por exemplo, tiveram que ser realizados a domicílio, inclusive com aplicação de fórceps, o que constituía prática recomendada e costumeira, dentro dos limites do conhecimento da época. Basta lembrar que a indicação de cesárea era ainda muito rara, porque esta operação causava a freqüente e temida infecção puerperal (pós-parto), quando ainda não haviam aparecido a sulfamida e os antibióticos.

Outros casos

A primeira operação cesárea por mim executada ocorreu nos princípios do ano de 1946, tendo como indicação acentuada distocia por desproporção feto-materna. O prognóstico era assim reservado tanto para a vida da gestante como do feto, caso não se optasse pela via cirúrgica. Houve pleno sucesso para a parturiente e para a recém-nascida.

Daí por diante, em todos os casos de precisa indicação, eram executadas as cesáreas, sem que felizmente tivesse a registrar qualquer insucesso. Entretanto, delas não

fiz rotina, pois sempre dei preferência ao parto natural, nos casos possíveis.

Ainda me referindo a ocorrências que se constituíram em destaque, cabe recordar o atendimento a um paciente relativamente jovem, do sexo masculino, carroceiro, o qual fora levado ao hospital, de madrugada, transportado numa carreta, tracionada por trator.

Tratava-se de pessoa ferida por arma branca, com lesão inciso-punctória na região supraclavicular direita.

Logo ao primeiro exame da lesão, pude identificar a presença de uma formação anatômica própria do aparelho digestivo — o *grande epíploon* (que em linguagem popular é chamado de *véu da banha*). Isso tornava evidente que a arma branca havia penetrado até a cavidade abdominal, depois de ter transfixado o pulmão e o diafragma, e, ao ser retirada, a pressão negativa explicava a presença do epíploon, por aspiração, entre os bordos da lesão.

Em conseqüência, deveria ser adotada uma conduta cirúrgica de abertura do abdômen, para tratar as eventuais lesões e recolocar o epíploon em seu devido posto. Como, obviamente, não se poderia saber qual a extensão dos ferimentos dentro da cavidade abdominal, a intervenção cirúrgica a ser efetuada seria uma laparotomia exploradora.

Durante o ato operatório, sob anestesia geral com éter, ficou evidenciada lesão apreciável do fígado e do estômago (só a mucosa não fora aberta). O fígado apresentava acentuada área de hemorragia. Foram aplicados pontos em U, para hemostasia. A parede gástrica foi suturada. Inexistiam outras lesões. O epíploon teve de ser secionado em parte, por se achar impregnado de terra. Fechei a brecha do

diafragma, por onde havia passado a arma, a qual deveria ser de apreciável tamanho, dada a penetração alcançada. Essa foi a parte mais laboriosa.

A evolução do pós-operatório foi muito favorável, apesar do pneumotórax (introdução de ar na cavidade pleural) e do grande enfisema subcutâneo, ambos decorrentes da lesão pulmonar. O paciente teve alta curado, em breve período de tempo, sem apresentar qualquer seqüela.

Não se pode esquecer que, nessa época, a anestesia geral se fazia pelo éter, já que felizmente o balfosfórmio caíra em desuso. Entretanto, mesmo ela não assegurava o chamado e necessário “silêncio abdominal”, isto é, a permanência das vísceras em relativo repouso. Por isso, com os movimentos respiratórios, eram as alças intestinais impelidas para fora da cavidade abdominal (*a dança das vísceras*), o que tornava extremamente difícil o prosseguimento do ato operatório.

Eram então usadas as chamadas compressas operatórias, que consistiam em pequenas toalhinhas dotadas de um cadarço, introduzidas na cavidade abdominal, para se evitar a evisceração.

Um cuidado corriqueiro, mas indispensável, consistia na contagem das compressas utilizadas, para se evitar permanesse alguma na cavidade abdominal ao se encerrar a operação.

Ocorre-me, também, mencionar o caso de um jovem paciente oriundo de uma vila do Município de Caconde, denominada Barrânia, a qual, na época, possuía grande parte das casas com paredes de pau-a-pique, local preferido para moradia do inseto transmissor da doença de Chagas.

Eis que, ao entrar referido paciente na sala de exames de meu consultório, nele observei edema palpebral de um só olho, dado reconhecido clinicamente com o nome de sinal de Romaña, e que é típico da Doença de Chagas, mas somente observável na fase inicial da doença. Esse sinal, embora de nosso conhecimento teórico, nunca havia sido efetivamente apreciado durante o curso médico.

Para comprovar se era ou não a suspeitada moléstia, fiz contato com a Faculdade de Medicina da USP. O Dr. José Lima Pedreira de Freitas enviou-me por via postal, em embalagem própria, alguns exemplares do inseto transmissor — *Triatoma megista*, vulgarmente chamado *barbeiro*.

Estes insetos deveriam picar o paciente, dele sugando pequena parcela de sangue. Ainda vivo, o inseto seria encaminhado para a Faculdade; concluído o ciclo evolutivo no hospedeiro intermediário, seria possível, nos casos positivos, identificar o agente etiológico da doença (*Schizotripanum cruzi*, mais conhecido como *Tripanossoma cruzi*). Esse exame tem a denominação de Xenodiagnóstico.

O caso em apreço teve, infelizmente, confirmação diagnóstica, pois a moléstia, ainda hoje, não conta com medicação eficiente.

O Dr. José Lima Pedreira de Freitas havia sido meu colega de classe no Colégio São Luís, tendo feito brilhante carreira e chegado a Professor Titular na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Desenvolveu estudos avançados na pesquisa da Moléstia de Chagas, sendo que a sororreação específica para a diagnose da doença passou a denominar-se *Reação de Machado Guerreiro-Pedreira de Freitas*. José Lima faleceu, prematuramente, em consequência de grave acidente automobilístico.

Cito ainda o caso ocorrido com uma paciente de pouca idade, de cerca de um ano e meio, e que ao exame revelara um quadro abdominal agudo, com febre alta e diferencial pronunciada entre a temperatura axilar e a retal. O diagnóstico de apendicite aguda foi confirmado na intervenção cirúrgica.

Reporto-me a este caso pela circunstância de que a cirurgia foi praticada, diria eu, sob pressão dos pais, pois, tratando-se de criança de tão tenra idade e de família dotada de recursos, minha indicação fora expressa no sentido de procurar-se centro cirúrgico dotado de cirurgião pediátrico.

Entretanto, em face da recusa formal em atender minha sugestão, tive de enfrentar o desafio, pois a decisão dos pais de não ser a pequena paciente transferida fora irredutível. Graças a Deus, o ato cirúrgico teve feliz resultado, facilitado pela sorte de possuir eu um jogo de pinças e afastadores norte-americanos, de tamanho reduzido, o qual me fora recentemente presenteado.

A Medicina do Trabalho

Os dois últimos anos de meu exercício profissional em Caconde coincidiram com as obras de construção da represa do Rio Pardo, no local denominado Paradoiro. Nessa ocasião, tive minhas atividades profissionais em muito acrescidas, em função do grande número de operários que nelas trabalhavam, ultrapassando a quota de mil homens. Eram empregados da empresa *Camargo Correa*, para a qual passei a prestar atendimento. Foi meu primeiro contato com os problemas ligados à Medicina do Trabalho.

Meu serviço principal consistia na prática de exames médicos admissionais. Em especial, competia-me sele-

cionar, pelas condições de higiene e de compatibilidade, os candidatos a emprego; para isso, levava em conta as funções a serem executadas.

Tive a lamentar grave acidente do trabalho, ocorrido com um operador de máquina de grande porte, o qual, em consequência de capotagem do veículo, sofrera esmagamento total de um de seus membros inferiores. Foi por fim praticada a amputação, por desarticulação coxo-femural.

A Serrinha da Conceição

Durante minha permanência em Caconde, além do exercício da medicina, dediquei-me também à atividade agropecuária.

Cuidei especialmente da cafeicultura, da pecuária leiteira e da suinocultura. Sempre procurei aprimorar os métodos de trabalho e a seleção das variedades de café, orientado pelo Instituto Agrônomo de Campinas e pelas entidades ligadas às outras duas atividades.

Procurei aproveitar, da melhor forma possível, os ensinamentos recebidos. Plantei várias glebas, com variedades escolhidas de café bourbon vermelho ou amarelo, mun-

do novo ou catuaí. Usei mudas preparadas em viveiro adequado. Plantei-as com observância das curvas de nível, que eram indispensáveis, dada a topografia de acentuada declividade dominante.

Para o cultivo do café, os passos iniciais partiam da feitura de esmerado canteiro para germinação das sementes, com replantio em saquinhos plásticos, até que as mudas adquirissem desenvolvimento suficiente para o plantio definitivo, em covas devidamente adubadas. O viveiro onde eram feitos os canteiros recebia uma cobertura com bambus, dispostos de maneira a permitir leve insolação.

Certamente que, para se obter êxito, o trabalho despendido no manejo de um viveiro de café reclamava a presença de um trabalhador zeloso. Contava eu para esse fim com um antigo e excelente empregado, de nome Euclides Gonçalves, o qual durante a safra cafeeira também era responsável pela secagem do café colhido, quando para isso eu utilizava o terreiro de café, antes de completar a seca pelo secador.

Tendo citado o nome de um dos empregados da Serrinha da Conceição, a título de homenagem e pelo longo período de vários anos de trabalho, vale lembrar, entre tantos outros, José Marciano, Roque Paulino de Souza, Joaquim Cota, José Pereira da Silva, o Zico Pocaia, Ângelo Avelino, Laudelino de Moraes, Jaime Ribeiro, Paulo Ribeiro, José Bernardo, Carmo Bernardo, Josué Pepe Neto (meu afilhado), seu pai Cândido Pepe (meu Compadre), administrador da fazenda e o pai deste, Josué Pepe, o qual fora também administrador anteriormente em minha fazenda.

Com estrita observância dos métodos preconizados pelo Dr. Romeiro, engenheiro agrônomo de quem re-

cebia assistência, eram as atividades agrícolas desempenhadas com muito esmero. A infra-estrutura da fazenda estava bem dotada.

Assim passou a fazenda a contar com energia elétrica da rede municipal, com linha própria, espaçoso terreiro para a secagem do café, complementada por moderno secador, lavador automático, despulpador e descascador, além de tulha para repouso do café (visando à melhor padronização do grau de secagem do café em coco) e armazém para o café beneficiado.

Quando surgiu o grave problema da ferrugem do cafeeiro, não tive dúvidas em procurar, com urgência, o Instituto Biológico em Campinas e, com a orientação recebida, desde logo iniciar o combate, servindo-me das pulverizações preconizadas, à base de produtos derivados de cobre.

Na suinocultura, passei a adotar o sistema de confinamento. Abandonei o anterior método de soltá-los no mangueirão e construí uma pocilga, toda ela pavimentada com pedras de boa clivagem, obtidas na própria fazenda. O planejamento foi bem executado, e, mais tarde, acabou servindo de modelo até para um suinocultor de Botucatu, que fora de avião até Itaiquara e me procurara na Santa Casa para conhecer minhas instalações. Além de dezoito compartimentos para maternidade, havia o pátio de insolação, recinto para reprodutores, três pátios de crescimento e dois outros de engorda.

Falando da Serrinha da Conceição, vejo-me compelido a falar da existência de uma reserva de mata nativa, com área aproximada de vinte alqueires, que contava com árvores de grande porte. Numa das margens da mata, corria um riacho de água cristalina, de temperatura sempre

baixa. Esse regato serviu, de uma feita, como verdadeira geladeira, num piquenique promovido pelo Rotary Club de Caconde.

Durante essa fase de atividades agropecuárias, juntamente com outras pessoas que exerciam o mesmo mister, tive o ensejo de participar da organização da *Associação Rural de Caconde*, da qual fui o primeiro presidente. Construí o edifício sede, com planta de autoria do arquiteto Plínio Croce, sem ônus para a entidade.

Também foi contemporânea a fundação da *Cooperativa Agrícola de Caconde*, da qual também participei.

Em ambas as iniciativas, desempenhou papel relevante meu primo Ítalo Mazzilli, advogado culto, diplomado pela Faculdade de Direito da USP e evoluído agropecuarista. Ele veio a ocupar por várias vezes a presidência de ambas organizações.

Devo dizer que dessa atividade agropecuária, apesar do grande fascínio que em mim exercia, ao dela me afastar, nenhum arrependimento tive. Dei minha parcela de contribuição, como continuam dando aqueles que nessa área labutam, mas a compensação de ordem material é muito difícil de ser alcançada, e os sacrifícios econômico-financeiros são de grande monta.

Não posso me esquecer de que a Serrinha da Conceição proporcionava a mim e a meus familiares um excelente lazer, quando lá passeávamos ou exercitávamos a pesca nos açudes povoados por *tilápias* ou *black bass*, sendo que desta variedade de peixe, o de maior tamanho foi pescado por Maria Thereza!

A certa altura, já residindo em São Paulo, e sendo mais difícil cuidar dos afazeres ligados à fazenda, decidi vendê-la. Precedendo a escritura de venda da fazenda, procedi à rescisão do contrato de trabalho dos empregados, em Juízo, pelo Feito n. 171/75, de minha iniciativa, tendo sido a rescisão homologada em 09 de outubro de 1975. Conservo comigo a respectiva certidão do 2º Cartório de Notas e Ofício de Justiça de Caconde.

As caçadas

Antes de passar a outras apreciações, na fase de minha permanência em Caconde, farei um sucinto relato de outra atividade de lazer, consistente nas caçadas que habitualmente eu praticava, permitidas naquele tempo.

Nos primeiros anos, a partir de 1944, sempre caçei em companhia de um bom amigo cacondense — Amélio Justino de Bastos, excelente caçador, versado em assuntos pertinentes ao manejo de armas e preparo da munição, a qual era artesanalmente feita, com esmero. A modalidade praticada era a caça ao veado catingueiro, ainda existente, embora já em via de extinção.

Felizmente — vejo hoje — nunca cheguei a atirar num exemplar, embora me divertisse bastante, durante os atos preparatórios.

O desenrolar de uma caçada de veado era excitante, porque envolvia, de início, as prolongadas cavalgadas. O ponto alto consistia na localização do animal, o qual geralmente permanecia abrigado numa moita, em capão de mato, onde seria então pressentido por um dos cães da matilha.

Este era de faro mais aguçado e tinha apenas a função de descobrir a caça, quando então passava a latir de forma característica. Essa operação era denominada de *levantante*. Logo em seqüência, era dada uma salva de tiros, para alertar os demais cães. O cão farejador era de porte menos avantajado e, por isso, era vagaroso na corrida. Cabia aos demais perseguir a caça. Havia então os pontos de *espera*, de onde o atirador procurava acertar o alvo.

Numa de nossas caçadas, ocorreu um fato inusitado. Quando ainda cavalgava numa estrada, ao cruzar o rio Bom Jesus, avistei uma cobra enrolada no gradil da ponte; eis que rapidamente usei meu revólver *Smith Wesson*, calibre 38 e, num tiro certo e casual, matei uma respeitável cascavel, atingida na cabeça. Desnecessário dizer que nesse dia não dei segundo tiro!...

Depois da mudança de Amélio para a cidade de Bragança (SP), transferido que fora para igual cargo de Secretário do Ginásio Estadual, meu companheiro na caça à codorna passou a ser o bom amigo Dr. Custódio Tavares Dias, titular da Delegacia de Polícia, exímio atirador e ótimo conversador, o que tornava sempre agradáveis nossas longas caminhadas.

As caçadas que mais eram de meu agrado, praticadas em pastagens do município, eram mesmo as de codorna. Contava eu com o auxílio indispensável de um cão perdigueiro treinado. Nisto estava eu muito bem servido, pois o Faísca, mestiço de *Setter e Pointer*, era um animal perfeito, de cor branca com malhas amareladas. Tinha um faro tão desenvolvido, que de um feita ocorreu um fato que até poderia ser referido como bravata de caçador, só que foi autêntico.

Os entendidos sabem que o cão perdigueiro, ao perceber a caça, está ainda com a cabeça elevada e, pois, orientado pelo cheiro da ave. Nessa condição ele a pressente *de vento*, como é a expressão usada. A partir daí, passa então a farejar o solo, até encontrar o local onde está ela.

Encontrada a caça, normalmente oculta numa moita, o cão estica a cabeça, eleva uma das patas dianteiras, retesa a cauda e fica imóvel, até receber do caçador, já com a arma engatilhada, um leve empurrão com o pé. Nesse momento, o cão dá um bote sobre a presa. A codorna levanta vôo inclinado e, quando, o horizontaliza, ou seja quando *encastela*, na expressão dos caçadores, está no ponto de tiro. Se o tiro for certeiro, o cão vai em busca da caça e a traz, pela boca, ao caçador.

Pois agora eis o relato. Quando de uma feita, o Faísca estava trazendo uma codorna abatida, ainda assim percebeu, no trajeto, outra que estava na moita; *amarrou-a*, para usar a linguagem adequada, ou seja, indicou ter descoberto a caça, e adotou a postura já descrita, o que parecia difícil entender, estando ele com as narinas impregnadas pelo cheiro da codorna que trazia à boca. Mas o fato foi verídico: a segunda codorna efetivamente veio a ser abatida, não obstante ser o relato de um caçador!...

O meu belo perdigueiro Faísca permaneceu comigo por quatro anos, aproximadamente. Acabou sendo furtado, e dele, lamentavelmente, nunca mais tive notícia.

Em substituição ao Faísca, meu amigo Eleodoro Carneiro, também companheiro de caçadas, ofertou-me um lindo perdigueiro, marrom escuro — *Moleque* —, que, embora não tivesse as mesmas qualidades de caça do Faísca, deixou saudades em todos meus familiares, quando também foi furtado.

O Rotary

Ocupar-me-ei, nas páginas que se seguem, do surgimento em Caconde, do Rotary Club (R.C.), o que ocorreu cerca de três anos após o início de minha vida profissional, ou seja, no ano de 1946. Como único remanescente dos rotarianos que tomaram parte em sua fundação, não posso furtar-me a um breve relato dos fatos mais significativos que envolveram aquele evento e seus desdobramentos.

O Rotary International (R.I.) foi fundado em 23 de fevereiro de 1905, por Paul Percy Harris, na cidade de Chicago, Illinois (EUA). Hoje é a maior organização internacional de clubes de prestação de serviços do mundo, contando,

nos dias atuais, com 28.531 Rotary Clubs com 1.193.376 rotarianos, dos quais, no Brasil se acham sediados 2.103 clubes com um total de 56.471 rotarianos (dados estatísticos de fevereiro de 1998).

Nosso padrinho, o Rotary Clube de São José do Rio Pardo (SP), de tão alta tradição e prestígio, iniciou os primeiros contatos com um grupo de pessoas de Caconde, visando ao estabelecimento de uma célula rotária em nossa cidade.

Consoante consta da ata inaugural de nossa instituição, o grupo de pioneiros da unidade rotária cacondense foi o seguinte: Alcindo Maringoli (comerciante), Alcindo Moreira (comerciante), Alcino de Souza Lima (dentista), Amélio Justino de Bastos (secretário do ginásio), Francisco Campos de Moraes (delegado de polícia), Genoplos Moreira da Silva (juiz de direito), Hugo Mazzilli (médico), João Mathias Duarte (cafeicultor), João de Castro (bancário), João Batista Stefanini (funcionário público), José de Paiva Dutra (advogado), José Mário Mazzilli (pecuarista), José Sanches Vallejo (varejista), Luiz Zerbini Júnior (fazendeiro), Mário Arruda (corretor), Osvaldo Moreira (escriturário), Paulo Almeida Sanderville (engenheiro), Sebastião Delfino Machado (professor), Wilson Queiroz Ribeiro (professor).

Ao relacionar os fundadores do R.C. de Caconde, indiquei a profissão de cada um. A razão de ser deste detalhe reside na circunstância de que isto significa a maneira de classificar o rotariano. O objetivo a ser alcançado consiste na proporção que deve ser respeitada, com o escopo de obter o equilíbrio do quadro social, assim se evitando grupos de mais de 10%, aproximadamente, de cada profissão.

Os esclarecimentos sobre a origem, programa, objetivos, estatutos e regimentos, tanto de Rotary International como do Rotary Club, foram-nos amplamente ministrados pela equipe integrada por Ademar de Almeida, Edmundo Sbrocco, José Bragheta, Oswaldo Gallotti e Waldemar Poggio, do R.C. de São José do Rio Pardo, nosso clube padrinho.

Foi, realmente, de alto nível a assistência prestada pelo citado grupo de rotarianos riopardenses. Prolongou-se sua presença por várias semanas seguidas, em todas nossas reuniões preparatórias, até o recebimento do diploma de admissão de nosso clube em Rotary International.

Dessa forma, a instrução rotária transmitida foi a melhor possível. Esse foi fator de primordial importância para assegurar o bom desempenho de um Rotary Club recém-organizado.

Cabe lembrar que houve uma providência muito salutar, de parte dos companheiros cacondenses. É que, para se evitar malogro ou dificuldades futuras, decorrentes de injunções políticas, o quadro social foi composto com número igual de companheiros ligados às duas correntes políticas locais mais expressivas existentes na época.

Firmou-se, além disso, um compromisso de cavaleiros, sempre respeitado, de se seguirem à risca as recomendações estatutárias de Rotary International, quanto ao não-envolvimento do clube em assuntos de política partidária. Isso passou a gerar resultados positivos, até mesmo no relacionamento de vereadores da Câmara Municipal de Caconde, alguns deles rotarianos, e que eram adversários políticos.

Quando fundado, o R.C. de Caconde integrava o Distrito 121 de R.I., cujo competente Governador era nosso companheiro Olivier Heiland, do R.C. de Barretos, de cujas mãos recebemos nosso Diploma de Admissão ao Rotary International.

No ano rotário 54/55, em razão de redistritamento mundial, o clube passou a pertencer ao Distrito 140, quando era Governador de Distrito o companheiro Osvaldo Gallotti, do R.C. de São José do Rio Pardo; no ano seguinte, 55/56, foi a Governadoria ocupada por Rowilson Flora, do R.C. de Poços de Caldas (MG), ambos médicos de grande cultura e que tiveram um desempenho marcante durante o período da respectiva Governadoria, os quais representaram para mim um ponto de apoio muito expressivo, na proveitosa convivência que pude manter com ambos.

A Governadoria

No ano rotário 56/57, coube-me a honrosa incumbência de receber o elevado cargo de Governador.

O lançamento de minha candidatura foi feito pelo companheiro João José Nigro, que, justamente, viria a ser um de meus maiores colaboradores no exercício do cargo. A indicação deu-se numa reunião inter-clubes, promovida pelo R.C. de Caconde, com a presença de inúmeros companheiros de clubes vizinhos e do Governador Rowilson Flora.

No meu caso, a eleição foi procedida pelo Correio. Esta modalidade de escolha do Governador de Distrito não é a habitual, mas tornou-se necessária em virtude da renún-

cia, por motivo de saúde, do companheiro Mário Pauluci, do R.C. de Taubaté (SP), então Governador Indicado. Isso ocorreu às vésperas da Assembléia Internacional, sem tempo hábil para recorrer-se ao pleito normal.

Como estatutariamente ocorre, a eleição para o cargo de Governador de Distrito somente se concretiza com a ratificação pela Assembléia Internacional, que precede a Convenção Internacional.

No ano rotário de minha Governadoria, a Assembléia Internacional foi sediada em Lake Placid, Estado de Nova Iorque (EUA). Os preparativos para minha viagem foram assim executados de maneira apressada, sem que também me fosse dado o privilégio de contar com a companhia de minha esposa, Maria Thereza, a qual convalescia de moléstia, felizmente sem gravidade, mas que demandava repouso por certo período.

Era minha primeira viagem aérea para o exterior. Foi realizada em aeronave que, na época, se situava entre as de maior porte. O avião era um DC-6, que, para decolagem, usava o Aeroporto Militar de Guarulhos, pois a única pista de Congonhas era de insuficiente extensão.

A primeira etapa da viagem compreendeu o trajeto São Paulo — Lima (Peru), cumprida em seis horas de vôo, realizado durante o dia. Permaneci na capital peruana durante dois dias, realizando os passeios de interesse turístico, dos quais marcou em mim a visita à Pachacamac, onde apreciei as belas construções dos Incas, como os templos do Sol e da Lua e os célebres canais de irrigação.

Já o segundo trecho, durante a noite, completou a ligação Lima — Miami (EUA), com escala em Balboa (Pa-

namá). Seguiu-se outro percurso, até atingir Washington D.C., e por último Nova Iorque (EUA). Como se vê, uma viagem aérea bem mais prolongada e sem a avançada técnica e o melhor conforto que hoje são oferecidos.

Durante a Assembléia Internacional, desfrutamos de excelentes instalações no conjunto hoteleiro de Lake Placid, situado na região dos Grandes Lagos, ao norte do Estado de Nova Iorque, quase na fronteira com o Canadá, e onde permaneci cerca de dez dias. Tivemos o ensejo de visitar a bela cidade canadense de Montreal.

Nessa ocasião, recebi instrução rotária, em regime de tempo integral, com o objetivo de ser preparado cada Governador, assim podendo bem desempenhar as atribuições respectivas, ao assumir o cargo.

A Convenção Internacional, a seguir, realizada na linda cidade de Filadélfia (EUA), colocou-nos em contato com rotarianos do mundo inteiro e constituiu-se numa das mais belas reuniões do gênero. Tivemos os rotarianos e convidados a oportunidade de usufruir de programação muito bem planejada, além dos objetivos propriamente rotários, enriquecidos com visitas aos pontos turísticos da cidade, quando vimos o Sino da Independência americana.

É mister recordar a realização de selecionados programas sociais, espetáculos teatrais, e os maravilhosos concertos musicais, com a célebre Filarmônica de Filadélfia, sob a regência do excepcional maestro Ormandy.

Até visitas a dois centros cirúrgicos, do mais alto conceito, foram-me dadas efetuar. Assisti a atos operatórios de avançada técnica cirúrgica.

O culto Presidente de Rotary International, Gian Paolo Lang, cumprindo a tradicional praxe, apresentou como metas para desempenho em seu ano rotário a trilogia resumida nas seguintes afirmações:

- conservar a simplicidade em Rotary;
- mais Rotary nos rotarianos; e
- maior compreensão entre os homens.

Foi nesse ano rotário 56/57 que se encerrou o período de existência do Distrito 140, em consequência de novo redistritamento. Com numeração modificada, nosso Distrito recebeu o número 459, hoje rotulado 4.590.

Foi meu sucessor na chefia do Distrito o Governador Arthur Francisco Póvoa, do R.C. de São Lourenço (MG), companheiro de notáveis predicados pessoais e que desempenhou com total eficiência seu mandato. Póvoa, além de zeloso e dedicado governador, foi sempre um companheiro de extrema delicadeza no convívio com todos os rotarianos, os quais, dele, só guardaram gratas recordações.

Quando realizei a visita oficial ao R.C. de São Lourenço, hospedei-me com Maria Thereza na residência do casal Póvoa, tendo sido além de qualquer expectativa as atenções por nós recebidas.

Em meu período de Governadoria, era o Distrito de diferente e enorme extensão territorial. Englobava parte do Estado de São Paulo (Região Mojiana e Vale do Paraíba) e de Minas Gerais (Sul de Minas e Circuito das Águas). Congregava 37 clubes, nem sempre próximos, e, à época, servidos por deficiente malha rodoviária. Não havia estradas

pavimentadas, o que tornava extenuante vencer a vasta quilometragem a ser percorrida.

Eis a relação dos clubes rotários que integravam o então Distrito 140: Alfenas – Araras – Amparo – Bragança Paulista – Caçapava – Caconde – Cambuquira – Campinas – Campos do Jordão – Caxambu – Cruzeiro – Guaratinguetá – Itatiba – Itapira – Jacareí – Jundiá – Lavras – Leme – Limeira – Lorena – Machado – Moji Mirim – Pindamonhangaba – Pirassununga – Poços de Caldas – Rio Claro – São João da Boa Vista – São José dos Campos – São José do Rio Pardo – São Lourenço – Serra Negra – Socorro – Taubaté – Três Corações – Ubatuba – Varginha.

Sempre contando com o entusiasmo e a dedicação ímpar de minha querida e inesquecível Maria Thereza, pudemos levar a bom termo todas as visitas oficiais aos clubes. Realizamos também as Assembléias de Distrito e a Conferência Distrital, sempre com o mais elevado e produtivo resultado que tais eventos rotários visam a colimar.

Foi em meu período de Governadoria que tive o ensejo de entregar o diploma de admissão ao R.C. de Jacareí (SP), fundado na anterior administração de Rowilson Flora e, ainda, o privilégio de promover a fundação de dois novos clubes: Três Corações e Cambuquira, ambos do Estado de Minas Gerais, aos quais também fiz a entrega dos respectivos diplomas de admissão.

Relembrar a vivência que tive durante o exercício da Governadoria é extremamente gratificante, mas chega a ser quase impossível descrever a maravilhosa experiência haurida no convívio direto com os companheiros de outros clubes, o carinho e as atenções que recebemos, Maria Thereza e eu, durante as visitas oficiais, quase sempre hospeda-

dos na residência do presidente do clube, com as maiores honrarias.

Não posso deixar de reforçar a citação já feita e do mais alto significado, ao referir que em todas as visitas oficiais aos Clubes do Distrito, contei com a companhia e a colaboração indispensáveis de Maria Thereza.

Cabe aqui um registro todo especial. Deve ser mencionado o Secretário Executivo da Governadoria, o companheiro Benedito de Oliveira Santos, sócio honorário do R.C. de Caconde. Era ele exemplar funcionário da Prefeitura de Caconde, ocupando por vários anos, ininterruptamente, o cargo de Secretário Municipal, inclusive durante meu mandato de Prefeito.

O companheiro Benedito foi meu braço direito em ambos os cargos, tendo sido de uma eficiência e dedicação insuperáveis. Tornou ele mais leve o desempenho de minhas atribuições, pelo concurso de sua inteligência, iniciativa, bondade e capacidade de desempenho.

Deixou marcas indeléveis em minha memória o magno acontecimento representado pela Conferência Distrital de Caxambu, que teve como sede o tradicional Hotel Glória. Lembro-me de que o clube anfitrião se excedeu na superação de todas as dificuldades.

A sessão solene de instalação da Conferência iniciou-se às 21 horas de 10 de abril de 1957, e contou com a presença do Dr. José Ribeiro Pena, secretário do Interior, representando o Governador do Estado de Minas Gerais, Dr. José Francisco Bias Forte; do Prefeito de Caxambu, Paulo L. Mello; do juiz de Direito da Comarca, Dr. Manoel Altomare Nardy, e dos seguintes Governadores de anos an-

teriores: Almir Maciel, Bento do Amaral Gurgel, Oswaldo Gallotti, Rowilson Flora e do Governador Indicado, Arthur Francisco Póvoa.

Ocupando lugar de honra, na Mesa Diretora, o companheiro Herbert de Arruda Pereira, do R.C. de São Paulo, desempenhava a honrosa missão de Representante do Presidente de R.I., o que significava autêntica homenagem a nosso Distrito, não apenas pela representação de Gian Paolo Lang, como ainda pela bagagem rotária pessoal de que ele próprio era portador.

Propositadamente deixei de mencionar o nome do Presidente do clube anfitrião, entre os componentes da Mesa que dirigia a solenidade, para agora dar maior destaque à sua pessoa — Francisco Castilho Moreira. Com efeito, este digno companheiro desempenhou com inigualável eficiência e dedicação, todos os trabalhos imprescindíveis ao bom êxito de nossa Conferência, para isso contando com o auxílio valioso dos rotarianos do R.C. de Caxambu.

Sem excluir qualquer dos companheiros que apresentaram trabalhos para o plenário da Conferência, é meu propósito realçar a colaboração de Paulo Mangabeira Albernaz, do R.C. de Campinas (SP). Sua monografia *Atividade individual do rotariano* trouxe abordagem completa em assunto de grande interesse para a instituição. Mangabeira Albernaz veio, posteriormente, a ser Governador de nosso Distrito, assim marcando sua passagem de forma inesquecível.

Outro tema que também merece citação, pelo valor de seu conteúdo, foi relatado pelo companheiro Antônio Magalhães Alves, do R.C. de São Lourenço, intitula-

do *Reação em cadeia*, um primoroso trabalho que teve acolhida unânime e elogiosa, por parte do plenário. Cabe-me recordar, com saudade e gratidão, ter sido eu aluno do companheiro Magalhães Alves, na cadeira de Geografia, quando cursava o Ginásio Municipal de Muzambinho.

Em resumo, e para não me alongar, recordo que Maria Thereza e eu, ao finalizar-se nossa Conferência, com um requintado jantar festivo, do qual participaram 204 pessoas, não tínhamos palavras para traduzir nossos sentimentos de reconhecimento a todos os rotarianos e convidados que abrilhantaram a Conferência do Distrito 140 do R.I.

Estávamos, posteriormente, Maria Thereza e eu, em visita oficial ao R.C. de Cruzeiro, no Vale do Paraíba (SP), e no dia seguinte deveríamos tomar parte na comemoração do 25º aniversário do clube de Campinas. Apesar da considerável distância a ser percorrida e de compromissos a serem cumpridos no dia imediato, ainda em Cruzeiro, e sempre utilizando nosso meio de transporte — um *Jeep Willys* modelo 51 —, conseguimos chegar em tempo, quando, já estando sendo executados os primeiros acordes do Hino Nacional, ia ser aberta a reunião.

Foi uma festa maravilhosa, que deixou impressões marcantes pela alegria e beleza da comemoração.

Ao ensejo do cinqüentenário do mesmo clube, também tive o privilégio de estar presente à reunião. Coube-me a honra de fazer a saudação oficial, em nome dos Governadores de anos anteriores.

São tantas e tamanhas as recordações e alegrias desfrutadas, que especialmente àqueles, aos quais foi atri-

buída a Governadoria de Distrito, torna-se natural aquilatar a grandiosidade das emoções vividas.

Quando se extingue o mandato do Governador de Distrito, há como que um verdadeiro vazio, isto porque cessam a enorme correspondência e os inúmeros contatos mantidos com Rotary International e com os clubes do distrito, representados por dezenas de cartas, boletins, telegramas e telefonemas semanais.

Conselheiro de Informação Rotária

No ano subsequente, 57/58, fui distinguido com a nomeação oriunda do Presidente de Rotary International para o cargo de Conselheiro de Informação Rotária.

Para o normal e eficiente desempenho de tão expressivo e importante encargo, recebi a convocação para comparecer em Buenos Aires, onde seriam ministradas as instruções e treinamentos adequados. Tive a alegria de realizar a viagem à capital da Argentina por via marítima. Embarquei em navio da Mala Real Inglesa, o *Andes*, e contei

com a companhia insubstituível de Maria Thereza, o que para mim significou outra ordem de grandeza.

Nessa viagem à Argentina, foi conosco o casal Pompílio e Lídia Nigro Conceição, tios de Maria Thereza, sendo ele Juiz de Direito aposentado. Excelentes pessoas, valorizaram ainda mais nosso passeio marítimo.

O retorno, ainda por mar, foi feito a bordo de um ótimo navio italiano — o Conte Biancamano. A tripulação tinha temperamento alegre, sendo excelentes a comida e os vinhos, como o *Chianti Melini Vecchio* e *Orvieto Antinori*.

De volta, logo me dediquei aos preparativos para iniciar a realização dos *Institutos Rotários de Um Dia*.

Estabeleci contato com os Governadores de cada Distrito e com os Presidentes dos clubes anfitriões. Minha responsabilidade restringia-se ao atendimento dos Distritos 451, 453, 459 e 461, que tinham como clubes anfitriões, respectivamente, Barretos (SP), Corumbá (MS), Campinas (SP) e Santo Amaro (SP). Felizmente, não encontrei óbice algum no desenrolar dos trabalhos, embora exaustivos pelo tempo exigido para cada assunto e pela variedade dos questionamentos propostos. Realizei todos os Institutos programados, tendo havido comparecimento de elevado número de companheiros.

Nosso País contava então com dez Distritos Rotários, nos quais eram realizados os referidos Institutos. Compreendiam o período da manhã e o da tarde, com real aproveitamento.

Até então, só havia um único Conselheiro de Informação Rotária para todo o Brasil, o companheiro Raimun-

do Oliveira Filho, conhecedor profundo dos assuntos rotários e possuidor de vasta cultura geral. Realizou ele trabalho de expressivo valor em prol do ideal rotário. Sem dúvida, Raimundo teria ocupado a presidência de Rotary Internacional, não tivesse falecido prematuramente, conforme era consenso unânime entre os rotarianos brasileiros.

A representação do Presidente de R.I.

Na Conferência do Distrito 456, realizada em São Lourenço (MG), no ano rotário 74/75, recaiu em mim a distinção de Representante do Presidente de Rotary International, por designação pessoal dele próprio, o companheiro William R. Robbins, circunstância que constitui raro privilégio para um rotariano.

A Governadoria do Distrito 456 estava a cargo de Waldemar Raush, do Rotary Club de Divinópolis (MG), cuja competência ficou bem evidenciada durante o transcurso dos trabalhos do conclave rotário, de alto nível e com excelente comparecimento de rotarianos e convidados.

A Fundação Rotária

Vale lembrar que Rotary possui uma entidade de magna expressão — a Fundação Rotária, que representa um dos pontos mais elevados na consecução do ideal de servir. A fundação incumbe-se da outorga de bolsas de estudo, em vários graus, inclusive em pós-graduação universitária.

A Fundação Rotária merece ainda destaque muito especial pelo aporte de recursos, em grande escala, nos programas mundiais de saúde. Como exemplo, citaria o combate à paralisia infantil (Poliomielite Anterior Aguda), praticamente erradicada de muitos países, entre os quais o Brasil, graças à vacina, fruto da genial descoberta de Albert Sabin.

A contribuição oriunda da Fundação, nesse sentido, teve aspecto decisivo.

Basta lembrar, para reforçar essa assertiva, que, em 1993, a Organização Mundial da Saúde homenageou o Rotary International com sua mais alta condecoração — a medalha de ouro *Saúde para Todos* — por sua contribuição para a saúde mundial e especialmente pelos esforços envidados na luta contra a pólio.

Pois bem, para auxiliar o orçamento de referida instituição, existe a norma de se conceder títulos de *sócios Paul Harris*, seja a rotarianos seja até mesmo a suas damas, o que é feito mediante substancial contribuição. Nesse procedimento, não raro procede-se à outorga do referido título a pessoas de grande mérito, ainda que não pertencentes ao quadro social de Rotary.

O R.C. de Caconde já conta com três *sócios Paul Harris*, entre os quais tenho a honra de figurar. Foram os outros dois Waldemar Carlos de Souza e Osmar de Oliveira, ambos de saudosa memória.

A prova quádrupla

Conta Rotary com um instrumento de real expressão para estabelecer parâmetros éticos na conduta de seus sócios — a chamada *Prova Quádrupla*. Essa prova foi idealizada pelo rotariano Herbert J. Taylor, de Chicago, em 1933, e resume-se a quatro perguntas sobre aquilo que pensamos, dizemos ou fazemos:

- 1 — É a verdade?
- 2 — É justo para todos os interessados?
- 3 — Causará boa vontade e melhores amizades?
- 4 — Será benéfico para todos os interessados?

O simples enunciado das perguntas formuladas dispensa maiores comentários para o entendimento do fim colimado. O objetivo é aprimorar os métodos éticos em qualquer profissão.

Rotary procura difundir o conteúdo da citada prova até mesmo entre não-rotarianos.

Ainda o R.C. de Caconde

O Rotary Club de Caconde, em seu passado de glória, deu ao Distrito outro Governador, na pessoa do companheiro Waldemar Carlos de Souza. Foi ele eleito no ano rotário 78/79, e, contando com a inestimável colaboração de sua esposa Crizeide, exerceu com brilho sua missão e deixou assinalada sua passagem de forma marcante. Também foi distinguido com a representação do Presidente de Rotary International, em Conferência Distrital.

No presente ano rotário — 98/99 —, nosso clube conta com os seguintes companheiros: Adriane Aparecido Garcia (agrônomo); Antônio Carlos Delatorre (eletricista);

Carlos Aparecido Zerbini (advogado civil); Hugo Mazzilli (veterano — classificação anterior: medicina – cirurgia); João Paulo Muniz (engenharia – agronomia); José Américo Bertolini (comerciante); José Eduardo de Oliveira Mazzilli (arquiteto); Reinaldo Maringoli (advogado criminal); Roberto Abrahão (medicina – cirurgia); Valmir Civiteresa (mecânico). A presidência cabe a José Eduardo.

Os rotarianos cacondenses conseguiram alcançar a inusitada alegria de comemorar o cinqüentenário de fundação de seu clube (1996), pois não desmereceram, ao longo de meio século de existência, os preceitos rotários da obra benfazeja e de alcance mundial de Paul Percy Harris.

Em vista de tal efeméride, e dentro das melhores tradições rotárias, o R.C. de Caconde empregou todo seu empenho ao promover as comemorações de seu cinqüentenário. Fez memorável reunião, que foi prestigiada por todos os clubes da região.

Naquele ano rotário 96-97, de nosso cinqüentenário, presidia o Clube, com toda eficiência, nosso prezado companheiro Reinaldo Maringoli. Contando com o melhor desempenho de todos, e tendo à frente da chefia do protocolo Roberto Abrahão, com muita propriedade, o clube promoveu inesquecível reunião festiva.

Tive a ventura de comparecer a essa comemoração, ocasião em que contei com a companhia de minha diletta filha Ana Cecília e meu prezado genro Hélio.

Nosso clube sempre conservou acesa a tocha do “ideal de servir”. Manteve, assim, os olhos voltados para os objetivos permanentes, que servem de inspiração para valorizar o desempenho de todas as profissões dignas, e

buscou como alvo o entendimento entre as criaturas e a paz entre as Nações.

Sinto-me feliz pela condição de rotariano, porque pertenço a uma organização cujos rígidos princípios éticos, fundados no propósito alevantado do ideal de servir, têm continuidade, através dos tempos.

Sem dúvida, o mérito é maior ao se considerar que as obras humanas, em expressiva maioria, por limitações próprias, possuem tendência à fragilidade, capaz de conduzi-las ao perecimento.

Entretanto, com Rotary, sucede exatamente o oposto. A cada período transcorrido, mais e mais se afirmaram os postulados rotários e melhor expressão alcançaram suas atividades, a ponto de cada rotariano se sentir ciOSO de sua própria condição e feliz ao compartilhar com os companheiros, do significado profundo da expressão “mais se beneficia quem melhor serve”.

Cabe, porém, advertir que a ação de um clube só se traduzirá em realidade se praticada em conjunto, pois fazemos parte de um grupo social, para nos valermos da concepção sociológica de Durkheim. É do intercâmbio de nossos atos intelectivos e volitivos que promana a funcionalidade de cada clube rotário.

Eis porque nenhum Rotary Club deve ser excessivamente exíguo em seu quadro social, para evitar sejam os encargos distribuídos apenas entre os de sempre e, nem tão grande, pelas falhas do gigantismo. A fixação de tais parâmetros deverá ser fruto do bom-senso, em cada caso concreto.

Agora que as portas de Rotary também se entreabriram para o justo ingresso da mulher — pois anteriormente apenas poderiam pertencer ao seu quadro social pessoas do sexo masculino —, é mister estejam os clubes preparados para essa eventualidade, sempre aprimorando o quadro social qualitativamente.

Um clube bem estruturado permite seja atingido o ideal de Rotary sem que fiquem os rotarianos enclausurados nos próprios redutos. Só assim poderão compartilhar com outrem a sublime alegria de servir.

Gabriela Mistral, na elegância divinal de sua poesia, teceu verdadeira ode ao ideal de servir, que podemos com fervor adotar, ao transcrever o epílogo de uma sua jóia literária:

“O servir não é próprio de seres inferiores

Deus, que nos dá o fruto e a luz, serve.

Poderia chamar-se o Servidor

E tem seus olhos fixos em nossas mãos

E nos pergunta todos os dias

Serviste hoje?

A quem?

À árvore, ao teu amigo, à tua mãe?”

A vida pública

Farei, a seguir, um enfoque diferente. Cuidarei da descrição de fatos relacionados com minha participação na vida pública de Caconde.

Minha profissão de médico muito influiu nessa atuação. De fato, ao meu tempo, e mormente nas cidades do interior, o simples relacionamento com a clientela podia dar ao médico prestígio eleitoral e torná-lo candidato potencial a cargos eletivos.

Era o médico, habitualmente, procurado pelos políticos profissionais, nas épocas de pleitos, para emprestar seu nome em favor da legenda partidária a que estavam ligados.

Esta circunstância tinha outra ordem de grandeza quando predominavam os chamados *médicos de família*.

Terminado no País o período da ditadura, pela deposição de Getúlio Vargas, em outubro de 1945, nova Constituição passou a vigorar em 1946 e, dessa forma, foi devolvido ao povo o direito de votar.

Nas eleições gerais de 9 de novembro de 1947, foram escolhidos pelo eleitores os Prefeitos e Vereadores de todas as cidades brasileiras. Foi nesse pleito que me apresentei como candidato à vereança da Câmara Municipal de Caconde. Contava ela com treze cadeiras; o mandato era exercido sem qualquer remuneração.

Conforme acha-se redigido na Ata de Instalação da Câmara Municipal de Caconde, em sessão de 1º de janeiro de 1948, presidida pelo MM. Juiz de Direito da Comarca, Dr. Octavio Stucchi, foram empossados os seguintes vereadores eleitos: Adolfo Ferreira Pena, Alcindo Moreira, Antônio Ferreira Pinto Filho, Aristodemo Ielo, Darcy Silveira, Francisco Barboni, Francisco Oscar de Vasconcelos, Hugo Mazzilli (Dr.), João de Oliveira Mesquita, José Maria de Almeida, Nestor Ribeiro Nogueira, Rosario Megna e Sebastião Ferreira Barbosa.

Em seguida, foi procedida a eleição da Mesa da Câmara, a qual ficou assim constituída: — para Presidente Nestor Ribeiro Nogueira; para 1º Secretário Alcindo Moreira; para 2º Secretário Aristodemo Ielo.

Não conseguimos eleger nosso candidato a Prefeito, por uma diferença de onze votos, num colégio eleitoral que contava com pouco mais de quatro mil eleitores.

Aqui, todavia, farei um relato esclarecedor. Quando referida eleição estava por ser encerrada, faltando cerca de uma hora, eis que dois caminhões, com chapas de Tapiratiba (SP), chegaram a Caconde e se aproximaram da faixa demarcatória do limite de permissão para propaganda e distribuição de cédulas dos candidatos.

Não havia ainda sido implantada a cédula única, e, dessa forma, os eleitores já portavam a cédula que deveria ser colocada na urna. As pessoas que desceram dos dois caminhões, em número aproximado de cinquenta, todas desconhecidas, tiveram acesso ao local de votação, procuraram as respectivas seções para depositar seus voto e efetivamente votaram.

Após encerrado o pleito, esse fato insólito passou a ser compreendido. Nosso candidato a Prefeito — Francisco Sinisgalli Nigro — foi procurado por sua empregada doméstica, que lhe declarou ter votado duas vezes: a primeira, usando seu próprio título, quando lhe deu o voto, e a segunda, com outro título, de eleitora por ela não conhecida, quando votara contra.

Tive o ensejo de examinar esse título utilizado na segunda votação e, desde logo, vi tratar-se do canhoto e não do original. Com efeito, nessa época os títulos eram confeccionados de maneira tal que canhoto e original possuíam, ambos, a foto do eleitor e, ao ser destacado o título, o picote ficava em sua margem esquerda, ao passo que, com o canhoto, evidentemente, ocorria ficar na margem direita. Esclareça-se que as fotografias eram sempre de má qualidade, de maneira que se prestavam a confusões na identificação do eleitor.

Dada a circunstância de ser eu delegado partidário, era-me assegurada a prerrogativa de acompanhar a apuração do pleito e interpor, quando necessário, recursos contra atos considerados lesivos aos direitos eleitorais.

Passei a pesquisar no Arquivo Eleitoral os canhotos de títulos e, desde logo, vi que a série tinha interrupções. Consegui, ao cotejar com as folhas de votação, levantar mais de quarenta casos de falta do canhoto em hipóteses em que o voto daquele eleitor tinha sido consignado. É de salientar que as assinaturas das folhas de votação não coincidiam com aquelas existentes no livro de carga, quando o eleitor recebera o título.

Era delegado do Partido oposto o Dr. José de Paiva Dutra, competente advogado de vasta cultura geral, meu compadre e dileto amigo, o qual me confessou, particularmente, a preocupação dominante em suas hostes, pelo eficiente recurso por nós interposto.

Tendo presente a pequena diferença de votos entre os dois candidatos, os falsos eleitores inverteram o que seria o resultado verdadeiro.

Estava evidente ter havido fraude no pleito. O Escrivão Eleitoral, todavia, ao pronunciar-se no recurso, declarou que a falta de diversos canhotos se devera a um temporal, com fortes ventos. E que ventos!...

O recurso não foi, entretanto, provido pelo Tribunal Regional Eleitoral. Dessa forma, não foi obtida a pretendida anulação do pleito. Tivemos, assim, de suportar uma derrota imerecida e desonesta, que foi altamente danosa para o interesse público. Ficou perdida a oportunidade de se dar posse a quem de direito e à pessoa dotada de predi-

cados invulgares, o que, por certo, teria significado uma administração proveitosa para o Município de Caconde.

Durante essa legislatura (1948/1951), tive o ensejo de familiarizar-me com os principais atos e atribuições do Poder Executivo e do Legislativo, na esfera municipal. Isso foi de magna importância, dado que, no quadriênio seguinte, tais conhecimentos passaram a me ser de extrema valia, como contarei.

No exercício do cargo de vereador, minha condição de integrante da bancada minoritária obrigava-me ao exame de todas as proposições. Tinha ainda cuidados maiores na elaboração da peça orçamentária. Tudo isso proporcionou-me maior desembaraço para o desempenho de minhas novas atribuições que estavam para ocorrer.

Minha gestão como Prefeito

De fato, tendo me apresentado como candidato ao cargo de Prefeito, nas eleições de 1951, obtive expressiva vitória, com ampla margem sobre meu opositor. O mesmo ocorreu com meus companheiros que pleitearam a eleição para a Câmara, pois conseguimos conquistar oito das onze cadeiras que passaram a constituir o corpo legislativo municipal, quando na legislatura anterior era de treze.

Apesar do orçamento municipal de Caconde ser, na época, muito parco, em razão da inexistência de indústrias e mesmo de atividades comerciais mais expressivas, durante meu mandato de quatro anos, pude, com grande sacrifício, levar a bom termo uma série de realizações.

Obtive junto ao Governador do Estado — Dr. Ademar Pereira de Barros —, a lotação dos cargos do Ginásio Estadual, recém-criado, graças ao apoio do Deputado Estadual Mário Beni, sem o que a existência do referido estabelecimento de ensino teria soçobrado. Para assegurar a medida em apreço, tive que realizar quatro viagens a São Paulo — viagens que eram feitas por minha própria conta.

Consegui empréstimo junto à Caixa Econômica Estadual para o serviço de captação da água destinada ao abastecimento da cidade e construção de moderna estação de tratamento, obras essas que foram concluídas durante minha gestão. Para aquilatar as dificuldades a serem vencidas na obtenção do mencionado empréstimo, é suficiente referir que tive de ir de Caconde a São Paulo por quarenta vezes, sempre às minhas custas, o que parece inverossímil.

Realizei o calçamento da parte central da Praça Rui Barbosa (hoje Praça Ranieri Mazzilli), que é o logradouro principal da cidade. Usei lajotas de concreto, fabricadas na própria Municipalidade.

Construí a estrada municipal que liga Caconde a Palmeiral, para acesso a Poços de Caldas, porque tinha sido inundada pela Represa de Caconde a via até então existente.

Recebi verba federal para retificação de trechos da rodovia Caconde – Tapiratiba, visando a atenuar as pronunciadas curvas.

Também foi federal a dotação orçamentária para reforma do prédio do Grupo Escolar. Lembro-me de que o Ginásio Estadual funcionava em prédio próprio; contudo, tendo havido interdição no prédio em decorrência de fiscalização federal, consegui a mudança de suas instalações para

funcionar, a título precário, em horário noturno, no prédio do Grupo Escolar. Enquanto isso, com a verba acima referida, cuidei de fazer o aproveitamento do subsolo do prédio do Grupo, muito espaçoso e de alto pé-direito, o que logo permitiu o funcionamento do Ginásio em horário diurno, até conclusão de seu prédio próprio.

Um episódio que me aborreceu, na ocasião da reforma do edifício do Grupo Escolar, envolve a pessoa do Presidente Jânio da Silva Quadros.

Na época do ocorrido, achava-se Jânio Quadros no exercício do cargo de Deputado Estadual, quando recebeu uma carta de um bedel do Grupo Escolar de Caconde, na qual se veiculava a falsa notícia de que as obras de reforma já se achavam em andamento, por mim determinado, sem que tivessem sido atendidos os requisitos legais de concorrência pública. Ato contínuo, o ilustre deputado, ocupando a tribuna da Assembléia Legislativa, teceu comentários desairosos à minha pessoa.

Não tive dúvidas em enviar um pormenorizado ofício ao referido parlamentar, esclarecendo-lhe a inexistência dos fatos descritos na denúncia, a começar pela circunstância de se tratar de um prédio pertencente ao Estado e não ao Município, de forma que carecia até ao Prefeito autoridade para nele determinar quaisquer obras, a não ser mediante prévio convênio com o Estado, convênio este que sequer existia.

Meu ofício ficou sem resposta, até que, decorridos alguns meses, durante a realização de um Congresso Nacional dos Municípios, realizado na cidade litorânea paulista de São Vicente, tive o ensejo de me encontrar com o referido deputado. Ao final dos trabalhos, fui ao seu encontro

e, ao cumprimentá-lo, identifiquei-me. Foi quando dele ouvi: — “Já nos conhecemos por via epistolar”, ao que re-dargüi: — “Não nos conhecemos por via epistolar, em absoluto, já que o senhor não se dignou, sequer, a responder meu ofício, sendo assim unilateral o nosso conhecimento.” Ato contínuo, dele me afastei.

Pouco tempo depois, Jânio Quadros, já empossado como Governador do Estado de São Paulo, recebeu-me em audiência, sendo de se referir detalhes que a precederam.

Como estava para se realizar o pleito de escolha do Presidente do País, sendo eu de partido diferente do Governador, recusei-me a assinar manifesto de apoio ao seu candidato. Sabia, assim, que teria dificuldades em obter a audiência solicitada. Depois de ter sido esta aprazada, procurei documentar-me, fartamente, para enfrentar os acontecimentos.

E eles vieram por intermédio do Chefe da Casa Civil. Quando compareci ao Palácio dos Campos Elíseos, fui desde logo informado de que havia um engano de minha parte, quanto à data da audiência. Claro que, em face de minha documentação, quem ficou muito desapontado foi o alto servidor, ao ver desmascarado o ardil, mormente diante de meu propósito anunciado de levar o assunto ao conhecimento da imprensa.

Todavia, não me livreí de um prolongado chá de cadeira.

Apesar disso, os assuntos a serem tratados tiveram curso normal, entre os quais o da reforma do Grupo Escolar, quando me vali do ensejo para recordar a situação anteriormente colocada a propósito da inexistência de obras no mesmo edifício.

Em meu mandato, consegui um convênio com a FAB (Força Aérea Brasileira) que me pareceu interessante para o Município. Pelo convênio, a FAB doou parte dos recursos necessários à construção de um campo de pouso para aviões em Caconde, cabendo à Municipalidade ceder o terreno e executar os serviços de terraplenagem. Em terreno próximo da cidade, tiveram início os trabalhos. Foram executados pela firma EMA (Empresa de Mecanização Agrícola), de propriedade de Nelson Rockefeller. O custo das obras foi bastante reduzido, seja graças à subvenção federal, seja graças ao auxílio de Renato da Costa Lima, ex-ministro da Agricultura, diretor da EMA, amigo pessoal de Rockefeller e meu companheiro político.

É preciso mencionar que a pista de pouso não deveria exceder 700 metros, em seu comprimento, dada a existência de uma grande elevação no final do terreno, o que limitava maior aproveitamento da área.

Foram dois anos de trabalho, mas a obra ficou inacabada. Com efeito, depois de concluído meu mandato, a nova administração não só não deu prosseguimento à obra, como até deixou de enviar a prestação de contas para a Aeronáutica. Isso criou-me sério embaraço que só foi superado porque na Câmara Municipal existia toda a documentação necessária para a referida prestação de contas, de resto aprovada sem ressalvas.

Meu propósito em construir o campo de pouso em Caconde encontrava razão de ser porque naquela época existiam linhas aéreas regulares de São Paulo a Guaxupé (MG), e também a Poços de Caldas (MG). Nosso campo serviria, assim, como ponto de apoio, por se achar na rota desta última cidade.

Nessa ocasião, as pistas de pouso não eram pavimentadas nas cidades do interior, sendo a aterrissagem e a decolagem praticadas em pistas de terra.

Quando estava em obras, lembro-me de que a pista serviu para um pouso de emergência para um avião de pequeno porte, em aterrissagem forçada. O piloto participou, no mesmo dia, de jantar do Rotary Club de Caconde, quando manifestou sua gratidão pela existência do campo de pouso, embora ainda em obras.

Providenciei a realização da primeira visita oficial de um Chefe do Executivo Estadual a Caconde, o então Governador Lucas Nogueira Garcez. Essa visita tornou-se realidade graças aos esforços de meu irmão Ranieri, já então deputado federal. O Governador foi recepcionado com grande homenagem pelo povo, tendo sido inaugurado seu retrato no Paço Municipal — que, infelizmente, soube, há pouco, ter desaparecido.

O cerimonial incluiu um almoço, com elevado número de participantes, organizado pelo Restaurante do Bosque dos Jequitibás, de Campinas.

Promulguei, além de muitas outras, a merecerem destaque, as seguintes leis:

1 — doando ao Governo Federal terreno destinado à edificação do prédio dos Correios e Telégrafos, pois o então existente funcionava em casa adaptada, sem as instalações adequadas.

2 — autorizando a Municipalidade a adquirir um sítio, de cerca de trinta alqueires, para instalação de um Posto Agropecuário. Nesse local deveria funcionar a Escola Agrícola, já criada por lei do Congresso Nacional, após

rejeição de veto presidencial, embora até hoje ainda não implantada.

3 — dando ao Paço Municipal o nome de Miguel da Silva Teixeira, o qual foi o doador de cem alqueires de terra, medidos e demarcados, nas vertentes do Córrego dos Cristais, que se destinavam a constituir o patrimônio da nova Igreja que seria erigida, e, no qual também teria localização a Vila onde hoje se acha a cidade de Caconde.

As cidades paulistas geralmente eram fundadas a partir da construção inicial de uma capela; a seguir, em torno desta, era projetada e construída a Praça central, o que gerava uma Vila e, com o progresso, surgia a Cidade².

Já as cidades mineiras obedeciam a outro tipo de fundação, pois que, após a capela, as casas iam sendo construídas em seqüência, o que dava origem a uma avenida principal, em vez de uma praça central.

4 — permitindo que fossem vendidas, em hasta pública, áreas do patrimônio municipal que eram, até então, aforadas. Esse sistema anterior gerava grande prejuízo para o erário público, porque se tratava de transações que apenas favoreciam os foreiros.

5 — autorizando realizar-se a titulação do domínio de terrenos edificados na cidade. Com isto, visei a corrigir o sistema que antes imperava, e que consistia na simples concessão de títulos de data, de posse dos quais o beneficiário construía sua moradia, mas sem poder comprovar a propriedade do terreno.

2. Ataliba Nogueira, em seu livro *Teoria geral do Estado*, sustentava essa mesma origem para os municípios brasileiros (Faculdade de Direito da USP, 1967).

Estes foram os acontecimentos mais marcantes em minha gestão, sem falar da rotina que obriga todo Chefe de Executivo municipal, particularmente das pequenas cidades, a dedicar-se, diuturnamente, ao atendimento do público e à solução de inúmeros problemas, deveras difíceis, em face da insuficiente arrecadação da maioria de nossas Comunas.

Embora fosse meu desejo poder calçar as vias públicas da cidade, tive de dar precedência à realização do serviço de captação e tratamento da água potável para Caconde, a fim de, dentro dos limites orçamentários, obedecer a uma cronologia racional: primeiro as obras subterrâneas e só depois o calçamento.

Não raro, fui muitas vezes requisitado para auxiliar na solução de pendências entre vizinhos de propriedades agrícolas, por questões de divisas, circunstâncias totalmente alheias às minhas atribuições.

Nesta enumeração de fatos e obras, apenas quis deixar consignado o simples depoimento de situações que ocorreram durante o quadriênio de meu mandato como prefeito. É obvio que, não me faltassem recursos, muito mais pretenderia ter feito em proveito de minha terra natal, onde pude, com a graça de Deus, por vários anos, viver e exercer minha profissão.

A Estação Rodoviária

Ainda em minha gestão como Prefeito, construí a Estação Rodoviária. A planta foi elaborada pelo conceituado arquiteto Dr. Plínio Croce, sem ônus para a Municipalidade; apenas a Municipalidade despendeu os custos do cálculo da estrutura de concreto, em razão do projetado balanço de cerca de quatro metros para a laje de cobertura.

Referida Estação foi a primeira edificação do gênero a ser construída no Brasil. Esta informação foi-me dada há mais de trinta anos, quando a firma de engenheiros e arquitetos *Croce, Aflalo & Gasperini* se inscreveu na concorrência internacional de plantas para a Estação Rodoviária.

ria de Buenos Aires. Como pré-requisito, os interessados deveriam possuir tradição na área do projeto e, na investigação levada a efeito, o Dr. Croce confirmou-me ter sido a estação cacondense o primeiro terminal rodoviário a ser edificado em nosso País.

Há alguns anos, numa das últimas administrações municipais, o Prefeito então em exercício determinou que se construísse um pavimento extra sobre a laje de cobertura.

Ocorre, porém, que a citada laje, com espessura aproximada de sete centímetros e estrutura metálica apenas adequada ao fim originalmente proposto, não apresenta, por isso mesmo, características para servir como laje de piso, nem tem condições técnicas de suportar essa carga adicional, o que põe em grave risco a segurança do edifício e das pessoas que o utilizam diariamente.

Em meados de 1996, fui informado, pessoalmente, pelo Dr. João Paulo Muniz, ex-Prefeito, que o Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT), por questão de segurança, não aprovou a conclusão do mencionado pavimento extra sobre a laje de cobertura da Estação Rodoviária. Acredito tenha sido essa a razão pela qual as obras do segundo andar da Estação restaram paralisadas há anos, sem, porém, que se cuidasse de demolir o pavimento semi-construído, que se erigiu sobre a laje de cobertura.

No ano de 1997, visitei, então, o atual Prefeito de Caconde, o Dr. Antônio Carlos de Faria, a quem expus o assunto e reiterei minhas preocupações sobre a segurança dos usuários da Estação Rodoviária, em virtude da sobrecarga imposta à laje original — matéria que eu já tinha exposto a seu antecessor. A seguir, em 8 de janeiro de 1998, enviei-

lhe correspondência, na qual formalizei a colocação do problema.

O assunto, entretanto, assume grande importância, porque, mais que dizer respeito somente ao patrimônio cultural da coletividade com a preservação das características arquitetônicas de uma obra pioneira, também e principalmente diz respeito à segurança dos usuários da Estação. Assim, acreditei ser ainda meu dever levar os fatos ao conhecimento do Promotor de Justiça da Comarca de Caconde, o que fiz, para eventuais providências a seu cargo³.

3. Requerimento de 23-4-98, protocolado na Promotoria de Justiça da Comarca.

A Presidência da Câmara Municipal

Nas eleições gerais que se deram em 1955, último ano de minha gestão como prefeito, candidatei-me ao cargo de Vereador pela coligação PSD-PTB-PTN (Partido Social Democrático, Partido Trabalhista Brasileiro e Partido Trabalhista Nacional). Obtive significativa votação, sendo eleito em primeiro lugar na contagem geral de votos. Conseguimos eleger seis vereadores, enquanto nossos adversários passaram a contar com cinco, pois o número de vagas para preencher o quadro legislativo era de onze vereadores.

Desta feita, o Prefeito saiu das fileiras de nossos contrários, tendo sido de poucos votos a diferença alcança-

da, ocasião em que obteve a vitória o candidato Aristodemio Ielo.

Como é obvio, pois contávamos com maioria, elegemos a Mesa da Câmara. Entretanto, por ter um de nossos vereadores mudado de partido político, passou a integrar a bancada que nos era oposta. A compensação não tardou. Do outro lado, houve troca idêntica, de forma que persistiu nossa maioria simples, por toda a Legislatura.

Em relação ao vereador que pertencia à nossa bancada e que passou a integrar a de nossos adversários, cabe um relato especial. Ocorreu que, tendo eu me afastado do País, quando viajara para os Estados Unidos da América, em razão de minha eleição para a Governadoria do Rotary, na primeira sessão da Câmara, presidida pelo vice-presidente Ricarte Normandia de Paiva, digno homem público, o vereador trânsfuga, usando da palavra, acusou-me de ter-me apropriado de mourões destinados à cerca do campo de pouso, que estava em construção incompleta, e que os teria desviado para minha propriedade agrícola.

Na primeira sessão realizada depois de meu retorno, estando presente no plenário da Câmara o referido vereador, passei a presidência ao meu substituto legal e pedi a palavra para abordar a falsa acusação que me fora atribuída, a qual constava da ata da sessão respectiva.

Minha defesa foi a mais simples e irrefutável possível, dado que referidos mourões se achavam ainda depositados no pátio da Prefeitura, onde sempre estiveram, e, abrindo-se uma das janelas do próprio plenário da Câmara, podiam ser avistados. Pedi ao vereador autor da caluniosa imputação que procedesse à abertura da janela, para se certificar de sua grosseira e mentirosa assertiva. Ato contí-

nuo, aquele vereador, tomando a palavra, desmanchou-se em pedidos de escusas, tecendo-me as mais elogiosas referências.

Esta citação eu a faço para evidenciar como determinados homens públicos estão sujeitos a ter seus nomes denegridos, talvez pela grande incidência daqueles que realmente mereçam a reprimenda, pagando o justo pelo pecador.

Durante toda a legislatura, ocupei a Presidência da Câmara. Fui reconduzido ao cargo anualmente, de forma que nele permaneci durante os quatro anos.

Ao encerrar-se a legislatura que coincidiu com minha Presidência da Câmara Municipal, seguiu-se novo quadriênio, durante o qual exerceu o cargo de Prefeito Municipal José Orrico. Embora tivesse sido eleito por partido político adversário, mantive com José Orrico, apelidado *Nego*, o melhor relacionamento e amizade.

Nego Orrico teve uma gestão profícua. Realizou obras de grande interesse para a cidade e conseguiu resolver o importante problema da ligação asfáltica com a rede estadual. Foi ele reconduzido ao cargo de Prefeito, após a conclusão do mandato de seu sucessor, o que bem evidencia seus méritos.

A reforma da Igreja Matriz

A seguir, referindo-me ainda a acontecimentos que ocorreram em Caconde, coincidentes com meu período de residência em minha cidade natal, não posso deixar de citar a reconstrução da Igreja Matriz.

No ano de 1953, quando a paróquia de Caconde tinha como vigário o Rev.^{do} Padre Nivardo Fontemaggi, foi por ele constituída uma Comissão encarregada de proceder a uma reforma substancial na Igreja Matriz, dado o seu precário estado, que oferecia até risco estrutural. Parte da edificação apresentava ainda várias paredes de pau-

a-pique, já que apenas as duas torres eram de sólida construção de alvenaria.

Formada a referida Comissão, foi ela integrada pelas seguintes pessoas: Alcindo Moreira; Dr. Anísio Bretas Soares; Antônio Maringoli; Aristodemo Ielo; Emílio Tardelli; Ernesto Leonel de Paiva; Francisco Barboni; Francisco Domingos Filardi; Francisco Sinisgalli Nigro; Heraldo Fagnuele; Dr. Hugo Mazzilli; João Batista Stefanini; João José Nigro; José Antônio Carneiro — mais conhecido como Zequinha Carneiro; Dr. José de Paiva Dutra; José Orrico; Luiz Zerbini Júnior; Dr. Nílson Cassiano Dias; Padre Nivardo Fontemaggi; Osmar de Oliveira; Waldomiro Liuzzi.

Desta chamada Grande Comissão, foi eleita a Comissão de Obras, assim constituída: Presidente — Padre Nivardo Fontemaggi; Vice-Presidente — Dr. Hugo Mazzilli; Secretário — Francisco Barboni; Tesoureiro — Osmar de Oliveira.

Na primeira reunião ordinária da Grande Comissão, houve consenso no sentido de ser contratado um arquiteto, na Capital, para apresentar um projeto de reforma. Fui designado para tais providências.

O primeiro entendimento foi mantido com o arquiteto Dr. Plínio Croce que, embora com poucos anos de exercício profissional, já gozava de excelente conceito. Todavia, declinou ele do convite para oferecer estudo preliminar e alegou mais se ajustar à escola moderna, quando o estilo apropriado para a obra deveria ser o clássico, de acordo com decisão da Grande Comissão.

Houve então, por parte do Dr. Plínio, a indicação do nome do engenheiro e arquiteto Dr. Bruno Simões Ma-

gro, professor catedrático aposentado da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, e ex-diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da mesma Universidade.

O Prof. Simões Magro havia já projetado vários templos religiosos, entre os quais a Igreja Nossa Senhora do Brasil, um dos mais belos templos católicos de São Paulo.

Também projetara a Igreja Presbiteriana em São Paulo, construída na Rua Nestor Pestana, obra esta que foi incluída entre aquelas inauguradas nas festividades do IV Centenário da Capital paulista.

O Prof. Simões Magro esteve ainda dirigindo por 16 anos consecutivos os trabalhos de construção da Catedral Metropolitana da Sé, em São Paulo, após o falecimento do Dr. Albuquerque Lins, primeiro engenheiro responsável.

Uma circunstância que seria obstáculo à viagem do Prof. Simões Magro a Caconde, para exame local das condições do trabalho a ser desenvolvido, prendia-se à forte alergia que apresentava em presença de poeira de estradas.

Nessa época, somente o trecho São Paulo – Campinas da Via Anhangüera era asfaltado, o que inviabilizava sua viagem de automóvel. Havia, entretanto, serviço regular de ligação aérea da VASP entre São Paulo e Guaxupé, o que permitiu fosse realizada a viagem tão almejada, tomando-se com cuidados especiais no trajeto Guaxupé – Caconde. Tive o privilégio de hospedá-lo em minha residência.

Decorridos cerca de dois meses após sua visita, o Prof. Simões Magro realizou nova viagem a Caconde, com os mesmos cuidados, e apresentou para exame da Grande Comissão dois anteprojetos, em forma de esboço. Um deles,

de estilo gótico simplificado e o outro de estilo românico. A escolha unânime da Grande Comissão recaiu sobre este segundo anteprojeto, o que foi muito do agrado do autor do trabalho.

Explicou ele que, escolhido que fosse o estilo gótico simplificado, além da forma em ogiva das aberturas (portas e janelas), nada mais se aproximaria do belo estilo gótico. A escolha deste, por exigir, a rigor, grande riqueza de detalhes, especialmente nos rendilhados de sua edificação, tornaria inviável o projeto, pelo custo da obra.

De outra parte, o estilo românico, resultante da influência árabe sobre a arquitetura romana, poderia ser projetado e construído com integral respeito às suas normas clássicas, e não ficaria adstrito à simples imitação, como necessariamente ocorreria no caso da outra opção.

Nessa ocasião, foi combinado o preço dos trabalhos profissionais do Prof. Bruno Simões Magro, orçados em Cr\$50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), que na ocasião representavam soma apreciável para a comunidade, embora não exagerada, já que competia ao ilustre professor apresentar todos os detalhes do projeto, sem excluir qualquer particularidade.

Após o recebimento do projeto final, que demorou cerca de seis meses para ser concluído, foi a Comissão de Obras recebida, em audiência previamente designada, por Dom Luís do Amaral Mousinho, então Bispo Diocesano de Ribeirão Preto, a cuja Diocese se achava subordinada a Paróquia de Caconde. Apresentamo-lhe, para exame e decisão, o projeto completo do Prof. Simões Magro e fizemos uma explanação sobre o assunto.

O projeto foi devidamente examinado, levando-se em conta as explicações de seu autor que havia optado pelo aproveitamento das duas torres, com as necessárias adaptações ao estilo românico (ao contrário das originais, que eram torres de cúpula arredondada e passariam a ser afiladas e mais altas).

O aproveitamento das duas torres, naturalmente, só foi decidido pelo Prof. Simões Magro depois de proceder aos testes necessários que comprovaram sua solidez. O autor do projeto advertiu que, em razão disto, o comprimento da nave, embora conservasse as dimensões originais, ainda seria um pouco menor do que o ideal, pela limitação de espaço já existente entre as torres e a via pública.

Preservadas as torres, a construção da nave não poderia ultrapassar as vias públicas do entorno. E, mesmo que se pretendesse ocupar o espaço da praça contígua, nos fundos, o alinhamento dos prédios desta praça não obedecia ao da Praça da Matriz. A praça aos fundos tinha menor dimensão, e os custos tornariam inviável a demolição total dos prédios adjacentes.

Dom Luís do Amaral Mousinho, prelado de rara cultura, apreciou o projeto, sem apresentar qualquer restrição. Teceu elogios à escolha do arquiteto e aprovou na íntegra sua execução.

Pouco tempo depois da audiência com nosso bispo diocesano, operou-se a substituição do vigário da Paróquia de Caconde. Em 5 de junho de 1995, foi nomeado para ela o Padre Pedro Jarussi, que, dessa forma, assumiu a Presidência da Comissão de Obras.

Teve então início o árduo trabalho de coleta de meios para possibilitar o grande empreendimento. Lem-

bro aqui o esforço hercúleo do Padre Jarussi, nas peregrinações que fazíamos, revezando-se os membros da Comissão de Obras, por todo o município de Caconde, a angariar donativos.

As festas de Nossa Senhora Aparecida e São Roque, que tradicionalmente eram realizadas na Paróquia, constituíam a fonte de maior receita. Assim, em período relativamente curto em face da grandiosidade da obra e das dificuldades inerentes a empreendimentos desse porte, com a ajuda da coletividade cacondense foi possível tornar realidade um desejo acalentado por muitos, durante longos anos.

Poucos dias antes de ser iniciada a demolição da nave da Igreja, houve uma reunião da grande Comissão, porque alguns de seus membros resolveram discutir novamente o problema da conveniência de serem as torres aproveitadas ou não.

O assunto foi debatido com prolongada demora. O Padre Pedro manifestou-se favoravelmente à demolição das torres. Contudo, como o assunto permaneceu controvertido, aprovou-se a redação de uma carta-consulta, a ser enviada a Dom Luís do Amaral Mousinho, para ser dirimida a questão. Na própria reunião foi redigida a respectiva minuta.

No dia seguinte, quando tive a oportunidade de levar o documento em apreço, para colher a assinatura do Padre Pedro, para minha surpresa, recusou-se ele a assiná-la. Criou-se, em razão disso, um clima desagradável, chegando até mesmo a haver um estremecimento em minhas relações com o Padre Pedro, quando, com meus familiares, passamos a assistir as missas dominicais em Tapiratiba.

Felizmente a pendência acabou sendo resolvida numa reunião havida com a presença apenas dos membros da Comissão de Obras, sob a presidência do próprio Padre Pedro — o assunto deixara de competir à Grande Comissão. Com a solução final, respeitava-se, de resto, o que havia sido decidido por ocasião da visita ao Bispo Diocesano.

Ao início dos trabalhos de demolição da nave da velha Igreja, quando descia pelo escorregador a primeira telha, um munícipe ainda disse, com ceticismo, ser muito mais fácil demolir que reconstruir... Todavia, os trabalhos foram encetados com determinação e, com as graças de Deus e o indispensável apoio da comunidade, prosseguiram normalmente. As dificuldades foram superadas pelo trabalho e pela boa vontade de todos.

Junto ao alicerce da torre esquerda, aquela na qual se acha o relógio, foram colocados, numa caixa adequada, jornais do dia, cópia da primeira ata da reunião da Comissão de Obras, moedas e outros pequenos objetos, conforme o costume histórico da época.

Tudo foi executado com respeito integral ao que fora projetado. Não se omitiu qualquer dado, por minúscula importância que fosse, de tal sorte que Caconde se pode ufanar de possuir um dos poucos templos católicos em estilo românico puro, existentes no Brasil.

Os detalhes na execução da obra e a escolha dos materiais empregados foram também ponto alto. Basta lembrar que o madeiramento de cobertura recebeu tratamento especial, pois ficou diversos dias imerso em solução química adequada para resistir ao tempo e ao ataque de cupins; por sua vez, os vitrais foram todos da *Casa Conrado*, na Capital, a de maior conceito e qualidade na época.

Lembro-me de que a construção do presbitério e do altar-mor também mereceu carinho especial na escolha do mármore a ser empregado, o que permitiu alcançasse realce excepcional.

Merece ainda menção o fato de que, na parte interna, existem colunas *quadrangulares* que separam a nave central das duas naves laterais; entretanto, próximas ao presbitério, existem duas colunas *cilíndricas* que servem de base para os respectivos arcos. Isso chama a atenção e, à primeira vista, parece destoar do conjunto. Entretanto, explicou o eminente autor do projeto, o Prof. Bruno, tratar-se de relevante pormenor, característica esta que resulta diretamente da influência árabe no estilo românico e que traduz a beleza arquitetônica final do templo.

Os trabalhos de acabamento prolongaram-se por várias décadas, mesmo depois da dissolução das comissões.

Apenas em poucos pontos não foi seguido o projeto do Professor Bruno, como, principalmente, no piso da nave, posteriormente feito, e que se apartou daquele do presbitério e do altar, que é de mármore, de acordo com os estudos originais. Além disso, os lustres e os bancos também não acompanharam o estilo românico.

Há algumas referências pessoais que não poderiam faltar neste breve relato sobre a história da reconstrução da Matriz de Caconde.

É mister realçar as personalidades de Osmar de Oliveira e de Francisco Barboni, meus companheiros da Comissão de Obras. É que foram ambos peças básicas na tomada de decisões e na forma de dedicação plena ao trabalho que nos competia realizar.

Osmar, que era gerente da Agência do *Banco F. Barreto*, apesar da grande sobrecarga de suas atividades, jamais faltou a uma reunião da Comissão e sempre solucionou com habilidade os assuntos financeiros.

Barboni, farmacêutico competente e pessoa de grande cultura, dotado de privilegiada inteligência, um amigo de todas as horas, foi sempre o conselheiro prudente e indispensável nas decisões mais delicadas que ocorreram durante o desenrolar dos trabalhos.

Outra referência, por demais justa, é aquela alusiva ao pedreiro, autor de toda obra — Pedro Poli — prematuramente falecido em acidente automobilístico.

Pessoa agradável no trato, de voz suave, que gostava de usar o diminutivo nas suas falas, foi ele o artífice que, com a colaboração de seus auxiliares, executou com carinho e competência todo o trabalho de pedreiro. Fez tudo, desde o início, com a retirada da primeira telha da velha igreja, até a última colher de massa fina, no revestimento do templo católico. Seu trabalho desinteressado sempre se sobrepôs à impontualidade dos pagamentos, dadas as limitações de recursos financeiros da obra.

O relato sobre a verdadeira reconstrução da Igreja Matriz de Caconde traz-nos muita alegria na alma ao fazê-lo, cabendo um reparo final no pedido de escusas por possível omissão de nomes de pessoas que colaboraram com a melhor dádiva que puderam ofertar, sendo muitas vezes as menores que mais significado alcançam junto ao julgamento divino.

Antes de concluída a importante obra da reforma da Igreja, foram estabelecidos contatos com o genial pintor

Edmundo Migliaccio, cacondense, professor aposentado do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, e que desfrutava de prestígio invulgar por sua produção artística. Solicita-mo-lhe a elaboração de três telas a óleo para a Igreja. As telas pretendidas seriam a de Jesus Crucificado, destinada ao altar-mor, a da Virgem Imaculada e a da Imaculada Conceição, para as naves laterais da Igreja.

Os trabalhos de Migliaccio, executados com inspiração divina, resultaram em três impressionantes obras de arte de rara beleza. Foram as telas exibidas pela televisão em São Paulo e logo a seguir enviadas para Caconde, em tempo hábil para serem colocadas nos lugares predeterminados, antes de a Igreja reiniciar suas funções litúrgicas.

É mister recordar-se que Migliaccio, em homenagem à sua terra natal, fez doação da tela da Virgem Imaculada, como contribuição pessoal para as obras da Matriz.

Esse querido cacondense esteve pessoalmente em visita à sua terra natal, por ocasião do encerramento das obras de reconstrução da Igreja, tendo se hospedado em nossa casa, durante uma inesquecível semana.

Nova proposta de reforma da Igreja

Em 1995, o Padre José Ivan Rocha Gandolfi, vigário da Paróquia de Caconde, solicitou-me que lhe enviasse um noticiário a respeito do desenvolvimento das obras da reforma da Igreja Matriz para eventual publicação na imprensa local. Atendi a seu pedido, enviando-lhe uma carta com minucioso relato a respeito (23/2/95).

Dois anos após, já em 1997, em cerimônia realizada na despedida da Irmã Salette Bonissoni de seus serviços na Santa Casa de Caconde, e durante a reunião, o Vigário local, o Padre Ivan, noticiou-me seu propósito de alterar a fachada lateral da Igreja Matriz. Pretendia também introduzir modi-

ficações internas para melhor aproveitamento do templo (como ampliação das portas laterais e reforma da Capela do Santíssimo).

Manifestei ao Padre Ivan minha discordância, porque essas alterações, principalmente a da fachada, implicariam possível desvirtuamento do estilo originário românico.

Como minhas ponderações não tivessem surtido o efeito desejado junto ao Vigário, resolvi solicitar audiência ao nosso bispo diocesano, Dom Dadeus Grings, em São João da Boa Vista, sede da Diocese. Ainda em 1997, transcorridos poucos dias da solicitação de audiência, na companhia de meu filho Carlos Eduardo, fui recebido por Dom Dadeus. É o atual Bispo Diocesano de Caconde, prelado de raras dotes intelectuais e pessoa de relacionamento muito agradável.

Nessa oportunidade, expus-lhe minhas preocupações a propósito da reforma da Igreja e entreguei-lhe uma cópia da correspondência enviada em 1995 ao Padre Ivan. O assunto foi amplamente discutido e encontrei por parte de Dom Dadeus o melhor acolhimento às ponderações apresentadas. Esclareceu-me ele que o problema seria estudado com o máximo critério para não haver prejuízo de ordem arquitetônica.

A viagem a Brasília

Por ocasião da transferência da Capital de nosso País para Brasília, em 1960, Maria Thereza e eu, acompanhados por mamãe e meu mano Gilberto, fizemos numa só etapa o percurso Caconde — Goiânia, com cerca de novecentos quilômetros, sem pavimentação. Valemo-nos de nosso valente *fusquinha* 1959, dotado do primeiro modelo de motor brasileiro.

No dia seguinte à partida, chegamos a Brasília, e ficamos deveras impressionados com a cidade que acabava de nascer.

Hospedamo-nos na casa de meu irmão Mário que, com sua família, residia no núcleo Bandeirantes, em confortável casa pré-fabricada.

Assistimos a todos os atos oficiais programados para a inauguração da Capital. Maria Thereza e eu participamos até do baile a rigor, constante do cerimonial.

A mudança para a Capital paulista

Em junho do ano 1962, eu e Maria Thereza, quisemos melhor conviver com nossos filhos e acompanhar mais de perto seus estudos. Queríamos evitar o que sucedera conosco, que tivéramos que estudar longe de nossas famílias. Decidimos, então, transferir nossa residência para São Paulo.

Foi uma decisão difícil e penosa, não só pelo grande afeto por Caconde, como também em razão da grande clínica e do conceito de que desfrutávamos na comunidade local. Além disso, havia o principal fato de distanciarmos-nos de nosso lar, de nossos amigos e familiares mais próximos.

A Cosipa

Em junho do ano 1962, encerrei minhas atividades profissionais em Caconde, ao transferir minha residência para São Paulo. Assumi a chefia do Serviço Médico-Social da Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista).

Desde logo, percebi a enorme responsabilidade que teria de enfrentar, como médico-chefe da siderúrgica, pelas suas próprias proporções. Não tinha eu experiência alguma no campo da Medicina do Trabalho, com exceção do curto período de atendimento nas obras da represa de Caconde, e por isso, resolvi enfrentar o problema com muita responsabilidade e cuidados prévios.

A primeira providência que me ocorreu foi visitar uma empresa de grande porte. Recaiu a escolha na Refinaria Presidente Bernardes, da Petrobrás, em Cubatão (SP), onde quis conhecer seu serviço médico. Para tanto, estabeleci contato pessoal com o Dr. Oswaldo Paulino, diretor da área da saúde, valendo-me da intermediação de meu colega de turma Sebastião de Almeida Prado Sampaio, o qual já era Professor Catedrático de Dermatologia da USP e ocupava o cargo de Presidente da Associação Médica Brasileira.

O contato acima referido, graças ao cavalheirismo e competência do Dr. Oswaldo Paulino, trouxe-me o almejado resultado. Conheci a estrutura e o funcionamento do serviço médico de uma grande empresa. Vi, então, que seria obrigado a procurar detalhes que somente poderiam ser obtidos no serviço médico de uma siderúrgica, circunstância que foi criteriosamente enfatizada pelo Dr. Paulino.

Consegui aprazar uma visita à CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), onde fui acolhido com toda fidalguia pelo Dr. Osório Leme Monteiro, competente chefe do serviço médico da estatal. Dele obtive as informações básicas e imprescindíveis ao meu desempenho, podendo examinar minuciosamente todos os procedimentos adotados na esfera médico-social da indústria siderúrgica pioneira do Brasil.

Tive acesso aos arquivos e métodos a serem observados na rotina, podendo valer-me, assim, da importante colaboração advinda dos muitos anos de trabalho de meu colega. Esse registro evidencia, de modo expressivo, o quanto passei a dever ao Dr. Osório Leme Monteiro, que me transmitiu, com a melhor atenção, conhecimentos preciosos, sem os quais teria de enfrentar dificuldades nem sempre transponíveis.

O primeiro curso de Medicina do Trabalho

Somente depois de executados esses passos preliminares é que me dirigi à Cosipa, para assumir meu cargo. Ato contínuo, fiz uma reunião com todos os médicos que compunham o corpo clínico da empresa. Nessa ocasião, indaguei se algum deles possuía conhecimentos de Medicina do Trabalho. Como a resposta foi negativa, informei-os de minha igual posição e de meu propósito de estudar a possibilidade de ser obtido junto à Universidade de São Paulo um curso da especialidade em causa. A sugestão veio a ser acolhida por unanimidade e com entusiasmo.

Tive a feliz iniciativa de procurar o Dr. Diogo Pupo Nogueira, meu colega de turma. Pessoa de excelente conduta e capacidade, a ele expus nosso objetivo. Ele já trabalhava na especialidade e era Assistente na Faculdade de Saúde Pública da USP, o que muito facilitou minha postulação; aliás, veio posteriormente a ser titular da cadeira. Por seu intermédio, tivemos acesso ao Prof. Benjamim Alves Ribeiro, então titular, que acrescentava aos seus méritos de cultura especializada o cavalheirismo no trato pessoal. Dele recebi a orientação para que o caso fosse levado à decisão do Reitor da Universidade de São Paulo.

Felizmente houve boa receptividade por parte da Reitoria. Autorizou-se o 1º Curso de Medicina do Trabalho no País, que teve duração de três meses. O edital foi publicado no Diário Oficial do Estado, com os pormenores e prazo para inscrição para as matrículas, que foram abertas a todos os médicos interessados. Todos os facultativos da Co-sipa inscreveram-se, e o curso ainda foi freqüentado, principalmente, pelos médicos da indústria automobilística.

Logo nos primeiros dias, foram preenchidas as vagas anunciadas. Desenvolveu-se com regularidade o ensino da Medicina do Trabalho, a despertar muito interesse, em virtude do excelente conteúdo das aulas ministradas. Ao finalizar-se o aprendizado, fomos agraciados com o respectivo certificado.

Como detalhe, anoto que entre os matriculados, estava o Prof. Antônio Ferreira Cesarino Júnior, Catedrático de Legislação Social da Faculdade de Direito da USP, o qual cumpriu com assiduidade as tarefas atinentes ao curso. Também três médicos portugueses, que estavam fazendo

extensão universitária em nossa Faculdade de Higiene, matricularam-se no curso de Medicina do Trabalho.

No ano subsequente, novo Curso Extensivo foi realizado na mesma Faculdade, ainda sob orientação do Prof. Benjamim Alves Ribeiro. Completando-se a série, no terceiro ano consecutivo, o Prof. Hilário Veiga de Carvalho, catedrático de Medicina Legal e Deontologia Médica, aquiesceu em nos ministrar o 3º curso. Voltou seu enfoque especialmente para a área da responsabilidade médico-legal.

Nesse lapso de tempo, dado meu relacionamento com colegas que participavam dos órgãos diretivos da Associação Médica Brasileira, fui eleito para o cargo de 1º Secretário da entidade, no biênio 1963/1965. Neste período, José Luiz Tavares Flores Soares assumiu a presidência e Pedro Kassab, a secretaria-geral. Desses dois anos de intenso convívio com os colegas citados, guardo as mais gratas recordações. Kassab foi o sucessor de Flores Soares, tendo sido reeleito por vários biênios sucessivos, o que lhe permitiu desenvolver trabalho muito meritório à testa da instituição.

A Associação Nacional de Medicina do Trabalho

Nessa época, ocorreu a fundação da Associação Nacional de Medicina do Trabalho, sendo eleito como primeiro Presidente o Dr. Oswaldo Paulino. Compondo os demais cargos da Diretoria, achavam-se médicos de renomada competência, entre os quais o Dr. Diogo Pupo Nogueira, Dr. Bernardo Bedrikov (posteriormente designado para a Organização Mundial da Saúde), Dr. Joaquim Augusto Junqueira, Dr. Ítalo Martirani, cabendo-me o honroso cargo de secretário da nova entidade. Muitos outros colegas passaram a ser associados.

A legislação passou a exigir fossem as indústrias dotadas de serviços de segurança e medicina do trabalho. Isso ensejou a criação de cursos especializados, para a formação de médicos do trabalho, os quais passariam a ter sua inscrição junto ao Ministério do Trabalho.

Quando isto ocorreu, já contava eu com vários anos de experiência na especialidade. A convite, ministrei, inclusive, algumas aulas nesses cursos. Foi-me fornecido pelo Ministério do Trabalho, em face de minha atuação na área, o registro de Médico do Trabalho (07/07/76).

Ainda a Cosipa

Achava-se a Cosipa em obras, prestes a iniciar a fase operacional de alguns setores. Contava então com um elevado número de operários. O conjunto dos funcionários e do pessoal de empreiteiras chegava a atingir a cifra aproximada de dezessete mil pessoas. Desse total, cerca de sete mil habitavam alojamentos existentes no canteiro de obras em Piaçagüera, no Município de Cubatão (SP).

Meu trabalho em regime de tempo integral, era exaustivo, pois descia a Piaçagüera, localização da Cosipa, três vezes por semana. Mesmo nesses dias, ao regressar, ainda atendia no período da tarde aos funcionários que tra-

balhavam no escritório da sede, em São Paulo. Esse escritório estava situado em edifício na Avenida São João, onde existia o Cine Olido. Na sede, eu trabalhava nos demais dias da semana.

Para meu deslocamento para Piaçagüera, contava com veículo da empresa e motorista. Jamais me servi de tal meio de transporte a não ser no estrito exercício do trabalho profissional, mesmo quando exerci a vice-presidência, em substituição ao titular, por período aproximado de seis meses. Entretanto, todos os diretores da empresa tinham à sua disposição, inclusive nos fins de semana, tais viaturas.

Em São Paulo, era meu assistente e excelente companheiro de trabalho, o Dr. Antônio Franco Montoro, distinto e competente colega que atendia em nosso ambulatório, localizado no escritório central. Cumpria ele o horário na parte da manhã.

Na sede da siderúrgica, encontrava-se lotada a maioria do pessoal médico e paramédico. Constituíam uma Divisão, chefiada pelo competente colega Dr. Manuel Potyguar da Rocha e Silva, com quem tive sempre muito bom relacionamento, por se tratar de pessoa culta e de excelente caráter.

Freqüentemente vistoriava as dependências ocupadas pelos operários residentes no canteiro de obras, as quais eram desinfetadas com regularidade.

Criei o serviço de nutricionismo para a Cosipa. Conteí com o auxílio de Olga Laskani, nutricionista de grande competência, que consegui levar para o quadro de pessoal da empresa. Era pessoa dotada de experiência comprovada em grandes organizações, tendo inclusive feito es-

tágio no Pentágono das Forças Armadas dos Estados Unidos da América.

Era seu mister orientar e fiscalizar todo o setor ligado à alimentação, bastante complexo, pois compreendia um conjunto de doze refeitórios, incluído o da administração.

Deve-se à Olga Laskani a reformulação do projeto dos refeitórios de áreas, pois, quando ela assumiu seus encargos, todos eles já estavam em vias de execução, com contratos assinados, embora apresentassem falhas graves, que foram corrigidas em tempo hábil.

O cardápio era elaborado com conhecimento técnico pela nutricionista. Obedecia às necessidades calóricas de cada setor, pois tinha em vista a atividade desempenhada pelos servidores nas várias unidades da siderúrgica. Levava em conta a diversidade de atribuições e as condições de trabalho em relação ao meio ambiente e à atividade a ser executada.

Para se ter uma idéia do zelo observado por Olga Laskani, basta referir que as três toneladas de carne que abasteciam, diariamente, a cozinha central, eram sempre examinadas, até com a determinação do grau de acidez. A ordem e a higiene, em seus detalhes mínimos, nos locais ligados ao serviço de alimentação, despertaram sempre os mais merecidos elogios.

A área médica constituía o ponto de maior atenção de nossa parte. Havia um acompanhamento rotineiro, com visitas freqüentes a todas as unidades de plantão. Eram realizadas reuniões semanais com o corpo clínico, visando ao aprimoramento do sistema de saúde e à prevenção de acidentes do trabalho.

Todo o corpo médico da Cosipa, que formava a Assessoria Médico-Social, freqüentava regularmente os congressos médicos e simpósios sobre temas de Medicina do Trabalho, com grande aproveitamento.

Naquela ocasião, existiam ainda os Institutos de Aposentadorias e Pensões, que também compunham a rede de atendimento médico. Era o IAPI (dos industriários), aquele ligado aos interesses da Cosipa.

Era muito precário o serviço prestado pelos referidos Institutos, particularmente na área médica. Depois de ter sido o assunto estudado pela Diretoria, tomei a iniciativa de propor às autoridades competentes a realização de um convênio, mediante o qual a Cosipa seria responsável pela prestação de serviços médico-hospitalares, desde que pudesse deixar de recolher a contribuição previdenciária.

Tendo sido aceita minha proposta, o primeiro convênio assinado foi o da Cosipa. Seguiram-se outros, de modo que se tornou rotineira a prática de tal procedimento.

Para se viabilizar a implantação dos serviços em apreço, depois de firmado o convênio, apresentei à Diretoria da empresa um plano mediante o qual o usuário do serviço médico-hospitalar seria responsável pela cobertura das despesas numa escala variável. Os limites iam de 20 a 80%, e eram inversamente proporcionais ao padrão de vencimentos do funcionário; a empresa assumia a diferença a ser paga. Além disso, o desconto salarial seria fracionado, para evitar dificuldades econômico-financeiras para os operários.

Aceita que foi a proposta, por muitos anos funcionou o sistema. Fazia-se o credenciamento de médicos e

hospitais, tanto na Baixada Santista como em São Paulo, havendo bom nível na prestação de serviços.

Desde a implantação desse novo sistema de atendimento, ficou clara a necessidade de rígido acompanhamento dos pacientes, principalmente quando hospitalizados. Isso foi resolvido graças à dedicação do chefe do Serviço Social, Décio José Ohl, que integrava nossa equipe, e a quem creditamos parcela ponderável do sucesso do plano.

Na fase de implantação das alterações introduzidas no serviço médico-social da Cosipa, houve grande reivindicação sindical. Era a época das agitações sindicais durante o governo de João Goulart. O sindicato dos operários da empresa, cujo presidente, Vitelbino, acumulava igual cargo no *Fórum Sindical*, pretendia conseguir vantagens que ultrapassavam as possibilidades oferecidas pela siderúrgica.

É preciso esclarecer que o Fórum agregava todos os sindicatos da Baixada Santista. Representava, assim, um movimento corporativo de grande expressão e preponderante influência política.

A pedido dos dirigentes sindicais, tive uma reunião muito tensa com eles na cidade de Santos, durante a qual um dos diretores do sindicato, grosseiramente, insinuou pudesse estar havendo interesse subalterno no estabelecimento do convênio com o IAPI. Disse que ele não me conhecia, não tinha direito de fazer prejulgamento, e tudo era feito com a maior lisura. Afinal recebi um voto de confiança proposto por Vitelbino, presidente do Fórum, depois que ele próprio também fez enérgica censura ao ato desprimoroso do outro diretor sindical. Foi-me assegurado o prazo de três meses para posterior avaliação dos resultados da atuação da área médica.

Felizmente, com o esforço despendido por toda a equipe, e com o eficiente credenciamento de médicos e hospitais, foi atingido bom desempenho. A tranquilidade passou a reinar.

Durante a fase de minha permanência na chefia da Assistência Médico-Social da empresa, tenho a registrar a visita de dois Presidentes da República, o Dr. João Goulart e o General Ernesto Geisel, bem assim do Presidente da França, o General Charles de Gaulle.

A saída da Cosipa

Permaneci nos quadros da Cosipa por período de quatro anos, aproximadamente.

Resolvi pedir demissão de meu cargo em razão de três fatos que muito me aborreceram.

O primeiro, relacionado com a poluição do meio ambiente em Piaçagüera, que ocorria toda a vez que se realizava a chamada *corrida do aço* — com o desprendimento

de toneladas de óxido de ferro em partículas diminutas, lançadas na atmosfera, várias vezes ao dia.

Isto significava o iminente risco da moléstia profissional denominada siderose, pela inalação repetida do minério de ferro pelas pessoas, não apenas trabalhadoras na Cosipa, mas de todos os moradores da região.

Por essa razão, senti-me obrigado a dirigir carta reservada ao vice-presidente da empresa, ao qual era subordinada a Assessoria Médico-Social. Recebi dele, porém, não apenas a indiferença, como também o pedido de que eu retirasse referida correspondência, com o que não houve concordância de minha parte.

O segundo, relacionado com a dispensa da nutricionista, Olga Laskani, determinada pelo vice-presidente. Alegara ele a necessidade de conter despesas, não obstante eu me empenhasse em sua manutenção, pela relevância de seus serviços.

O último dos fatos ocorreu quando foi publicada no Boletim Oficial a alteração do organograma da empresa, quando se subordinou a Assistência Médico-Social à Assessoria Técnica de Engenharia. Anteriormente, a subordinação era direta à Vice-Presidência.

Essa alteração na escala hierárquica da Assistência Médico-Social, que já me fora dada conhecer antecipadamente, não contara, todavia, com minha concordância. Assim, declarara o propósito de afastar-me da empresa, se tal viesse a ocorrer.

Ao apresentar meu pedido de demissão, o Presidente da empresa me assegurou, pessoalmente, a possi-

bilidade de reversão da medida tomada quanto ao organograma.

Entretanto, como não alterasse eu minha deliberação, fui avisado de que meu desligamento da Cosipa dar-se-ia sem que qualquer indenização me fosse paga, o que aceitei sem controvérsia.

Meu trabalho em Osasco

Em decorrência de meu desligamento da Cosipa, passei a prestar serviço na cidade de Osasco, na firma Comercial & Importadora Osasco Ltda., revenda autorizada da Volkswagen do Brasil, na qualidade de Diretor Superintendente.

A firma referida pertencia a meu irmão Ranieri e a seu sócio José Del Chiaro, em partes iguais, e nessa atividade permaneci durante quatro anos, aproximadamente, trabalhando no período da manhã.

Exercício da Medicina do Trabalho

Meu ingresso na Cia. Piratininga de Seguros Gerais deveu-se ao patrocínio da Dr.^a Terezinha Correia, brilhante e culta advogada que chefiava o serviço jurídico dessa empresa. Nosso conhecimento ocorrera por ocasião de um Congresso de Medicina do Trabalho. Com poucos dias de convivência, fui distinguido com seu convite para integrar o grupo de trabalho da Piratininga. Teria eu a finalidade precípua de estudar, sob o ponto de vista médico, os processos de acidente do trabalho para oferecer subsídios médicos.

Guardo a lembrança de outros companheiros de trabalho na Piratininga, advogados cujos nomes não poderei

omitir tendo em mira a grande amizade que com eles estabeleci: Therezinha Fiusa, Álvaro Carneiro, Antônio Henrique Pereira do Vale e Lamartine Fernandes Leite Filho.

No período da tarde, minha ocupação, na área de medicina do trabalho, passou a ser na Cia. Piratininga, com sede na Rua Quirino de Andrade, em São Paulo. No final da tarde, depois de concluídas minhas atividades consistentes na elaboração de pareceres periciais, ainda voltava a Osasco, para praticar os atos de encerramento de providências administrativas e bancárias.

Quando me desliguei da revenda de Osasco, alterei meu horário de trabalho na Cia. Piratininga de Seguros. Passei a executá-lo na parte da manhã.

Houve época em que prestei serviços na mesma especialidade de medicina ocupacional em uma unidade da Ford, também em Osasco, e posteriormente na firma Bardella, nas proximidades de Cumbica.

Com a venda da Cia. Piratininga para a Bandeirantes de Seguros Gerais, sem qualquer interrupção de atividade, continuei a prestação de serviços na elaboração de laudos e pareceres médicos, permanecendo no mesmo prédio. Cerca de três anos após, ocorreu a compra da Bandeirantes pela Sul América de Seguros, com escritório localizado à Rua Anchieta, onde passei a executar a mesma atividade, mais durante cinco anos aproximadamente.

Ingresso na Prefeitura paulistana

Em 1969, meu amigo o Dr. Eduardo Lopes da Silva, que era meu vizinho, convidou-me para conhecer seu irmão, o Dr. Tito Lopes da Silva, então Secretário de Higiene da Prefeitura do Município de São Paulo. O Dr. Tito Lopes da Silva acabara de desempenhar papel de relevo ao representar o Brasil na Organização Mundial da Saúde (OMS), e era pessoa de fino trato. Durante a visita, formulou-me o Secretário um convite pessoal para trabalhar no Serviço Médico da Prefeitura, com a função de elaborar exames médicos.

Aceitando o convite, de início fiquei lotado em ambulatório situado no Mercado Municipal. Tinha como atribuição específica o exame médico de feirantes e fornecedores de gêneros alimentícios e assemelhados, como por exemplo, proprietários de avícolas.

Dois anos depois, passei a dar atendimento junto ao Serviço Médico da Prefeitura, em anexo ao Hospital do Servidor Público Municipal. Nessas novas funções, permaneci por vários anos, até ser designado para assessorar o Diretor de Higiene, Dr. Ary do Carmo Russo. Ele fora meu colega de Faculdade. Tratava-se de pessoa de reconhecida competência, a quem se subordinava, nessa época, toda rede hospitalar do Município de São Paulo, o que incluía os Postos de Saúde. Por isso, tratava-se de uma unidade de grande porte, que impunha muita responsabilidade e estafante trabalho.

Nessa ocasião, foi aberto concurso de ingresso para diversas carreiras na Municipalidade paulistana. Todos os médicos comissionados, como era o meu caso, foram inscritos de ofício para o concurso ao ingresso no serviço público estatutário, o que tornou obrigatório meu exame. Dele me saí satisfatoriamente, tornando-me assim funcionário efetivo.

Com a alteração do organograma da Secretaria da Saúde, foi suprimida a Diretoria de Higiene e criada a Superintendência Médica. Nessa ocasião, passei a pertencer ao quadro médico desta superintendência, e fui designado assistente-médico, onde permaneci por cerca de três anos.

Decorridos alguns poucos anos, em 1978, recebi um convite do Prof. Hélio Martins de Oliveira, catedrático da Escola Politécnica da USP. Exercia ele o cargo de Secre-

tário de Serviços Internos da Prefeitura do Município de São Paulo, e convidou-me para ser seu Assistente, já que o Serviço Médico, de natureza pericial, achava-se subordinado ao Departamento do Pessoal e este à Secretaria referida. Aceito o convite, no dia 3 de março de 1978, fui nomeado Assistente Técnico Médico.

A justificativa para a nomeação em apreço decorria da circunstância de que o Tribunal de Contas do Município, quase rotineiramente, devolvia os processos de aposentadoria por moléstia ou seqüela incapacitante. A devolução resultava de vícios freqüentes nos procedimentos, pois faltava melhor observância dos preceitos administrativos e legais. Na verdade, tornava-se necessário que, junto ao Secretário de Serviços Internos, atuasse um médico que pudesse assessorá-lo nas decisões administrativas que envolvessem questões médicas.

Minhas atividades na Prefeitura paulistana

Em 1980, matriculei-me na Fundação Getúlio Vargas (FGV), para realizar o VI Curso de Especialização em Administração Hospitalar e de Sistema de Saúde. Em aulas noturnas, com carga de quatro horas diárias e duração de um ano, completei o aprendizado com real proveito. As preleções, a cargo de professores titulares da FGV e de médicos do corpo clínico do Hospital das Clínicas da USP, eram de alto nível técnico. As provas frequentes obrigavam os alunos a dedicar precioso tempo na revisão das matérias. Lembro-me de que duas reprovações de colegas ocorreram no exame final.

A essa altura, o Serviço Médico mudou de categoria e passou a ser Divisão, e, em seguida, passou a ser Departamento. Meu cargo de Assistente também foi sucessivamente reclassificado, e, finalmente, passei ao de Assessor.

Como Assistente e depois como Assessor (cujo provimento exigia curso de Medicina do Trabalho ou de Administração Hospitalar), permaneci, ao todo, por período de dezoito anos, sem que, em todos esses anos, tivesse de suportar o dissabor de uma única devolução de processo, do Tribunal de Contas, desde meu ingresso nas novas funções. Devo dizer, entretanto, que, evitar essas devoluções, antes freqüentes, foi a razão de ser de minha nomeação para o cargo.

Durante minha permanência nos dois cargos referidos, por mais de uma vez ocorreu a mudança do Departamento Médico de uma para outra Secretaria, entre a de Higiene e a de Administração (nova denominação da antiga Secretaria de Serviços Internos). Isso acarretava meu deslocamento para a Secretaria a que passasse o Departamento Médico a pertencer, dada a vinculação do cargo às atividades do respectivo Departamento.

A relação dos Secretários junto aos quais prestei assessoria, em cargos de confiança, em ordem cronológica, foi a seguinte: 1. Prof. Hélio Martins de Oliveira; 2. Dr. João Lopes Guimarães; 3. Dr. Sérgio Nahas; 4. Prof. José Guedes da Silva; 5. Dr. Fernando Proença de Gouveia; 6. Prof. Ricardo Veronezi; 7. Dr. Dorival de Abreu; 8. Dr. João Melão Neto; 9. Fermínio Fecchio; 10. Sérgio Rabello Tamm Renault; 11. Dr. Antônio Morelo; 12. José Eduardo Fadul; 13. Maria Helena Garcia Palhares Zockum; 14. Marcelino Romano Machado e 15. Vicente Azevedo Sampaio.

Na fase de minha atuação de assessoria, destaco o extraordinário concurso das funcionárias que imprimiam meus pareceres e datilografavam ou digitavam os despachos que eu preparava para os Secretários, bem como os relatórios semestrais e anuais.

Todavia, uma citação nominal deve aqui ser feita. Trata-se de Sueli Possa Fernandes, que, durante quinze anos, aproximadamente, desempenhou com dedicação e competência o referido cargo, sem contar nessa fase, com o auxílio do computador. Assim, todo serviço, de início, era executado com a máquina de escrever. Nem mesmo contávamos com máquina elétrica, sendo extenuante a tarefa a ser cumprida, o que incluía a revisão de minha parte. Esta menção reveste-se de uma declaração de reconhecimento, pela valiosa colaboração recebida.

Já nos últimos dois anos, dispúnhamos do computador, o que veio tornar muito mais rápido e menos penoso o trabalho. Obtínhamos melhor apresentação gráfica e tornava-se mais fácil a revisão, agora a cargo da funcionária Eunice Prioste, que também exerceu com eficiência as tarefas que lhe eram pertinentes.

Meu cargo de assessor era de provimento em comissão, cargo de confiança portanto, mas nele sempre fui confirmado, e dele só me afastei em decorrência de minha aposentadoria aos 80 anos de idade.

Com alguns secretários, era hábito o despacho pessoal, enquanto que, com outros, havia apenas o encaminhamento de processos. Um dos secretários, todavia, delegou-me até mesmo todos os despachos em assuntos da área médica: foi o Dr. João Lopes Guimarães. Ao Dr. João, eminente professor de Direito, a Prefeitura paulistana muito

ficou a dever pela grande parcela de sua contribuição, a começar pelo *Estatuto do Funcionário Municipal*, cujo projeto de lei foi de sua autoria.

Foi o Dr. João Lopes Guimarães, sem nenhum demérito aos demais secretários, aquele que marcou de forma indelével sua passagem no cargo.

Outras viagens

Nesta recordação que ora faço, devo mencionar as viagens para o exterior que, por diversas circunstâncias, se tornaram mais expressivas.

A primeira delas foi efetuada em 1976, em companhia de Carlos Eduardo. Conhecemos Londres, onde visitamos os tradicionais pontos turísticos. Marcaram-me, especialmente, o Museu Britânico, com a inesquecível *Pedra da Roseta*, na qual Champolion decifrou os célebres hieróglifos; a Torre de Londres, onde estão guardadas as jóias da Coroa; o Parlamento, com o famoso *Big Ben*; o Rio Tâmis, com suas águas bem diferentes de nosso Tietê; o Museu de Cera

de M^{me}. Tissaud; a *National Gallery*; *Stratford-upon-Avon*, berço de Shakespeare; as universidades de Cambridge e Oxford; o Palácio de Buckingham; o Palácio de Windsor.

Seguiu-se Paris, a *Cidade-luz*, com seus encantamentos. Capital repleta de belas construções, na Catedral de Notre Dame assistimos a missa dominical; visitamos ainda a vizinha *Sainte Chapelle*, local em que se acha a coroa de espinhos de Jesus Cristo. Conhecemos, como de regra, a Torre Eiffel; o Arco do Triunfo; o *Louvre*; o *Jeu de Pomes*; o *Champs Elisées*; a *Place d'Etoile*; o Palácio de Versailles; *Les Invalides*, onde está o túmulo de Napoleão, etc.

Viajamos até Genebra, Milão (com sua magnífica catedral *Duomo* e o *Scala*), Veneza, Florença, Nápoles. Em Roma, conhecemos o *Vaticano* e as célebres ruínas. Em Castelgandolfo, morada de verão do Papa, tivemos o privilégio de receber a bênção papal de Paulo VI. A viagem ainda incluiu Madri e Lisboa. Estivemos em Sintra, visitando o castelo — onde nasceu e morreu D. Pedro I. Em Fátima, oramos na Igreja de Nossa Senhora, onde pedi sua intercessão na cura de inflamação de meu joelho esquerdo. Fui atendido com extraordinária rapidez.

Alguns anos depois, já em 1981, meu filho Carlos Eduardo e minha nora Barbara estavam morando na Inglaterra, onde buscavam seus doutorados na Universidade de Londres. Voltei à capital inglesa, hospedando-me em seu apartamento, no terceiro andar de prédio vitoriano situado em 3 Guilford Place.

Com Carlos Eduardo e Barbara, voamos a Munique. Numa fria manhã, pela primeira vez, vi uma nevada. De ônibus, fomos a Salzburgo, na Áustria, terra natal de Mozart, cuja residência visitamos. De trem, conhecemos Freiburg, na

linda região da Floresta Negra, onde ficamos hospedados em hotel célebre, cuja construção datava de cerca de quinhentos anos. Havia uma peculiaridade: tinha o banheiro dentro do próprio dormitório, numa redoma de vidro!

A etapa seguinte foi a cidade alemã de Heidelberg, sede da primeira Universidade do país, onde existe um lindo castelo medieval.

De Heidelberg dirigimo-nos a Frankfurt, de onde voltamos, por via aérea, até Londres; daí me dirigi sozinho a Nova Iorque (EUA). Fui recebido no Aeroporto Kennedy por meus parentes distantes Rocco Leone e Anna Maria Mazzilli Leone, já de minhas relações, pois haviam anteriormente visitado o Brasil, quando se hospedaram em minha casa. Os ancestrais de Anna Maria são de Armento, na mesma região de Montemurro, como meus pais.

Permaneci durante cerca de uma semana na residência dos parentes americanos, na pequena e pitoresca cidade de Elmsford, próxima de Nova Iorque. Foi nessa ocasião que ocorreu o atentado contra a vida do Sumo Pontífice, o Papa João Paulo II.

Em 1990, realizei nova viagem aos Estados Unidos. Conteí desta vez com a preciosa companhia de minha filha Ana Cecília, seu marido Hélio e meus queridos netos Helinho, Maria Teresa e Maurício.

Concluído nosso vôo até Miami, prosseguimos viagem em carro alugado. Depois de uma viagem direta e sem sono, foi grande o sacrifício de Hélio para vencer os 400 quilômetros, aproximadamente, até Orlando.

Desta visita aos EUA, guardo saudosa recordação. Muito nos divertimos no complexo do *Walt Disney World*, no

Magic Kingdom, como no *Epcot* e no *MGM Studios*. Não houve programa de interesse que deixássemos de executar.

Na visita a Cabo Canaveral (NASA – Kennedy Space Center) assistimos ao filme *O sonho está vivo*, que tratava desde o preparo dos astronautas até o lançamento espacial, com toda sua força trovejante.

Podemos afirmar que a viagem foi um verdadeiro sucesso, alcançado principalmente pela inestimável colaboração do planejamento de Ana Cecília.

Realizei outra viagem em 1993 aos Estados Unidos, agora em companhia de meu filho Carlos Eduardo, sua esposa Barbara, minhas netas Roberta e Paola, suas filhas, bem assim meu neto Maurício, sobrinho de Carlos.

Nesta oportunidade, após chegar a Miami, nós nos dirigimos em carro locado para Orlando, onde permanecemos por uma semana. Desfrutamos de todas as agradáveis diversões adequadas não apenas para crianças, mas também, para adultos. Voltei ao complexo *Disney World* e *Epcot*, que constituem ponto alto da visita a Orlando. Também constou de nosso programa a participação em eventos das diversas modalidades de lazer existentes em Orlando, tais sejam, por exemplo, os lindos *shows* de golfinhos e orcas.

Nessa ocasião, em roteiro próprio, estendemos nosso trajeto pela costa oeste da Flórida, para conhecermos a casa de Henry Ford e de Thomas Alva Edson, ambas transformadas em museu, que conservam preciosas peças.

Retornamos a Miami, onde nosso grupo foi dividido. Barbara, em companhia de Roberta, Paola e Maurício, tomaram o avião com destino ao Brasil. Carlos Eduardo, que

deveria participar de Congresso de Engenharia em Londres, teve minha companhia para a Europa.

Assim, em julho de 1993, voltamos a Londres. Desta vez, tive maior permanência, hospedamo-nos, Carlos Eduardo e eu, na residência de Beth (Elizabeth Restaino de Gromoboy) e de seu marido Tadek (Tadeuz de Gromoboy-Dabrowicki), nossos preciosos amigos.

O aproveitamento da estada na Inglaterra foi ainda mais completo dado o carinho com que fomos cercados por nossos anfitriões e pelas oportunidades de passeios que nos proporcionaram, particularmente em relação a mim, pois Carlos Eduardo tinha compromissos junto ao Congresso, com apresentação de trabalhos.

Fomos, depois, para a Itália, onde visitamos Sorrento, Paestum, Montemurro e Abruzzi. No retorno aos Estados Unidos, paramos em Elmsford.

Em outubro de 1994, por ocasião dos quinze anos de minha querida neta Maria Teresa, voltei a Nova Iorque, contando com a companhia de minha filha, meu genro e meus netos. Muito desfrutamos, em face do bem organizado programa, preparado com esmero por Ana Cecília. Não faltou nenhum lazer ou visita importante durante nossa temporada. Visitamos o *Guggenheim Museum* (pessoalmente apenas gostei do belo edifício, mas não das telas expostas, uma das quais mera reprodução da camisa que eu vestia, de cor branca com listas azuis...), ao Museu de Arte Moderna (MOMA) e ao *Metropolitam Museum* com especial destaque para as telas impressionistas. Também o teatro na Broadway, com o célebre musical *Cats*, e a ópera de Giuseppe Verdi — o *Rigoletto* —, exibida no *Lincoln Center*, foram por nós freqüentados.

No carnaval de 1997, trocamos as festividades do rei Momo, por maravilhosa e inesquecível ida à Itália, sendo nosso grupo formado por Ana Cecília, Hélio, meus netos Helinho, Maria Teresa, Maurício e eu.

Chegamos a Roma numa madrugada friorenta, com o termômetro acusando zero grau centígrado. Logo, todavia, surgiu o sol, seguido de um esplendoroso dia de céu azul. Ficamos hospedados em excelente hotel, próximo à *Villa Borghese*.

É desnecessário descrever o que se pode desfrutar estando em Roma, com as maravilhosas coleções de obras de arte e logradouros do passado, e mesmo de suas ruínas. Fica tudo guardado em nossas retinas, de forma indestrutível.

Caminhamos ao longo das margens do rio Tibre, sob os centenários plátanos, desfolhados pela ação hiberna, porém repletos de sementes, anunciando a perenidade da vida.

Para melhor aproveitar o extraordinário acervo existente no Vaticano, nele voltamos ainda duas vezes. Estou seguro de que, se outras cem lá estivéssemos estado, muito ainda restaria a ser visto. É suficiente referir à inspirada tela de Rafael, *A Escola de Atenas*, onde estão representados Aristóteles, Platão, Sócrates, os sofistas, todos eles a nos convidar à profunda meditação. E a Capela Sistina? Nela, vemos o impressionante afresco de Michelangelo, do Juízo Final.

Estando todos nós na linda Praça de São Pedro, por duas vezes, tivemos a felicidade de receber a bênção papal de João Paulo II. Foi uma cerimônia de tocante sensibilidade e profunda fé, infundida em cada um de nós, pelo sucessor de São Pedro.

Impossível passar alguns dias em Roma e não se referir às qualidades de sua comida e à preciosidade de seus vinhos!

Nessa oportunidade, voltei a Florença, com meus familiares — a notável cidade que tem como símbolo a flor de lis (a cidade que deveria florescer), repositório das mais belas obras de arte evidenciadas pelos trabalhos de Leonardo da Vinci, Giotto, Brunelleschi, Michelangelo, Guiberti, para citar apenas alguns gênios que a humanidade já produziu.

Também merece citação o passeio a Tivoli, apenas a 32 quilômetros de Roma; lá conheci a Villa D'Este, do Cardeal Ippolito D'Este, com aproximadamente 500 fontes, cujos jatos d'água formam esculturas. No caminho a essa pequena cidade, havíamos visto a esplendorosa Vila de Adriano.

Foi, de fato, uma portentosa visita esta realizada na Itália!

Ginástica no Dante Pazzanese

Desde 1984 passei a freqüentar o Instituto de Cardiologia Dante Pazzanese, na Seção de Reabilitação Funcional. Embora não tivesse sofrido qualquer acidente cardiovascular, meu intuito era o de praticar a saudável ginástica preventiva.

Há um exame prévio para avaliação do candidato a ingresso, com o escopo de investigar eventuais patologias, não apenas para determinar o tipo da ginástica mais

apropriada, mas até para indicar o grupo ao qual deva ele pertencer.

Nossa turma tem aulas às terças e quintas-feiras, das 18 às 19 horas. Nesse período, inexistiu médico plantonista na Seção de Reabilitação, pois os integrantes do grupo não apresentam patologia cardiovascular nem moléstia que reclame acompanhamento clínico. Somos todos submetidos a testes ergométricos, programados com antecipação, afim de serem colhidos os dados necessários ao correto desempenho.

Tivemos como primeira professora Vera Luzia do Nascimento, pessoa competente e de muito bom relacionamento, de quem nos lembramos com saudade, pois, após quatro anos, aproximadamente, veio a casar-se com um engenheiro alemão, passando a residir no país natal de seu marido.

Em seguida, passamos a receber os ensinamentos e praticar os exercícios sob a orientação da professora Aparecida Cristina de Britto Costa. Trata-se de profissional de alto valor, tanto pelo seu conhecimento, como pela competência e esmerado cuidado com que se dedica a seu mister. Suas aulas proporcionam especial benefício à nossa saúde.

O convívio freqüente, as disputadas partidas de voleibol e os jantares mensais que habitualmente degustamos, com a costumeira e agradável presença de Cristina, são responsáveis por nossa verdadeira amizade.

Procede ainda a citação nominal dos colegas de ginástica, embora muitos, por vários motivos, não mais estejam hoje a freqüentar as aulas. Eis a relação que minha

memória registra com especial carinho: Aluisio Paiva de Carvalho Alba; Antônio Carlos Ramos Cyrillo; Aristóteles Cruz; Antônio Lauria; Antônio Sérgio M. Marone; Batista Fedele; Caetano Quagliano; César Portal Jorge; Celso do Amaral Castro; Flávio Rodrigues Puga; Francisco Vicente Braga; José Maria Marlet; José Martines (Pepe); José Edmundo A. Martins; José Tobias de Aguiar; Marcos Antônio C. Marchesi; Maurício Finotti; Moacir Cortez; Paulo Afonso Pinto Saraiva; Salvador Lo Prete; Wladimir Homero Simões.

Meus pais

Cuidarei a seguir dos relatos que envolvem minha vida familiar. Começarei por falar de minha filiação.

Meus pais, Domingos Mazzilli Sobrinho e Angela Liuzzi Mazzilli eram ambos de ascendência italiana. Provenham de Montemurro, pequena cidade do sul da Itália, na Província de Basilicata, próxima de Nápoles, região das montanhas apeninas.

Sua cidade natal tem altitude pouco superior a 700 metros e uma topografia que até se assemelha, sob certos aspectos à de Caconde. Próxima a ela, existe uma barragem do Rio Agri, que forma bonita represa.

Tive o ensejo de visitar Montemurro por duas vezes, acompanhado de meu filho Carlos Eduardo. Quando da primeira vista, fizemos o percurso Nápoles – Potenza de trem, e desta cidade fomos até Montemurro, de automóvel.

Sobremaneira me enterneci, quando penetrei na Igreja onde foram batizados meus pais.

Ainda me foi dada a oportunidade de conhecer alguns descendentes de nosso tronco familiar, tanto na primeira como na segunda visita. Na primeira, avistei-me com um primo, em grau distante, de meu pai e, dele homônimo, já com a idade de 95 anos. Usava cadeira de rodas, em virtude de fratura do colo do fêmur não consolidada. Era ele casado em segundas núpcias. O sobrenome de sua esposa era o mesmo de minha avó paterna, ou seja Sinisgalli.

Visitei também outra prima, chamada Elisabetta, de 92 anos, que, no momento, estava cuidando de seu filho de 72 anos, acometido por forte gripe. Como se vê, montemurreses bem longevos.

Na segunda visita a Montemurro, desde Roma até Sorrento, fizemos todo o trajeto de carro, sempre dirigido por meu filho Carlos Eduardo. Completamos depois o maravilhoso percurso da Costa Amalfitana.

Passamos por inúmeras pequenas cidades da região. Fizemos um roteiro escolhido, que nos permitiu conhecer localidades históricas, como por exemplo Paestum, erigida pelos gregos, antes de Cristo.

Entre outras, em Paestum, há a célebre ruína do templo de Netuno, das mais conservadas entre as existentes, mesmo comparada com as localizadas na Grécia; há ain-

da um pequeno museu com peças cerâmicas, cujo colorido produz a impressão de atualidade.

Domingos Mazzilli Sobrinho, meu pai, nascido em 24 de dezembro de 1877, filho de Pasquale Mazzilli e de Filomena Sinisgalli Mazzilli, com a idade de 15 anos, veio para o Brasil em 1892. Estava em companhia de sua irmã Leonor e seu cunhado Paolo Infantini.

A vinda de papai para o Brasil ocorreu, como de resto se deu a de centenas de milhares de italianos, logo nos primeiros anos depois de proclamada a República em nosso País. Tem sua razão de ser nas dificuldades então reinantes particularmente no sul da Itália, que não oferecia perspectivas de trabalho compensador. Era a aventura de procurar um mundo novo, em busca de melhor futuro.

Meu pai tivera o ensejo de completar, ainda em Montemurro, o curso primário com duração de quatro anos. Sempre se referia ao seu mestre de sobrenome Lauria, com o máximo respeito e reconhecimento, dizendo tratar-se de pessoa muito culta e a quem devia todo seu conhecimento básico.

Meu avô paterno — que mais tarde também veio para o Brasil — possuía, em Montemurro, duas pequenas propriedades rurais, denominadas Fafaletto e Cessuto, onde eram cultivados o trigo e a uva.

Na vinda de meu pai ao País, a travessia transatlântica teve duração superior a vinte dias. Foi feita a bordo do navio italiano denominado *Acquitania*, tendo-se iniciado em Nápoles e se completado no porto do Rio de Janeiro. Nesta cidade, então Capital do País, é que se realizou transbordo para navio de menor porte, o *Santos*, no qual continuou a

viagem até chegar ao porto de igual nome, onde foi realizado o desembarque.

O destino de papai e de seus parentes, ao chegar no Brasil, foi Caconde (SP), dado que sua família contava com alguns parentes que já residiam nessa cidade, entre os quais seu irmão Antonio. Assim, com ligeira parada em São Paulo e outra em São José do Rio Pardo, ei-los com a viagem concluída.

Meu tio Antonio já possuía uma casa comercial em Caconde. Nela, papai começou a trabalhar e, decorrido algum tempo, dele se tornou sócio, em tenra idade, o que evidencia sua grande dedicação ao trabalho e sua capacidade intelectual.

Papai logo passou a dominar nosso idioma. Lia com entusiasmo e aproveitamento jornais e livros escolhidos, indicados por pessoas mais instruídas, como o Comendador José Umbelino Fernandes, de quem se tornou amigo. O Comendador desfrutava de alto conceito social e político, e orgulhava-se por ter sido a pessoa escolhida para saudar o Imperador D. Pedro II, quando este realizou uma visita à cidade de Casa Branca, vizinha à de Caconde — fato este, aliás, que justificou a comenda recebida.

Por toda sua vida, conservou papai seu gosto pela boa leitura. Interessava-se, inclusive, por obras clássicas, as quais lia e relia, sempre fazendo anotações, nos próprios livros, a lápis, elogiando passagens ou delas até discordando!

Além de comerciante, já então com estabelecimento próprio, papai dedicou-se a atividades agropecuárias. Adquiriu, após alguns anos de trabalho e progressivamente, três propriedades desse gênero, uma delas a *Serrinha da Conceição*, que, mais tarde, veio a ser minha.

Com sua dedicação ao trabalho e bom tirocínio comercial, chegou a ter situação econômico-financeira sólida. Basta lembrar, para tanto, um fato ocorrido no ano de 1928, quando se deu a elevação de Tapiratiba (SP) à condição de cidade, pois que até então era Distrito de Caconde.

O Coronel João Batista de Lima Figueiredo, chefe político de Tapiratiba, credor de significativa parcela emprestada à Prefeitura de Caconde, não teve dúvida em acioná-la, quando do rompimento político. A *Casa Bancária Fanuele Paiva Nigro & Cia.*, sediada em Caconde, recebeu da Prefeitura pedido de empréstimo para solver referida dívida. Foi por intermédio de papai que se conseguiu o numerário necessário, em *libras esterlinas ouro*, por falta de recursos na praça.

Era papai dotado de muito bom-senso e cultura geral, a ponto de ser procurado para dirimir, amigavelmente, muitas controvérsias que lhe eram apresentadas por pessoas e clientes de seu estabelecimento comercial.

Papai foi um chefe de família exemplar. Faleceu em 1962, com a idade de 84 anos. Consta da inscrição existente em seu túmulo seu nascimento em Montemurro, seguida do adjetivo de naturalidade “cacondense”.

No dia de seu falecimento, o Chefe do Executivo de Caconde assinou o seguinte decreto:

“Decreto nº. 340

Dispõe sobre Luto Oficial da cidade em homenagem ao Ex.^{mo} Sr. Domingos Mazzilli Sobrinho.

José Orrico, Prefeito Municipal de Caconde, Estado de S. Paulo, na forma da Lei etc. Usando das minhas atribuições;

Considerando que faleceu nesta cidade, o Ex.^{mo} Sr. Domingos Mazzilli Sobrinho, chefe de antiga e tradicional família de Caconde, elemento altamente estimado pelas suas admiráveis qualidades pessoais;

Considerando que o extinto foi, por longos anos, comerciante nesta cidade e contribuiu largamente para o progresso local, por si próprio e pelos seus familiares, entre os quais se destacam seu filho Dr. Hugo Mazzilli ex-Vereador, ex-Presidente da Câmara e ex-Prefeito desta cidade, o qual foi em Caconde uma expressão acentuada de progresso, assinalando a sua passagem pela Municipalidade por serviços de natureza importante à coletividade;

Considerando que outro seu filho, o Ex.^{mo} Sr. Dr. Paschoal Ranieri Mazzilli vem honrando esta cidade com o seu acendrado amor à terra natal, assinalado pela contribuição superior de proteção ao progresso de Caconde, nos postos mais altos do Brasil que tem ocupado com admirável competência e proveito à Nação brasileira — Deputado Federal, Presidente por 5 vezes da Câmara dos Deputados e servindo, por três vezes, como Presidente da República, conseqüentemente alçando o nome de Caconde ao mais elevado conceito Nacional, sendo assim, os dois filhos do ilustre extinto, dignos de especial reverência do Poder Municipal, tanto quanto os demais membros da família;

A Prefeitura Municipal de Caconde decreta Luto Oficial nesta cidade, homenageando o estimado morto e sua querida família, registrando o mais sincero reconhecimento que, assim, constará nos anais da Municipalidade para conhecimento dos pósteros.

Registre-se, Publique-se e dê-se conhecimento à família homenageada.

Prefeitura Municipal de Caconde, 5 de setembro de 1962

a) José Orrico — Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra. Caconde 5/9/1962.

a) Benedito de Oliveira Santos — Secretário da Prefeitura”.

Também é importante referir outra homenagem póstuma prestada a meu querido pai, ainda pelos Poderes Legislativo e Executivo de Caconde, ao ser promulgada lei que denominou com seu nome a rua de nossa casa paterna.

Angela Liuzzi Mazzilli, minha mãe, filha de Giuseppe Liuzzi e Anna Maria Galante Liuzzi, nascida em 15 de dezembro de 1887, veio para o Brasil com a idade de dois anos.

Sua família passou a residir em Mococa (SP), por diversos anos, onde minha mãe teve ensejo de estudar. Não se limitou apenas ao aprendizado da língua portuguesa, mas também estudou conhecimentos gerais e teve iniciação no idioma francês. Na época, era habitual o ensino por meio de professores particulares, pois, principalmente nas cidades menores, inexístiam escolas oficiais.

Em 08 de junho de 1907, aos dezenove anos de idade, casou-se com meu pai, na Igreja Matriz de Mococa, passando o casal a residir em Caconde, onde papai já possuía estabelecimento comercial próprio.

Elogiar a mãe é gesto generalizado e de fácil execução para qualquer pessoa, mas, no meu caso particular, peço vênica para dizer que, sinceramente, não encontro ex-

pressões que bem possam definir a bondade, o zelo, o carinho e o amor por ela dedicados a seus familiares.

Mamãe — conhecida por todos como *Angelina* — era, além de muito bonita, pessoa muito inteligente, expansiva e otimista. Tinha temperamento boníssimo, nada afeita a castigar os filhos, mesmo em face de traquinagens próprias de cada idade. Gostava das inovações e procurava bem se informar, tendo tido especial apreço por programas de televisão, os quais selecionava com cuidado.

Vale a pena recordar os dotes culinários de mamãe, quando, com freqüência preparava pratos deliciosos da cozinha italiana, como as massas, o pão-cheio ou os célebres *crispeles*, sem esquecer os biscoitos cozidos açucarados que constituíam rara preciosidade.

Tinha mamãe grande predileção pelo cultivo de flores. O espaçoso terraço interno de nossa casa era de despertar a atenção, pela variedade dos belos vasos floridos e bem cuidados.

Faleceu mamãe aos 93 anos de idade, gozando até então de notável lucidez. Tinha excelente memória e estava sempre interessada pelo noticiário dos fatos relevantes que ocorressem em qualquer parte, e até da política do País, especialmente, é claro, quando dissessem respeito a seu filho Ranieri. Conservou a mesma personalidade, sem ser influenciada pela idade cronológica. Deixou em cada um de nós uma saudade indescritível.

Meus irmãos

Teve o casal sete filhos, sendo, por ordem cronológica: Philomena Romana (que nós chamamos de Roma), Paschoal Ranieri, Anita, José Mário, Gilberto, Hugo e Nelly. Todos passaram a infância em Caconde e, a cada um deles, segundo a vocação e possibilidades, foi dado estudar.

Roma — a primogênita, aos dezessete anos, interrompeu seus estudos de piano, no penúltimo ano do Conservatório Musical de São Paulo. Casou-se com Hermeto Donnabella, competente farmacêutico. O casal teve três filhos: Aparecida Hebe, Wanda e Domingos Flávio. Ainda re-

side em Caconde, com seu marido, na primeira casa que papai adquiriu e onde ela nasceu.

Meu cunhado Hermeto, de temperamento forte, sempre foi bom amigo de todos nossos familiares e teve desempenho extremamente dedicado quando ocorriam problemas de saúde em nossos familiares, particularmente após minha vinda para São Paulo. Foi extremamente abnegado e zeloso, especialmente com papai, mamãe, Gilberto e tia Filó (apelido pelo qual chamávamos Filomena, irmã de mamãe).

A personalidade de Roma merece destaque na maneira de sua extraordinária simpatia e delicadeza, no convívio com qualquer pessoa, dotada que é de um gênio invulgar e de extremada bondade.

Lembro-me bem, que era costumeiro realizar-se uma sessão musical depois do jantar. Roma sentava-se ao piano. Papai muitas vezes manifestava suas preferências, jamais se esquecendo de pedir a execução da melodia *Milhões de Arlequins*.

Nessa ocasião, os cinemas mudos exibiam filmes em branco e preto, e era habitual a execução de músicas ao piano. Em nossa cidade, era Roma a pianista. Menino, tirava eu proveito desta circunstância, pois não precisava pagar meu ingresso!

Ranieri — dele tratarei posteriormente, com mais detalhes, tendo em vista seu papel na vida pública brasileira.

Anita — que também se dedicara ao estudo do piano, ainda jovem, foi acometida por insidiosa moléstia. Veio a falecer, após ter sido hospitalizada, por algumas vezes, em São Paulo.

Era pessoa de grande sensibilidade afetiva e dotada de raras qualidades. Muito meiga e apreciadora de reuniões sociais, desfrutava de um grupo numeroso de amigas, que freqüentavam nossa casa com assiduidade.

Seu falecimento foi extremamente penoso para toda nossa família.

José Mário — que era habitualmente chamado Mário, interrompeu seus estudos para dedicar-se ao comércio e trabalhar junto com papai. Entregou-se também e principalmente aos afazeres ligados às três propriedades agrícolas da família, com especial preferência pela pecuária leiteira. Casou-se com Maria Aparecida Martins, tendo o casal os seguintes filhos: — Heloísa Helena, Maria José, Luiz Roberto, Maria Izabel, Vera Lúcia, Maria Alice, Márcia Maria (falecida antes de completar quatro anos), José Mário e Ângela.

Mário tomou parte ativa na Revolução de 1932, como combatente. Contava apenas 18 anos de idade e integrava a Companhia do Batalhão Romão Gomes. Participou dos combates que ocorreram em Caconde e Divinolândia (cidades de fronteira), sob o comando do Capitão Pinheiro, oficial da então Força Pública Paulista.

Durante muitos anos, residiu com sua família em uma das propriedades agrícolas de papai, denominada *Retiro Bom Jesus*. Lá tínhamos um bom e numeroso plantel bovino, de raça leiteira. Era Mário exímio conhecedor desse mister, e fazia questão de ordenhar um escolhido grupo de vacas!

Mário sempre foi um irmão muito querido. Mudou-se para Brasília, quando se iniciava a construção da

nova Capital. Iniciou sua atividade na condição de *candango* — designação que se dava aos operários que construíram Brasília. Embora nosso irmão Ranieri já fosse destacado Deputado Federal, Mário não gozava de qualquer favoritismo e sim, com mérito próprio, atingiu elevado cargo administrativo na Novacap (autarquia responsável pela construção de Brasília). Ocupou o importante posto de Chefe do Departamento de Gestão Patrimonial. Alcançou, por fim, merecida aposentadoria mas, infelizmente, veio a falecer pouco tempo depois.

Gilberto — que, em tenra idade, sofrera um processo de infecção meningo-encefálica, foi conduzido a São Paulo por meu pai para submeter-se a exame e tratamento com o extraordinário clínico Dr. Menotti Sainati. Todavia, restou-lhe como seqüela a surdo-mudez, em virtude da qual, ao atingir a idade adequada, passou a freqüentar, com grande proveito e por alguns anos, o curso especializado do Prof. Nicolau Caruzzoni, em São Paulo. O regime de internato era relativamente dispendioso. Com o falecimento de Caruzzoni, Gilberto continuou, no mesmo estabelecimento, ainda por mais dois anos, agora sob a responsabilidade de Helena Furia.

Tinha Gilberto acentuado temperamento artístico, além de grande capacidade para o desenho e a pintura. Realizava trabalhos de valor, tendo, inclusive, participado de exposição promovida em Caconde pelo Fundo de Melhoria das Estâncias — FUMEST. Apresentou um belíssimo trabalho de colagem representativo da cidade de Caconde: são milhares de pequenas peças que, montadas, formam como que um quadro fotográfico de toda nossa cidade. Guardo com orgulho esta sua obra em minha casa. E dela fiz tirar foto parcial, para a capa deste livro.

Era, além disso, pessoa muito alegre. Apesar de sua limitação auditiva, dançava muito bem. Cioso de suas decisões, era pessoa muito determinada e gostava das coisas muito direitas. Contava com grande círculo de amigos. Foi sempre um apoio de extrema importância para mamãe, particularmente nos últimos anos de vida.

Faleceu em 20 de junho de 1983, após submeter-se, em São Paulo, a ato cirúrgico, motivado por rebelde patologia. Recebeu, como homenagem póstuma, da Prefeitura e da Câmara Municipal de Caconde, a denominação de seu nome, em via pública de nossa cidade natal.

Na ordem cronológica, segue-se meu nome, mas, tendo presente que, nas páginas anteriores, já versei sobre minha vida, resta-me agora falar de minha esposa e de meus filhos, o que farei depois de concluir outros relatos.

Nelly — a caçula da irmandade, nascida aos 23 de agosto de 1919, concluiu o curso primário no então Grupo Escolar de Caconde e, a seguir, matriculou-se no Colégio Santa Escolástica, em Sorocaba (SP), onde terminou o secundário. Casou-se com Jean Raymond Fouque, engenheiro, já falecido, tendo o casal a filha Simone.

Nelly passou a residir no Rio de Janeiro e sua personalidade sempre denotou caráter bastante firme, embora dotada de temperamento conciliador. Era de se notar sua permanente disposição para empreender viagens. Dirigia seu próprio carro, do Rio a Caconde, com grande frequência. Tinha imenso prazer em hospedar-nos em seu apartamento, propiciando-nos inesquecíveis temporadas.

Quando decidiu ingressar no Serviço Público, não teve dúvidas em enfrentar difícil concurso, para ingresso na

Caixa Econômica Federal. Conseguiu brilhante classificação geral, no quadro funcional da referida autarquia. Fez vitoriosa carreira, lastreada com os seguintes cursos: de grafotécnica, de secretária executiva e relações humanas (todos pela PUC), seguridade social (pelo Ministério do Trabalho) e, com sua dedicação e competência, alcançou a maior hierarquia, estando atualmente aposentada.

Meu irmão Ranieri

Ranieri, nascido em 27 de abril de 1910, fez o curso primário no Grupo Escolar de Caconde, que atualmente tem o nome de *Escola de Primeiro Grau Dr. Cândido Lobo*.

Iniciou o segundo grau no Ginásio do Estado na Capital do Estado de São Paulo e o concluiu sob regime de exames parcelados no Colégio Brasil de Ouro Fino, no Estado de Minas Gerais. Foi nessa ocasião que conheceu Sylvia Pitaguary Serra, de quem se tornou noivo e com quem viria a casar-se em 1933. O casal teve três filhos: Maria Lúcia, Luís Guilherme e Luís Henrique.

A Revolução Constitucionalista

Em princípios de 1932, fora Ranieri nomeado Coletor Federal em Taubaté (SP). Permaneceu no exercício do cargo por poucos meses apenas, em virtude de ter-se alistado para participar da Revolução Constitucionalista de São Paulo.

Passou a integrar o *Batalhão Sete de Setembro*, que iniciou sua campanha em Guaxupé (MG). Também meu cunhado Hermeto Donnabella, farmacêutico, pertencia ao mesmo batalhão, como soldado combatente.

Já com a patente de 1º tenente, integrou Ranieri a Comissão de Negociação que se dirigiu a Muzambinho

(MG), afim de parlamentar com autoridades mineiras, das quais era esperada adesão ao movimento constitucionalista.

Nessa ocasião, o Governador de Minas Gerais — aliado do Governo Federal — determinou a prisão dos componentes da Comissão. Esse fato, entretanto, não chegou a consumar-se, apenas porque Ranieri era amigo íntimo de João Leite, filho do político mineiro Dr. Licurgo Leite, pessoa de largo prestígio e liderança, que intercedeu como conciliador, junto aos militares governistas ligados ao governo federal, e, assim, conseguiu a permissão de retorno dos oficiais paulistas às suas unidades.

Retirando-se de Guaxupé, foi a tropa deslocada para uma posição que ficou conhecida como *Região do Túnel*, no Vale do Paraíba (SP). Passou a ocupar localidades onde se travaram violentos combates, principalmente em Batedor, Engenheiro Bianor e Engenheiro Neiva, onde foi mortalmente ferido o mais graduado oficial do Batalhão 7 de Setembro — seu Comandante Ayres, que veio a falecer na cidade de Aparecida do Norte (SP).

Nessa frente de combate, Ranieri Mazzilli foi promovido ao posto de Capitão, por merecimento.

A vida pública de Ranieri

Em setembro de 1932, ao término da Revolução, foi Ranieri exonerado do cargo de coletor federal de Taubaté, em virtude de ter tomado armas contra o Governo Federal.

Nos primórdios de 1933, passou a residir com sua esposa em São Paulo. Foi um dos fundadores da revista *Boletim Fiscal*, especializada em assuntos tributários e fiscais de âmbito federal. Dela chegou a ser diretor administrativo e articulista.

Nesse ínterim, retomou o curso de Direito na Faculdade de Niterói (RJ), pela qual se diplomou. Seu trabalho na revista fiscal abriu-lhe campo específico para

aprimorar seus conhecimentos em matéria pertinente ao fisco federal.

Diante da anistia concedida pelo Governo Federal aos Constitucionalistas de 1932, em 1935 Ranieri veio a ser reconduzido ao serviço público federal. Passou a ficar lotado na 1ª Coletoria de Sorocaba (SP), onde permaneceu por período de quatro anos.

Nessa ocasião, lecionou na Escola de Comércio daquela cidade, na cadeira de Economia. Nessa área de conhecimento, passou a ter reconhecido mérito. Isso propiciou-lhe convite para implantar novos métodos de trabalho na Recebedoria de Rendas do Distrito Federal, sediada na Capital do País — à época, a cidade do Rio de Janeiro. Recebeu, subseqüentemente, como reconhecimento pelo êxito de sua atividade, a nomeação para Diretor dessa repartição.

Os bons resultados alcançados justificaram sua condução ao cargo de Secretário de Finanças do Distrito Federal. A seguir, foi nomeado Diretor do Imposto de Rendas e, depois, Chefe de Gabinete do então Ministro da Fazenda Dr. Guilherme da Silveira.

Esta nova posição, que já envolvia conotação política, abriu-lhe novas perspectivas. Permitiu sua postulação, com sucesso, à candidatura de Deputado Federal. Iniciou, assim, sua carreira pública, de forma inusitada, sem ter percorrido antes os postos políticos de menor hierarquia.

Sua primeira eleição deu-se com a expressiva cifra de 17.571 votos, que, para o eleitorado então existente, correspondia a significativa vitória. Integrava o Partido Social Democrático — PSD, em cuja legenda passou a ser o segundo mais votado.

Logo no primeiro ano de seu mandato, integrou a Comissão de Orçamento da Câmara e, no segundo mandato, tornou-se presidente dessa comissão, condição que teve longa duração.

Todavia, o que merece maior referência é sua eleição, em 1958, para a Presidência da Câmara dos Deputados, alcançada em memorável disputa contra o candidato governista.

Foi sucessivamente reeleito até se completarem sete anos ininterruptos no cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, fato único, até hoje, em nossa história republicana.

A Presidência da República

Em razão de ocupar a segunda posição na hierarquia sucessória da Presidência da República, Ranieri exerceu o mais alto cargo do Poder Executivo federal por cinco vezes, a primeira das quais, quando o Presidente Juscelino Kubitschek viajou para Portugal.

A propósito de sua posse na Presidência da República, é oportuna a citação de Helio Vianna, que consigna: “Foi o Sr. Paschoal Ranieri Mazzilli o primeiro filho de imi-

grantes não portugueses a ocupar a Presidência da República do Brasil”⁴.

A primeira vez que Ranieri assumiu a Presidência foi em 4 de agosto de 1960. No dia 9, acompanhado de comitiva da qual fazia parte seu chefe de cerimonial, o primo e amigo Vicente Paulo Gatti, viajou para a Capital paulista.

Nessa ocasião, foi recebido no aeroporto pelo Governador Carvalho Pinto. Dirigiu-se então ao Palácio dos Campos Elíseos, onde assinou mensagem endereçada ao Congresso Nacional, pela encaminhou projeto de lei que abria crédito especial de dois bilhões de cruzeiros, para a necessária duplicação da Rodovia Presidente Dutra.

Depois dessa cerimônia, retornando ao aeroporto de Congonhas, seguiu de avião, com sua comitiva, para a sede da Fazenda Itaiquara, onde houve almoço oferecido pelo proprietário Sr. João Batista de Lima Figueiredo. Em seguida, cumpriu Ranieri seu desejo de homenagear sua cidade natal. Dirigiu-se com sua comitiva para Caconde, de automóvel, e assistiu, de início, a solene *Te Deum*, ocasião em que se achava a Igreja Matriz literalmente ocupada.

A propósito da ida a Caconde pelo Presidente Mazzilli, cabe referir artigo do competente jornalista Carlos Chagas, na época chefe da sucursal em Brasília (DF) de *O Estado de S. Paulo*, sob o título: *Quem é o substituto*⁵? Em determinado tópico, assim se expressou o articulista: “O escolhido não precisará chegar ao exagero do saudoso deputado Ranieri Mazzilli, presidente da República em dezenas de

4. Helio Vianna, *História do Brasil*, vol. III, p. 314, nota de rodapé n. 1.

5. Jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 19 de abril de 1986, p. 4.

oportunidades; na primeira vez em que substituiu um chefe de governo, no caso, Juscelino Kubitschek, o parlamentar por São Paulo não teve dúvidas. Programou uma visita à sua cidade natal, Caconde, e lá desembarcou com toda pompa, cercado de ajudantes-de-ordem (*sic*) e usando a faixa presidencial sobre o paletó”.

No dia da publicação dessa nota, fiz uma ligação telefônica ao digno articulista, pois meu mano já havia falecido. Esclareci não ter havido uso da faixa presidencial naquela visita, e recebi de Carlos Chagas o pedido de que lhe fosse enviada correspondência versando sobre o assunto. Poucos dias após, atendido seu pedido, Carlos Chagas publicou novo artigo no mesmo jornal, assim redigido⁶:

“Xeque de Mazzilli — Escreve o médico Hugo Mazzilli para esclarecer que, mesmo tendo ido a Caconde, sua terra natal, no primeiro dia⁷ em que substituiu o presidente Juscelino Kubitschek na chefia do governo, seu irmão, o falecido deputado Ranieri Mazzilli, não levou com ele a faixa presidencial. — Um fato histórico — A carta serve, também, para uma revelação jamais publicada na imprensa. Vale dar a palavra, ou o texto, ao Dr. Hugo Mazzilli: Quando da apreciação, pelo Congresso, da emenda que instituiu o regime parlamentar, achava-se a proposição em segunda discussão e, ao final do almoço no apartamento de Ranieri, do qual participávamos minha cunhada Sylvia e eu, houve um chamado telefônico no ramal privativo. Eram os três ministros militares e o chefe do Gabinete Militar, General Ernesto Geisel, que solicitavam audiência reservada. Foram recebidos e o Marechal Denys, ministro do

6. Jornal *O Estado de S. Paulo*, edição do dia 6 de maio de 1986, p. 3.

7. Como já registrei acima, aqui o jornalista se equivocou, pois sua posse se deu em 4 de agosto e a visita no dia 9.

Exército, expôs a razão da inesperada visita: as Forças Armadas não concordariam com a emenda parlamentarista, de sorte que, assegurada a ordem militar no País pelas providências já tomadas, o Congresso seria posto em recesso e ele, Ranieri Mazzilli, mantido na Presidência da República, pois merecia toda confiança e apoio. Argumentando de forma pausada, como lhe era peculiar, e com sincera convicção, Ranieri fez ver aos ministros que a legitimidade de sua posição de substituto eventual do presidente da República decorria de sua condição de parlamentar e presidente da Câmara. Fechado o Congresso, renunciaria ao cargo que estava exercendo de presidente da República. Não teria mais legitimidade nem desejaria nele permanecer, ainda que por breve período, à custa do derramamento de sangue. O episódio foi assistido por mim e por minha cunhada Sylvia”.

Cabe aqui um esclarecimento. Este último artigo de Carlos Chagas refere-se, sucessivamente, a duas substituições de Ranieri na Presidência da República; a primeira, em 1960, coincide com sua visita a Caconde (substituição a Juscelino Kubitschek); a segunda, em 1961, se deu quando da emenda parlamentarista, apresentada por ocasião da renúncia de Jânio, época em que Vice-Presidente Jango estava em viagem à China Comunista.

Quero enfatizar um ponto muito relevante, ligado a esta segunda vez em que Ranieri assumiu a Presidência da República.

O segundo artigo de Carlos Chagas, baseado em meu testemunho e publicado em maio de 86, relatou expressamente a posição contrária das Forças Armadas não só em relação à emenda parlamentarista como à posse do Presidente João Goulart. A notícia saiu em coluna de destaque num dos mais importantes jornais do País, época em que os

ministros militares Marechal Odilio Denys, Brigadeiro Grum Moss, Almirante Sylvio Heck e General Ernesto Geisel, este chefe da casa militar, ainda eram todos vivos. Jamais surgiu, entretanto, qualquer contestação, embora todos eles tivessem sido citados expressamente no episódio.

O relato destes acontecimentos, com os detalhes pertinentes, foi-me possível porque eu e minha cunhada Sylvia os testemunhamos pessoalmente. Com efeito, durante o encontro dos ministros militares com Ranieri, realizado no *living* de seu apartamento em Brasília, eu e minha cunhada estávamos numa sala contígua, destituída de porta, ansiosos na expectativa do desfecho, quando Sylvia ainda me disse: “Hugo, eles vão prender o Mazzilli!”...

Vale a pena recordar que, minutos antes da visita, quando do chamado telefônico dos ministros militares, diversos políticos se achavam no apartamento de Ranieri, entre os quais, me recorro de José Martins Rodrigues, que era o Ministro da Justiça, os deputados federais Ulysses Guimarães, Pacheco Chaves e outros mais. Com a quase imediata chegada dos militares, todos estes foram conduzidos até a copa, cuja porta de acesso para a sala de jantar foi trancada com chave.

Além da minuciosa descrição dos fatos acima arrolados, constantes das duas publicações do jornalista Carlos Chagas, sou obrigado a referir-me a outros dois artigos jornalísticos, de autoria do emérito articulista Prof. Oliveiros S. Ferreira, diretor de *O Estado De São Paulo*, nos quais ele abordava o tema da renúncia de Jânio Quadros. É que meu veraz relato passou a ter valor histórico, dada a divulgação feita por um jornal da importância de *O Estado de S. Paulo*.

Fora bem amplo o noticiário acerca da posse de Ranieri na Presidência da República por ocasião da renúncia de Jânio Quadros. A propósito, em edição mais recente do jornal *O Estado de S. Paulo*, na coluna *Destaque*, o Prof. Oliveiros S. Ferreira, Diretor daquele matutino, assim se referiu ao episódio: “*Os ministros militares do sr. Ranieri Mazzilli declararam que não dariam posse ao vice-presidente constitucional — só que não tinham ninguém para pôr em seu lugar, nem mesmo Mazzilli, de quem não gostavam (grifo nosso)*”⁸.

Em face dessa publicação, enderecei correspondência ao ilustre articulista, dando-lhe a correta versão dos fatos. Isso foi o bastante para que, em edição seguinte, saísse publicado artigo na mesma coluna e assinado pelo mesmo jornalista⁹.

Cumpre transcrever os seguintes tópicos desse artigo: “Os passos da renúncia — 7. Não pretendia escrever este número 7 da renúncia do sr. Jânio Quadros. Todavia, como se dizia antigamente, o homem põe e Deus dispõe. Dispôs na pessoa de dr. Hugo Mazzilli, irmão do então deputado Ranieri Mazzilli, que ocupou a Presidência da República a partir do dia 25 de agosto de 1961, quando o Congresso Nacional tomou conhecimento da carta renúncia do presidente Jânio Quadros.

“Tendo lido artigo em que faço referência às relações entre os ministros militares e o deputado Mazzilli, dr. Hugo julgou de sua obrigação escrever, esclarecendo episódio pouco conhecido e que muda minha idéia de que Denys, Heck e Moss não simpatizavam com o então presi-

8. Jornal *O Estado de S. Paulo*, ed. de 29 de abril de 1996, p. 4.

9. Jornal *O Estado de S. Paulo*, ed. de 6 de maio de 1996.

dente da Câmara dos Deputados. Creio que é documento importante não apenas porque retrata um clima político, como também porque ilustra comportamentos. Reproduzo a carta redigida pelo dr. Hugo Mazzilli nas partes essenciais: ‘Nessa ocasião, os ministros militares fizeram conhecer ao Congresso que não aceitariam a posse do vice-presidente eleito. Para contornar a crise, foi apresentada (...) a chamada Emenda Parlamentarista. *Já se achava a emenda aprovada em primeira discussão* (grifos meus, O.S.F.) quando os três ministros militares, acompanhados do general Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar, (...) solicitaram audiência urgente com o pedido de que dela nenhuma outra pessoa participasse. Ranieri os recebeu de pronto, logo após o almoço, em sua própria casa (*onde se encontrava dr. Hugo Mazzilli, que em companhia da esposa*¹⁰ *ouviu a conversa de uma sala contígua*).

“Foi o Marechal Denys quem pronunciou o veto dos militares à posse do vice-presidente e o fez, segundo minha memória, com palavras como estas: ‘Senhor presidente, as Forças Armadas não concordam com a posse do dr. João Goulart na Presidência da República, de tal sorte que providências já foram tomadas para assegurar a continuidade da ordem no País. O general Machado Lopes foi declarado rebelde e assim destituído do comando do 3º Exército; (...) o general Cordeiro de Farias se encontra em Florianópolis para controle das operações no Sul¹¹. Nas demais unidades militares do País, reina total tranqüilida-

10. Aqui o ilustre articulista se enganou ao interpretar passagem de minha carta. Eu me referia à presença de minha cunhada Sylvia, mulher de Ranieri, e não à minha própria esposa Maria Thereza.

11. Nossa carta, resumida na publicação acima referida, na verdade referia-se aos dois irmãos generais Cordeiro de Farias.

de. O Congresso Nacional será dissolvido e o senhor permanecerá na Presidência da República, merecendo integral apoio dos militares’.

“Seguiu-se profundo silêncio(...) Ranieri (...) ponderou, pausadamente, que sua situação de eventual ocupante do cargo de presidente da República decorria de sua condição legal de presidente da Câmara, e que, dissolvido que fosse o Congresso, não mais teria legitimidade para permanecer como chefe da Nação. Seguiu-se novo e prolongado silêncio, que foi rompido com a intervenção do General Geisel, ao reconhecer válida a argumentação de Ranieri.

“Depois de mais de uma hora de ponderações diversas, os três ministros militares acordaram em dar prosseguimento à votação da Emenda Parlamentar (*sic*), encerrando-se o episódio.

“O relato de dr. Hugo Mazzilli confirma análise geral que fiz do episódio: falta de planejamento estratégico, predominância do voluntarismo e absoluto descolamento dos três ministros militares da situação política real”.

O Golpe de 64

A terceira vez em que Ranieri assumiu a Presidência da República, em condições especialmente conturbadas do País, ocorreu em 2 de abril de 1964.

Era Presidente do Congresso Nacional o Senador Auro Soares de Moura Andrade. Em sessão extraordinária, convocada a uma hora da madrugada, o Congresso declarou vago o cargo de Presidente da República, dado que o então Presidente João Goulart encontrava-se fora do País — em local desconhecido. Em consequência, teve de assumir o poder o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

Ato contínuo, um grupo de Congressistas, tendo à frente Ranieri Mazzilli, dirigiu-se ao Palácio do Planalto. Esse palácio, sede do Poder Executivo, situa-se próximo ao edifício do Congresso, na Praça dos Três Poderes. Intentava Ranieri tomar posse do cargo. Uma sentinela, postada à entrada principal do Planalto, pretendeu obstar a passagem dos parlamentares. Chegou a encostar sua arma contra o peito de Ranieri, o qual a afastou com a mão, e invocou sua condição de Presidente da República, felizmente respeitada pelo soldado.

Ranieri assumiu o mandato presidencial e permaneceu no cargo até o dia 15 de abril de 1964, quando o transmitiu ao Marechal Humberto Castelo Branco, escolhido para exercer a Presidência da República, em eleição indireta realizada pelo Congresso Nacional.

O regime militar e Ranieri

Não conseguiu Ranieri ser reeleito para a Presidência da Câmara, depois de completar o sétimo mandato consecutivo.

Já antevendo sua eventual candidatura ao Governo paulista, políticos da UDN (União Democrática Nacional) tinham interesse em inviabilizá-la, dado que, na época, representava Ranieri a mais expressiva liderança do MDB paulista. Registre-se que, entre os políticos udenistas, ocupava lugar de destaque o deputado federal paulista Herbert Levy, ele próprio postulante ao cargo de Governador por São Paulo.

Por outro lado, o Presidente Castelo Branco empenhou-se na abertura de um *IPM* (*inquérito policial militar*) contra Ranieri, no mesmo escopo de inviabilizar sua candidatura não só à Presidência da Câmara como à eventual sucessão paulista. O nomeado objeto do inquérito seria apurar irregularidades na arrecadação de fundos para a campanha de Ranieri como Deputado, que, segundo as acusações, teria feito *caixa 2*.

Recordo-me de que na fase que precedera a denúncia, fui procurado em Piaçagüera, onde trabalhava na Cosipa, pelo Dr. Olinto Guastini, advogado da empresa. Era comum que eu almoçasse com ele no restaurante da siderúrgica, mas, para surpresa minha, dele recebi a notícia de que o Procurador-Geral do Ministério Público paulista, Dr. Mário Moura Albuquerque, havia manifestado seu interesse em receber Ranieri em sua casa, para com ele conversar sobre o caso do *IPM*.

Recebi com desconfiança semelhante convite e o levei ao conhecimento de Ranieri, o qual julgou conveniente inteirar-se do assunto.

Fiz companhia a Ranieri, indo até à residência do Dr. Moura Albuquerque, na rua Angatuba, no dia e hora aprezados, onde já se encontrava o Dr. Guastini.

Recebidos numa ampla sala de visita, tomamos assento em poltronas indicadas pelo anfitrião, enquanto permanecia ele em sua cadeira junto à mesa, de sorte que, para ser mantida a conversação, o tom de voz tinha de ser um pouco elevado, dadas as distâncias.

Disse o Dr. Moura Albuquerque, logo de início, que em sua casa já haviam estado, separadamente, o Se-

nador Auro Soares de Moura Andrade, então Presidente do Senado, e também o Deputado Ulysses Guimarães, os quais também estavam sendo objeto de investigações em *IPM*¹². Acrescentou, mais, que outro parlamentar, cujo nome não revelou, também estivera em sua residência, para conversar sobre o mesmo assunto, e chegara a oferecer dinheiro para ser trancado o processo referente a esse próprio parlamentar. Nesse instante, o Dr. Moura Albuquerque parou seu relato.

Ranieri limitara-se a ouvi-lo e, com toda dignidade e altivez, disse ao Procurador-Geral que nada tinha a temer, porquanto sua vida pública sempre fora exercida com a maior dignidade, sem deslizes ou prevaricações, tendo sua consciência tranqüila, para enfrentar qualquer investigação.

Dois dias depois do referido encontro, foi a denúncia oferecida pelo Ministério Público paulista, por promotor especialmente designado pelo Procurador-Geral.

Tenho às mãos cópias das principais peças do processo crime n. 962/64, da 22^a. Vara Criminal de São Paulo, que foi movido contra meu irmão. Nelas vejo que o Juiz de Direito Dr. Joaquim Rebouças de Carvalho Sobrinho, em decisão de 4 de abril de 1966, rejeitou liminarmente a denúncia, recusando-se até mesmo a solicitar a competente autorização da Câmara dos Deputados para o processo penal contra um de seus integrantes, tal a falta de justa causa para a ação penal. Destacou o Juiz que os funcionários que tinham acusado Ranieri no IPM, ouvidos no subsequente in-

12. Auro e Ulysses, assim como Ranieri, constituíam, na ocasião, os líderes da oposição ao governo militar de 1964, tanto que todos foram processados durante a ditadura.

quérito policial civil, negaram a veracidade e autenticidade às acusações, “informando essas testemunhas que haviam deposto sob coação, que seus depoimentos não lhes eram lidos, que os inquisidores (advogados do estado, Dep. Jur.) figuraram como testemunhas”. Por fim, destacou que a denúncia tinha total “ausência da descrição de qualquer fato concreto”.

O Promotor de Justiça designado recorreu da decisão, mas, no Recurso Criminal n. 107-SP, do Tribunal Federal de Recursos, o relator Ministro Oscar Saraiva, em voto acolhido pelos seus pares, consignou que “tem razão o ilustrado Dr. Juiz *a quo* ao se referir à inteira invalidação dos elementos de prova colhidos na Investigação Sumária efetuada na Delegacia Regional do Imposto de Renda e na Recebedoria Federal, em São Paulo, pela posterior retratação de todos quantos nessa investigação depuseram, e tal como consta do Inquérito Policial que a seguir à mesma foi levado a efeito, por iniciativa do próprio Ministério Público”.

Contra esta decisão, o Ministério Público — agora o Federal — interpôs recurso extraordinário, mas o Ministro Godoy Ilha, então Presidente do Tribunal Federal de Recursos, negou-lhe seguimento e destacou que o próprio Ministério Público local “repelira o inquérito militar, procedido com manifesta parcialidade e nas circunstâncias suspeitas referidas no voto do relator”.

O Ministério Público Federal ainda não ficou satisfeito. Interpôs o agravo de instrumento n. 42.911-SP, mas, em acórdão unânime de 3-6-68, relatado pelo Ministro Barros Monteiro, o Supremo Tribunal Federal confirmou o trancamento da injusta acusação contra meu irmão.

Lembro-me de que, concomitantemente com a acusação a Ranieri, e ainda em plena ditadura, foram oferecidas outras denúncias pelo Ministério Público paulista, envolvendo vários políticos de oposição, entre os quais cito Auro Soares de Moura Andrade, Ulysses Guimarães e o então Delegado do Tesouro em São Paulo, Paschoal Felício Violante. Este último foi arbitrariamente preso, para investigações, e permaneceu na base militar da Aeronáutica, em Cumbica, por prolongado período, submetido a interrogatórios que se prolongavam por várias madrugadas, em sessões de verdadeira tortura.

Em relação ao procedimento adotado contra Violante, o propósito em mira era obter dados que pudessem comprometer Ranieri Mazzilli, na investigação de eventual existência do prefalado *caixa 2*, que teria sido organizado por Violante, e que se destinaria a angariar doações entre os funcionários do fisco federal, para custear as despesas eleitorais, fatos inexistentes.

Foi Violante absolvido após prolongada luta judicial, durante a qual se manteve com a maior dignidade, tendo enfrentado o período de prisão com coragem e resignação invulgares¹³.

Não bastasse tudo isso, já havia sido articulada, para a Presidência da Câmara, a candidatura governista de Bilac Pinto — que mais tarde viria a ser nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal. O Governo Federal fizera uma verdadeira cruzada em combate à reeleição de Ranieri. E, em votação histórica, transmitida voto a voto pelo rádio, o

13. O processo contra Violante ficou apensado ao de Ranieri, sob n. 962/64, na 22ª Vara Criminal da Capital.

candidato do governo sagrou-se vencedor, embora por pequena margem de votos.

Ranieri Mazzilli foi deputado federal durante quatro legislaturas. Em 1965, não conseguiu reeleição para novo mandato. Isso também se deveu ao tenaz combate do governo ditatorial da época.

Na fase de campanha política para conseguir sua reeleição em busca do quinto mandato, não alcançado, tive o ensejo de acompanhar Ranieri em quase todas as viagens às cidades paulistas visitadas. Todavia, raramente eram encontradas as pessoas procuradas, particularmente coletores e escrivães federais, pois as medidas tomadas pelas autoridades de Brasília eram taxativas quanto ao preparado absenteísmo, sempre anunciado por parentes dos funcionários, ao próprio Ranieri.

Éramos Ranieri e eu, além de irmãos que nos entendíamos bem, bons amigos. Assim, sempre foram de meu conhecimento detalhes de sua vida como político e, de minha parte nunca faltaram as necessárias colocações. Sempre estive presente em Brasília, nas situações de dificuldade, muitas vezes tendo até que atuar como médico, em razão da enorme solicitação e fadiga a que era Ranieri submetido.

Nessa última campanha, fiz-lhe ver que sua situação eleitoral era precária, pois que não se tratava de ser contra o governo e sim de ter o governo como adversário!

A União Interparlamentar

Há ainda um dado de muita expressão na vida pública de Ranieri. Trata-se de sua eleição para Presidente da União Interparlamentar, em outubro de 1962, em memorável reunião com a participação de 65 delegações de parlamentares de todo o mundo. Obteve mandato de três anos, ao final dos quais foi reconduzido, embora logo a seguir renunciasse, por não ter sido reeleito para a Câmara dos Deputados em 1965. Foi o único brasileiro a ocupar este honroso cargo.

Tributo a Ranieri

Ranieri Mazzilli faleceu prematuramente, em 21 de abril de 1975, em São Paulo, em virtude de complicações pós-operatórias.

Seu trabalho incessante e seu altruísmo e dedicação pela causa pública credenciaram-no como brasileiro de digna e irrepreensível postura, honrando seus ancestrais da península itálica e seu grande amor por Caxambu, evidenciado pelas obras que construiu e para as quais concorreu com seu trabalho parlamentar, em favor de sua terra natal e do Brasil.

As homenagens póstumas prestadas a Ranieri Mazzilli, pela Câmara dos Deputados, constam de publicação oficial em libreto editado pelo Centro de Documentação e Informação — Coordenação de Publicações da Câmara em 1975.

No Pequeno Expediente do dia 23 de abril de 1975, foi apresentado o seguinte Requerimento:

“Senhor Presidente:

Requeremos, ouvido o Plenário, seja suspensa a sessão ordinária da Câmara dos Deputados, devido ao falecimento do Sr. Ranieri Mazzilli, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, tendo exercido inúmeras vezes a Suprema Magistratura do País, destinando-se o Grande Expediente de uma das sessões da Câmara para as homenagens que lhe são devidas, comunicando-se o fato à família do extinto.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1975. — José Bonifácio — Laerte Vieira — Francisco Libardoni — Edison Bonna — Henrique Cardoso — Fernando Gama — Olivir Gabardo — Theodoro Mendes — Sínval Boaventura — Themistocles Teixeira — Gerson Camata — Raimundo Diniz — Jerônimo Santana — Eptácio Cafeteira — José Haddad — Antônio Ferraz — Darcílio Ayres — Hugo Napoleão — José Costa — Antônio Bresolin — Peixoto Filho — Herbert Levy — Ulysses Guimarães — Celso Barros — Antunes de Oliveira — Adhemar Santilo — Expedito Zanotti — Octacílio Almeida — Ernesto de Marco — Guaçu Piteri — Inocência Oliveira — Nereu Ghidi — Ary Kffuri — Norton Macedo — José Ribamar Machado — Murilo Rezende — Rômulo Galvão — Horácio Matos — José de Assis — Alacid Nunes — Ulysses Potiguar — Ney Lopes — Nunes Rocha”.

Faremos, em breve relato, a transcrição de curtos períodos de cada pronunciamento, na homenagem póstuma prestada a Ranieri pelos deputados federais.

O Sr. Antônio Bresolin — “Por isso, Sr. Presidente, considero esta uma das mais justas homenagens que a Câmara presta a esse homem que tanto soube engrandecer o Parlamento brasileiro. S. Ex.^a, nesta Casa, há de ser recordado sempre com saudade e sobretudo como exemplo dignificante de um Presidente que, no cumprimento do seu dever, soube colocar, acima de tudo, os interesses da nossa querida Pátria”.

O Sr. Peixoto Filho — “Nesta oportunidade que me é oferecida, em nome do Estado do Rio de Janeiro e, eventualmente, pela Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, rendo meu preito de saudade àquele que deu tudo de si pela união nacional, pela concordância, pela paz e que, acima de tudo, honrou sobremaneira as gloriosas tradições daqueles que exercitaram a Presidência da República e o mandato representativo”.

O Sr. Celso Barros — “E como a arte é longa e a vida é breve, apenas decorridos 15 anos da fundação de Brasília aquele que ligara seu nome aos destinos desta cidade fora-se de uma vez, deixando, aos Parlamentares brasileiros, exemplo de trabalho, de dignidade e também de sacrifício”.

O Sr. Gerson Camata — “Falamos, neste momento, como que em nome dos companheiros que não conviveram com ele, mas que dele guardam a figura de um brasileiro que é quase a figura do próprio Parlamento Nacional. Citamos ainda outro detalhe: ele encerrou sua vida pública quase que exercendo o apostolado de um homem destinado a absorver crises”.

O Sr. José Bonifácio — “Isto, porque, durante 7 anos seguidos, Mazzilli exerceu a Presidência da Câmara dos Deputados e eu o auxiliava, na qualidade de Primeiro-Secretário da Mesa.

“Mas os três pontos altos de sua vida pública — cumpre assinalar — foram os seguintes: primeiro, coube-lhe a transferência da Câmara dos Deputados, do Rio de Janeiro, para o Planalto Central; segundo sua posse na Presidência da República, quando da renúncia de Jânio Quadros; terceiro, sua substituição ao então Presidente João Goulart, quando da queda deste.

“Não fora sua atuação nos dias trágicos que o País vivia, da renúncia de Jânio à queda de Jango, estaríamos agora mergulhados em um caos profundo. Naquela oportunidade, sereno, intrépido, bravo e, sobretudo, forrado de grande patriotismo, S. Ex.^a impediu que o País se desagregasse numa guerra civil¹⁴... Foi então que Mazzilli cresceu na opinião pública nacional, porque soube, numa hora difícil, numa hora grave, contornar as grandes dificuldades que surgiram e impedir que a rota do desenvolvimento fosse interrompida. Entregou o Governo ao seu substituto legal”.

O Sr. Ulysses Guimarães — “Sr. Presidente, os adjetivos são dispensáveis. Bastaria ressaltar esta circunstância: a sua reeleição, praticamente por unanimidade, durante 7 anos sucessivamente para a Presidência desta Casa. E sabemos de seus méritos excepcionais, de sua autoridade e de sua capacidade de liderar esta Casa política em época de

14. Esta passagem, publicada no *Diário Oficial da União*, é clara alusão ao episódio por mim referido aos jornalistas Carlos Chagas e Oliveiros S. Ferreira. A propósito, *v.* notas de rodapé ns. 6 e 9, nas páginas 237 e 240, *retro*.

debates candentes, em que o Congresso — conseqüentemente também a Câmara — era o centro de decisões políticas apaixonadas, às vezes violentas e difíceis. Tal era a autoridade de Ranieri Mazzilli que nunca suspendeu uma sessão. A liderança de Carlos Lacerda e de outras figuras basta mencionar para que se demonstre, o que de profundidade, o mar revolto que era a Câmara dos Deputados. Mas este recurso extremo ele nunca precisou exercer. Sempre soube impor sua autoridade... É em homenagem à memória deste homem, deste brasileiro, deste parlamentar que neste momento, num justo preito, os trabalhos de hoje serão suspensos e a quem, dentro em breve, os Partidos e o Congresso Nacional prestarão a homenagem devida”.

O Sr. Lomanto Júnior — “Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a Câmara dos Deputados está de luto com o falecimento de seu antigo e excepcional Presidente Paschoal Ranieri Mazzilli... A História registrará, sem dúvida, os seus gestos. Esta Casa tem razões suficientes para recordá-lo constantemente e sua figura estará presente entre nós em todos os tempos. Sua passagem pelo recinto deste Parlamento foi luminosa. Sempre que exerceu a Presidência o fez com dignidade e patriotismo.”

O Sr. Theodoro Mendes — “Suas qualidades já foram aqui enunciadas pelos que me antecederam, mas eu não ficaria em paz com minha consciência se não deixasse registrada minha tristeza pelo desaparecimento de tão insigne brasileiro... Este paulista de Caconde, que o Brasil inteiro hoje pranteia, merece desta Casa e de todo o Parlamento brasileiro respeito, admiração e o preito de eterna gratidão”.

O Sr. Fernando Gama — “Sr. Presidente, nesta tarde triste, nesta tarde de luto para o País, vejo-me também

compelido a dizer algumas palavras sobre a figura ímpar de Ranieri Mazzilli... E quando ouvi as palavras de meu preclaro Presidente Ulysses Guimarães sobre o episódio de 64 — quando Ranieri Mazzilli assumiu a Presidência da República e declarava que não se despojará jamais de sua condição de membro do Congresso Nacional e que não postergaria, em hipótese alguma, a dignidade daquele poder — eu me senti emocionado e convencido de que o Brasil acaba de perder uma das suas maiores figuras”¹⁵.

O Sr. Antunes de Oliveira — “Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, entendo que a melhor maneira de homenagear alguém que tenha realizado algo de notável na vida é procurar seguir-lhe os exemplos. A vida do Deputado Paschoal Ranieri Mazzilli, cuja memória neste momento exaltamos, é uma vida de exemplos”.

O Sr. Padre Nobre — “Sr. Presidente, nobres colegas, Presidentes esta Casa os teve muitos, dignificando a cadeira que V. Ex.^a ocupa neste momento. Todos eles merecedores do nosso maior respeito; todos eles admiráveis, na postura própria de sua autoridade. A ele, Sr. Presidente, não interessavam os louvores nem os aplausos, pois só tinha compromissos com esta Casa, não individualmente com qualquer um de nós. Entre os Presidentes que admirei, coloco-o em lugar especial de saudade, de respeito, de veneração e de dignidade”.

O Sr. Rubem Dourado — “Desejo, Sr. Presidente, registrar, humildemente, a nossa admiração pelo homem público que mantém, nas horas difíceis, o equilíbrio necessário para decidir. Disso Mazzilli foi um exemplo.”

15. Aqui o orador faz alusão, embora não explícita, ao episódio narrado na nota de rodapé n. 14.

Sr. Nunes Rocha — “Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste momento em que o Brasil inteiro chora a perda de um dos seus mais eminentes vultos, Paschoal Ranieri Mazzilli, aqui nos encontramos, em nome da bancada de Mato Grosso, para trazer nossa reverência e nossa mensagem de pesar, de profunda condolência, não somente à Nação como também, particularmente, à família Ranieri Mazzilli, por esta lacuna impreenchível no cenário político nacional”.

O Sr. Daso Coimbra — “Sr. Presidente, Srs. Deputados, morreu Ranieri Mazzilli. Morreu Mazzilli — e nós que choramos a ausência do companheiro que se vai, ficamos a indagar, no íntimo do ser, se vale a pena chorar a saudade ou cantar as virtudes do ilustre brasileiro que soube ensinar, a todos, os segredos que fazem do homem público criatura digna do respeito e da admiração do povo. Ranieri Mazzilli, paulista de Caconde e descendente de italianos, foi o Deputado que mais vezes se elegeu Presidente da Câmara e o brasileiro que mais vezes assumiu a Presidência da República”.

O Sr. Israel Dias Novaes — “Sr. Presidente, Srs. Deputados, após as palavras informadas e judiciosas do Líder da Arena, Deputado José Bonifácio, creio que me resta pouco a falar sobre o homenageado de hoje.

“Para falar dele, hoje, resolvi valer-me apenas das minhas lembranças pessoais, do que sei dele — e tenho impressão de que sei muito de Ranieri Mazzilli... que pelo nome ainda teria, em tese, de esperar muitos anos para progredir na vida pública — eis que era Paschoal, era Ranieri e era Mazzilli, brasileiro novíssimo, da primeira geração e de certa forma quase o primeiro de São Paulo a destoar dos

400 anos de que o Estado se orgulha — veio para esta Casa trazendo seu italianíssimo nome e seu porte rigorosamente peninsular. Foi a primeira vitória de Paschoal Ranieri Mazzilli: chamar-se assim e presidir a Câmara. Mas para ser Presidente da Câmara, naquele tempo, as maneiras e as formas diferiam das de hoje. Antigamente, os Presidentes, meritórios ou não, não resultavam da vontade impositiva do Poder Executivo: os Presidentes emanavam do Plenário, resultavam da vontade livre, do consenso dos companheiros. Era o Presidente dos Deputados, eleitos pelos Deputados. Autoridade em orçamento, homem consultado pelos adversários e correligionários, todos iam a ele, porque ele oferecia a singularidade de, realmente, entender do assunto da sua Comissão.

“Até que chegamos a 1958, ainda é um ano político. Ainda estávamos em plena História política e democrática brasileira. Então, Paschoal Ranieri Mazzilli, desfavorecido pelo Executivo, que dele se desinteressava e que, por sua vez, se interessava por outro pessedista da Casa — no caso o ilustre Deputado Oliveira Brito — deu ensejo a uma luta no Plenário. De um lado, o candidato da Oposição interna, Paschoal Ranieri Mazzilli, que não tinha tradição política, como foi aqui salientado; de outro, o candidato do Palácio, o candidato do Executivo: Oliveira Brito. Pois surpreendentemente, aquele homem sozinho, aquele candidato de si mesmo e de seus companheiros, aquele homem emergido do Legislativo, foi guindado à Presidência da sua Casa. Mas ninguém imaginava, naquele momento, elegendo o paulista Paschoal Ranieri Mazzilli, que ele não estava sendo eleito pela primeira e única vez. Pelo contrário, instalava-se naquele ano de 1958 uma longa era democrática

nesta Casa, através de sete anos de Presidência de Paschoal Ranieri Mazzilli.

“Houve um instante em que os chefes das três Forças Armadas abordaram Mazzilli e, por escrito, comunicaram-lhe que o Vice-Presidente não seria bem-vindo e não seria empossado. Desembarcasse ele no País, seria preso. A recusa de Mazzilli, o ‘não’ de Mazzilli, foi um ‘não’ que há de ecoar neste País enquanto for soberano. ‘Não’, para quem tentava impor-lhe um cargo que não era dele, eis que não resultara da vontade do povo”¹⁶.

O Sr. Presidente (Herbert Levy) — “Srs. Deputados, os oradores que ocuparam a tribuna já traçaram, com precisão e justiça, o perfil dessa grande figura do Parlamento e da política nacional, o ex-Presidente Deputado Paschoal Ranieri Mazzilli... Encontrei-me pela primeira vez com Paschoal Ranieri Mazzilli próximo das trincheiras que ambos iríamos ocupar em setores diferentes, quando ele e eu, oficiais combatentes da Revolução de 1932 — ele no Batalhão 14 de julho¹⁷ e eu na coluna Romão Gomes — nos mobilizávamos para defesa da Constituição e da democracia brasileira... Foi a saída providencial que — repito — salvou esta Nação da guerra civil iminente.

“A atuação de Ranieri Mazzilli neste episódio será inesquecível, porque ele trabalhou intensamente para remover obstáculos e vencer resistências — devo dizê-lo, por espírito de justiça, com a colaboração do então Chefe da

16. O testemunho do Deputado Israel Dias Novaes, o mais claro de todos a respeito da questão, reporta-se ao episódio por mim já antes narrado com detalhes e referido na nota de rodapé n. 14.

17. Aqui o Deputado Herbert Levy se enganou, pois a unidade a que servia Ranieri era o Batalhão 7 de setembro.

Casa Militar e atual Presidente da República, General Ernesto Geisel, para que a Nação encontrasse a solução política capaz de tirá-la das agruras da guerra civil¹⁸.

“Quando Presidente, dirigiu esta Casa com inteligência, energia e retidão. Sem dúvida é digno de ser apontado como um exemplo, como o fizeram aqueles nobres colegas que já ocuparam a tribuna.

“A Mesa, por meu intermédio, associa-se, de coração, às homenagens que a Câmara dos Deputados hoje presta a Paschoal Ranieri Mazzilli”.

Ainda como homenagem póstuma dedicada a Ranieri, não posso omitir a que lhe foi prestada pela Câmara e Prefeitura de Caconde, dando seu nome à Praça principal da cidade, onde se acha situada a Igreja Matriz.

18. Trata-se de mais uma alusão, agora feita pelo Deputado Herbert Levy, ao mesmo episódio da nota de rodapé n. 14.

Minha família

Em seguida, passarei ao relato de fatos relacionados à minha vida familiar.

Em 11 de julho de 1949, casei-me com Maria The-reza Teixeira Nigro, nascida em Caconde — SP, em 12 de fevereiro de 1933, filha de Francisco Sinisgalli Nigro e Celi-sa Teixeira Nigro, sendo seus avós paternos Juvenal Nigro e Carmela Sinisgalli Nigro e avós maternos João Antonio Teixeira e Maria Pinheiro Teixeira.

Desejo fazer um relato especial para referir-me a meus sogros, pessoas a quem sempre dediquei particular apreço e bem-querer.

Dona Celisa, que havia sido minha professora no último ano do curso primário, era pessoa de saber aprimorado. Conhecedora profunda de nossa língua e literatura, dominava por igual o idioma francês, além de possuir alentada cultura geral. De personalidade marcante, detinha, em grau elevado, a capacidade de liderança.

Era Dona Celisa também dotada de rara habilidade na prática de trabalhos manuais. Produzia verdadeiras obras de arte em seus bordados, valendo-se de todas as variedades de tipos de pontos; era também exímia em *crochet e tricot*.

Nela sempre tive apoio em todas as situações do dia-a-dia, tendo sido sempre agradável seu convívio, pela forma esportiva e franca de sua maneira habitual de se comunicar, com cortesia, distinção e firmeza.

Francisco, que na intimidade, chamávamos de Chico, era a personificação da bondade e da dignidade. De caráter muito bem formado, o verdadeiro amigo de todos os momentos, sempre disponível para a prática do bem, oferecia grande parcela de seu precioso tempo para cuidar de instituições de amparo aos necessitados.

Foi brilhante aluno do Colégio Mackenzie, e, quando já havia iniciado o curso superior de engenharia, com manifesta vocação para essa área do conhecimento, acabou aceitando os apelos reiterados de seu pai e desistiu dos estudos. Passou a trabalhar na *Casa Bancária Fanuele, Paiva, Nigro & Cia.*, vindo a ser diretor e por último presidente do já então *Banco J. Nigro S.A.*, sucedendo seu pai.

Após o trágico falecimento de Maria Thereza, a decisão de meus sogros em transferir a residência para São Paulo, mudando radicalmente seus hábitos de vida, foi uma

grande manifestação de amor e solidariedade para conosco e demais familiares. Deixaram, assim, a vida organizada e tranqüila de Caconde. Chico e Celisa passaram a enfrentar o bulício da cidade grande. Exercia ele atividade diária no centro da metrópole, apesar de sua avançada idade.

São irmãos de Maria Thereza, Amaury José e Anna Maria.

Amaury é casado com Maria Máxima Ferreira Nigro, tendo o casal os filhos Eliana, Sérgio e Luciana.

É Amaury médico de reconhecido mérito. Cirurgião experiente, não se circunscreveu a restritas áreas da cirurgia, mas, dotado de vasta cultura e experiência, atuou em vários campos, onde o detalhe da técnica e o conhecimento seletivo são reclamados.

Inúmeras e valiosas são suas contribuições pessoais, apresentadas em defesas de teses, nos vários concursos de sua brilhante carreira universitária, inclusive em setores específicos, como, por exemplo, anastomoses esofágicas. Aprimorou com sua participação vários procedimentos em técnica cirúrgica do aparelho digestivo (sistema digestório na atual nomenclatura anatômica).

Convidado em 1980, para reorganizar o serviço de Cirurgia Geral do Hospital Guilherme Álvaro, da Faculdade de Ciências Médicas de Santos, passou a lecionar na referida Escola Médica, onde fez carreira, chegando a ser o primeiro Professor Titular da Disciplina de Cirurgia Geral.

Dotado de fácil didática, galgou com dedicação os vários degraus do magistério na Escola Paulista de Medicina. Prestou os seguintes concursos: 1. Professor Assistente de Cirurgia (1971); 2. Defesa de Tese de Doutorado (1972);

3. Defesa de Tese de Mestrado (1978); 4. Defesa de Tese em Doutorado (1978); 5. Concurso de Provas para Livre Docência (1990); 6. Concurso para Professor Titular (1993).

Sempre se viu aprovado com distinção nessa série de provas e títulos. Basta mencionar, para se ter uma idéia de sua atividade científica, que seu Memorial apresentado por ocasião do último Concurso enumera vasta lista de trabalhos acadêmicos.

É, atualmente, Professor Titular da Cadeira de Técnica Cirúrgica da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo, em cuja Faculdade realizou com brilhantismo seu curso médico.

Anna Maria é arquiteta competente de elevada sensibilidade artística. Formada pela Faculdade de Arquitetura da USP, realizou com especial merecimento seu curso. Casou-se com o arquiteto Nélio Rodrigues, tendo os filhos Flávio, Fernando, Márcio e Cíntia. Exerce sua profissão na categoria de autônoma.

Meu casamento com Maria Thereza

A cerimônia religiosa de meu casamento realizou-se na Igreja Matriz de Caconde. Foi oficiante o Rev.^{do} Cônego Aduino Vitali, a quem me prendia verdadeira e antiga amizade, e, nessa ocasião, já era Pároco de S. José do Rio Pardo (SP). Ele havia sido Vigário da Paróquia de Caconde, conforme já me referi anteriormente, tendo sido de marcante atuação seu período de chefe espiritual de nossa Comuna.

Maria Thereza havia feito o curso primário em Caconde, no Grupo Escolar Dr. Cândido Lobo, atualmente Escola de Primeiro Grau Dr. Cândido Lobo. Consta de

seu boletim de encerramento do primário — que ainda hoje guardo —, como média de promoção, a nota máxima — 100. Posteriormente, foi aluna do Colégio Estadual de Mococa (SP), onde concluiu o secundário. Também marcou de forma brilhante sua passagem por esse estabelecimento de ensino.

Para se ter uma vaga idéia do alto padrão por ela mantido durante sua vida estudantil, basta recordar uma passagem em que sua nota média havia sido de 9,80 no conjunto de matérias, quando o teto seria 10. Isso valeu de sua mãe o seguinte comentário, feito a sério: — “Mas que decadência, minha filha!” ...

Maria Thereza significou para mim a melhor dádiva recebida de Deus, tendo sido nos quase vinte e cinco anos de nossa vida matrimonial a esposa dotada de todos os predicados. Com seus expressivos olhos verdes, rivalizava sua beleza física com seus atributos morais e espirituais.

Com privilegiada inteligência, era ainda uma criatura de invulgar bom-senso, sempre pronta a solucionar, com equilíbrio, quaisquer problemas de maior expressão, que pudessem ter significado em nossa vida.

Em toda minha atividade, fosse na esfera profissional ou ainda nas outras frentes de trabalho, jamais me faltou o entusiasmo de sua presença e mesmo o aconselhamento naquelas situações que só encontram o bom caminho quando resultantes de um diálogo criterioso. Só não era muito de seu agrado, e até nisto estava ela certa, minha participação na vida política do Município, que cheguei a exercitar por longo tempo, sempre com sacrifício do lazer junto aos familiares.

Todavia, jamais deixou de prestigiar meus passos, mesmo na senda política, tão cheia de meandros e aborrecimentos, apesar de aplicada com o propósito de bem servir aos outros e não daquele de servir-se.

Quando fixamos nossa residência em São Paulo, posso afirmar que seu desempenho foi de extrema valia para nossa adequação aos novos moldes de vida, reorganizada em padrões diferentes, com total e responsável participação de sua parte, em todos os detalhes pertinentes à fase de nosso novo domicílio.

O acompanhamento e a orientação das atividades escolares de nossos filhos, por ela feito, até a fase em que havia esta necessidade, foi cumprido com a mais perfeita dedicação e proveito.

Matriculamo-nos, Maria Thereza e eu, na Cultura Inglesa. Permaneci no curso por dois anos apenas, mas ela continuou, com especial empenho e brilhantismo, até obter os seguintes certificados: *Lower Cambridge Certificate*, *Cambridge Proficiency Certificate* e o *Diploma*. Recebeu convite para lecionar na própria Cultura, tendo-o aceito, com enorme alegria, poucos dias antes do acidente automobilístico, no qual perdeu a vida.

De nosso casamento, com as bênçãos de Deus, fomos aquinhoados com os filhos: Hugo, Carlos Eduardo, Ana Cecília e Luiz Eugênio, sobre cada um dos quais terei oportunidade de tecer comentários.

Foi Maria Thereza mãe exemplar, de dedicação inigualável, sabendo educar e instruir nossos filhos nos melhores padrões. Preparou-os para enfrentar com dignidade e responsabilidade as situações porvindouras. Deixou

nossa família estruturada de modo a nos ter sido possível valorizar, pelo seu exemplo, o conceito de um lar cristão e bem constituído.

Faleceu Maria Thereza, prematuramente, em 9 de setembro de 1973, em virtude de acidente em viagem, quando nos dirigíamos para Caconde.

Deixou um claro imprenchível em nossa família, não obstante esteja, espiritualmente, sempre ao nosso lado, ligada indissolavelmente a nós por um amor verdadeiro e permanente.

Meus filhos

Sobre meus filhos, afastado o elogio fácil e peculiar aos genitores, devo consignar:

Hugo, o primogênito, nascido em São Paulo, em 11 de maio de 1950, cursou o Grupo Escolar Dr. Cândido Lobo, em Caconde. Também principiou o curso ginásial no Colégio Estadual de Caconde, onde fez apenas o 1º semestre letivo. Com nossa mudança para a Capital, transferiu-se no meio do ano para o Colégio Rio Branco, da Fundação dos Rotarianos, em São Paulo. Neste estabelecimento de ensino, com grande proveito e prêmios, concluiu o ginásial e o colegial, e no último ano, preparou-se para o vestibular da

Faculdade de Direito da USP, no curso do Prof. Geraldo Tolosa, alcançando aprovação em sétimo lugar.

Antes de concluir o curso jurídico, começou a trabalhar no escritório de advocacia do Prof. Oscar Barreto Filho, catedrático de Direito Comercial na Faculdade de Direito da USP, onde permaneceu até o ano de 1973.

Tivera eu o ensejo de conviver, durante vários anos, com o Prof. Barreto, quando ambos trabalhávamos na Cosipa, ele na Chefia do Departamento Jurídico e eu, no Médico-Social. Guardo dele, homem íntegro, a melhor recordação da amizade resultante.

Em 1973, prestou Hugo o concurso para ingresso no Ministério Público do Estado de São Paulo, tendo sido classificado em segundo lugar.

No período de Promotor Substituto, entre outras Comarcas, trabalhou na de São José dos Campos, Jacareí, na Equipe de Repressão a Roubos da Capital, até ser promovido para a distante Comarca de Santa Fé do Sul, onde permaneceu cerca de dois anos.

Foi promovido para a Comarca de São Sebastião, no litoral paulista, onde encontrou volumosa carga de processos em atraso, o que conseguiu superar com grande dedicação e muitas jornadas de trabalho.

Decorridos dois anos, aproximadamente, sua nova Comarca, também extremamente laboriosa, passou a ser Botucatu, situada exatamente no centro geográfico do Estado. Cidade dotada de bom nível e de excelente padrão cultural, já contava com escolas universitárias de renome, entre as quais a de Medicina da UNESP.

A seguir, veio para a Capital de São Paulo, onde desempenhou atividades em várias áreas do Ministério Público Paulista, tendo inclusive sido designado para Assessor de diversos Procuradores-Gerais.

Tomou parte da Diretoria da APMP — Associação Paulista do Ministério Público, da qual foi vice-presidente, tendo assumido a Presidência da entidade em 1990.

Sua última promoção, posicionando-o no final da carreira, no cargo de Procurador, ocorreu em janeiro de 1992.

Foi eleito para integrar o Conselho do Ministério Público, em pleito histórico, tendo a chapa à qual pertencia sido sufragada por esmagadora maioria, liderando ele a votação, em vitória inédita contra a política situacionista.

Estudioso e dedicado aos problemas do Ministério Público, escreveu trabalhos inúmeros que foram publicados em revistas especializadas e jornais, entre os quais e principalmente, *O Estado de S. Paulo*, onde o número de artigos é de algumas dezenas.

Entretanto, sua principal produção literária na esfera do Direito acha-se consubstanciada na edição de livros, entre os quais: *O promotor de Justiça e o atendimento ao público* (1985); *Manual do promotor de Justiça* (1987); *A defesa dos interesses difusos em juízo* (1988); *O Ministério Público na Constituição de 1988* (1989); *Regime jurídico do Ministério Público* (1993); *Introdução ao Ministério Público* (1997); *O acesso à Justiça e o Ministério Público* (1998).

Muitas de suas colocações jurídicas, erigidas em tese, mereceram citações em acórdãos de nossa Corte Suprema, constituindo-se em fundamentos de julgamento.

Um traço da personalidade de Hugo merece ser referido. É o consertador oficial de todas as avarias que ocorrem em eletrodomésticos e até recupera certas lâmpadas estragadas pelo uso, muitas vezes ficando o objeto reparado melhor do que o original!...

Carlos Eduardo, nascido em Caconde em 5 de agosto de 1952, fez em parte o curso primário também em sua cidade natal. O ginásio e o colegial ele os cumpriu no Colégio Rio Branco, da Fundação dos Rotarianos de São Paulo. Em todo o período letivo e sem exceções, recebeu os prêmios de melhor aluno.

Por vocação, inscreveu-se para o exame vestibular de ingresso na Universidade Mackenzie e na Escola Politécnica da USP. Classificou-se respectivamente em 1º e 5º lugares, optando pela Politécnica. Depois de concluído o curso, já engenheiro civil, iniciou sua vida profissional na empresa *Promon Engenharia S.A.* Entretanto, em momento algum perdeu os vínculos com a Universidade. Defendeu tese para o Mestrado (1979), obtido dentro do melhor padrão.

Como pretendesse dar prioridade à carreira universitária, programou sua ida para a Inglaterra, em setembro de 1979, com o objetivo de obter o Doutorado, em tese a ser defendida na Universidade de Londres.

Um detalhe que merece ser referido, diz respeito ao tempo que ele tencionava dedicar a tal desiderato. Quando ele informou a seu orientador — Prof. John Michael T. Thompson, seu propósito de lá ficar durante três anos, foi por este aconselhado a desistir e retornar ao Brasil, pois, esclareceu-lhe este, em menos de quatro anos seria praticamente impossível a obtenção do doutorado.

Carlos não aceitou esse posicionamento. O fato é que, antes de se esgotar o prazo de três anos, o diploma de Ph.D, correspondente ao Doutorado, havia sido por ele alcançado em abril de 1982, dentro das rígidas normas da Universidade de Londres, e com o melhor proveito do agraciado.

De volta ao Brasil, Carlos Eduardo continuou ligado à Politécnica, já com atividade didática. Nessa faculdade, prestou concurso de Livre Docência, e, 1988, alcançou-a com brilho. Seguiu-se outro concurso, agora para Professor Titular, na especialidade de Teoria das Estruturas (1992). Conquistou, então, essa última etapa da realização máxima de seu *curriculum*. Seguiu-se a designação para Chefia do Departamento de Engenharia de Estruturas e Fundações por dois mandatos consecutivos, entre 1994 e 1998.

Carlos Eduardo casou-se em 1979 com Barbara Paci, filha do Dr. Aurelio Paci e de Clotilde Paci. Minha nora é diplomada em Química pela Universidade de São Paulo (USP); com pós-graduação, na mesma Universidade, em virtude da qual obteve o Mestrado. A seguir, conquistou o Doutorado, na Universidade de Londres. Alcançou assim, no tempo inusitado de três anos, o ambicionado e merecido Ph.D. É ela funcionária do IPEN — Instituto de Pesquisas Tecnológicas, onde exerce o cargo de Chefe do Departamento de Radioproteção Ambiental, desde 1985.

O casal tem as filhas Roberta e Paola, sendo que minhas queridas netas, ainda bem jovens, já se mostram responsáveis por suas tarefas estudantis, na Escola Nova Lourenço Castanho e na Cultura Inglesa.

Ana Cecília nasceu em Caconde, em 20 de novembro de 1953. Matriculou-se inicialmente no Grupo Escolar

Dr. Cândido Lobo, na cidade natal. Com nossa mudança para a Capital, transferiu-se para o Colégio Rio Branco, da Fundação dos Rotarianos de São Paulo, onde completou o primário, o ginásial e o colegial, com grande proveito, alcançando diversos prêmios no decorrer dessa fase de ensino.

Prestou exame vestibular, para o curso de Letras — Francês e Português, na Universidade Mackenzie, onde obteve a 2ª classificação. Como havia também prestado vestibular para o Curso de Direito na Universidade de São Paulo e obteve excelente classificação, acabou por optar pela carreira jurídica.

Quando Ana Cecília cursava o 2º. Ano da Faculdade do Largo de São Francisco, foi distinguida com um prêmio pela Cadeira de Direito Constitucional, da qual era catedrático o Professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho. O prêmio consistia num estágio de 45 dias em período letivo, em Brasília (DF), para participar de um Curso de Tramitação de Leis, nas diversas Comissões das duas Casas do Congresso.

Ana Cecília cumpriu com regularidade e brilhantismo seu curso. Recebeu o diploma de bacharel em Direito. Com excelente resultado, foi aprovada no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil.

Exerceu a profissão, como advogada, por alguns anos. Chefiou o serviço jurídico do Conselho de Corretores de Imóveis de São Paulo — Creci, onde estudou e propôs a legislação específica para a entidade, bem assim seu Código de Ética. Tais contribuições foram integralmente aproveitadas pelo Poder Legislativo brasileiro, quando da elaboração das leis pertinentes.

Com o falecimento de Maria Thereza, toda responsabilidade de direção de nosso lar passou a pertencer à Ana Cecília.

Acumulou ela esta difícil função, não obstante sua pouca idade na ocasião. Desempenhou-se com invulgar capacidade, determinação e carinho, dando as mais significativas provas de seu amor filial e fraterno. Nossa família continuou bem estruturada graças principalmente a ela.

Casou-se Ana Cecília, em 5 de fevereiro de 1977, com o engenheiro Antônio Hélio Xavier de Mendonça Filho.

Hélio — como o chamamos — é filho de Antônio Hélio Xavier de Mendonça e Ignez Carmen Xavier de Mendonça. Meu genro é um profissional de raras qualidades técnicas e competência. Dotado de personalidade privilegiada pelo seu caráter e sua formação moral, tem invulgar dedicação ao seu trabalho.

Diplomou-se em Engenharia Civil pela Fundação Armando Álvares Penteado, com especialização na área de *Habitações Populares*. Trabalhou no Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais de São Paulo (INOCOP – SP), no qual fora admitido como estagiário em 1975.

Com dedicação e conhecimento, galgou o cargo de Diretor Técnico, tendo nesse período acompanhado a execução de mais de 100 conjuntos, totalizando 57.790 unidades habitacionais.

De 1992 até 1997, desempenhou as funções de Diretor Técnico da empresa Campanário Construções & Incorporações Ltda., quando foram construídos 11 empreendimentos imobiliários, representando 2.655 unidades.

A partir de 1997, vem ocupando o cargo de Superintendente de Orçamento, Programação e Controle da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU). Tem a responsabilidade do gerenciamento de 357 conjuntos habitacionais, o que perfaz 80.266 unidades, a significar mais de 3 milhões de metros quadrados de área construída.

O casal tem três filhos. Hélio é meu primeiro neto; no colegial recebeu o prêmio *Padre Corbeil*, distinção máxima do Colégio Santa Cruz; cursa hoje o 3º ano da Escola Politécnica da USP e desenvolve trabalho de iniciação científica junto à Cadeira de Resistência de Materiais. Maria Teresa, enquanto no colégio, recebeu menção honrosa em maratona promovida pelo XXXVI Congresso Brasileiro de Química; cursa hoje o 2º ano de Pedagogia da USP e trabalha na área de educação infantil na Escola Lourenço Castanho. Maurício está no 1º ano colegial do Lourenço Castanho; mostra ainda bastante pendor para a música.

Luiz Eugênio, nascido em Caconde em 3 de março de 1961, o caçula de meus filhos, também completou os ciclos básicos no Colégio Rio Branco da Fundação dos Rotarianos de São Paulo. Seu exame vestibular para ingresso na Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo (FOUSP), em 1978, foi coroado de êxito. Concluiu seu curso universitário em 1983, passando a exercer sua profissão na qualidade de autônomo.

Permaneceu durante os anos de 1983 a 1985 como estagiário assistente junto à Cadeira de Clínica Integrada da FOUSP. Nos anos de 1984 até meados de 1995, trabalhou como assistente na especialidade de Odontopediatria. Pas-

sou então a integrar o quadro de peritos do Departamento Médico da Secretaria Municipal da Administração (Capital), onde veio a chefiar o setor de Odontologia (1986-1994), quando atuou em área de perícia ocupacional do Complexo Buco-maxilo-facial.

Posteriormente, prestou concurso público para o quadro funcional da Prefeitura do Município de São Paulo (1994), nele ingressando. Dessa forma, atualmente desenvolve suas atividades nas duas frentes de trabalho.

É Luiz Eugênio não apenas muito culto e seguro no exercício profissional, como ainda dotado de especial habilidade para evitar qualquer sofrimento numa atividade tão delicada, que ele exerce com tanta dedicação e qualidade.

Casou-se em 1º de março de 1995 com Clice de Toledo Sanjar, filha de Carlos Teixeira Sanjar e Yara de Toledo Sanjar. Minha nora diplomou-se pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo — FAUUSP (1994). Realizou, com brilho, o Mestrado em sua carreira universitária na FAUUSP.

Exerce Clice sua profissão como autônoma. Sua pós-graduação foi feita em Turim, na Itália. Prestando concorrido concurso público de provas e títulos, em 1997 passou a integrar o corpo docente da Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho — UNESP, junto ao Instituto de Artes.

O casal tem dois filhos — Bruna e Fernando, com idade respectivas de 6 e 2 anos, sendo os caçulinhas entre meus netos muito queridos.

Finalizando

Feito o relato de minha família, finalizo a tarefa que me propus realizar. Não sei se consegui alcançar meu desiderato, mas, de qualquer forma, sinto-me satisfeito, por ter revivido tantos episódios que para mim encerram o gosto da saudade e a alegria de tê-los guardado em minha memória, muitos dos quais de forma imperecível.

Se a leitura por outrem, despertar algum interesse, então terei ultrapassado minha expectativa.

Ao encerrar, tenho de reafirmar o fundamental. Rendo, neste ensejo, meu mais elevado sentimento de veneração a Deus, num gesto de humilde reconhecimento, por ter Ele me proporcionado a vida que me foi dada desfrutar, com a família que tenho, com minha profissão, com os colegas e amigos com os quais convivi.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

— A —

Abrahão, Roberto — 142
Abranches, Irmã Terezinha
C. — 90

Abreu, Dorival de — 202
Adura, Merrame — 27
Aguiar, Oswaldo de Barros
— 28
Aguiar Pupo, João de — 29

- Albano, Domingos — 27
- Albuquerque, Mário
Moura — 246, 247
- Albuquerque Lins — 166
- Almeida
- Ademar de — 122
 - Arthur de — 27
 - José Maria de — 146
 - Manuel de — 27
 - Octacílio — 253
 - Salathiel de — 14
 - Waldemar Ferreira de —
27, 71
- Almeida Moraes, Salvador
C. de — 43
- Almeida Prado, Antonio de
— 29, 33
- Alves
- Antônio Magalhães —
130, 131
 - José de Oliveira — 11
- Amaral, Edgard Pilar — 19
- Amaral Gurgel, Bento do
— 130
- Americano, Jorge — 58
- Amirabile — 46
- Andrada, José Bonifácio de
— 253, 255, 258
- Arruda
- Celso Quadros de — 18
 - Mário — 121
- Arruda Mello, Décio de —
43
- Arruda Pereira, Herbert
de — 130
- Assali, Nicolau Salim —
43, 76
- Assis, José de — 253
- Avelino, Ângelo — 112
- Ayres
- Comandante — 231
 - Darcílio — 253
- Azevedo
- Celso de — 18
 - Marcelo Laurentino — 19
- B —
- Bairão, Gil Soares — 27
- Ballista, Osmar Armando
— 27, 46

- Barbato, Ennio Cosimo
Damião — 27
- Barboni, Francisco — 83,
146, 165, 171, 172
- Barbosa
José Ribeiro — 27
Sebastião Ferreira — 83,
146
- Barone, Dante — 27
- Barreto
Luiz de Figueiredo —
19
Oscar Barreto Filho —
271
- Barros
Adhemar Pereira de —
43, 151
Celso — 253, 254
- Barros Monteiro, Ministro
Raphael de — 248
- Bastos
Amélio Justino de —
116, 117, 121
Aparecida Hebe
Donnabella de — 223
- Batista Luzardo — 75
- Baulé, Armando — 28
- Bedrikov, Bernardo — 184
- Beni, Mário — 151
- Berger, Madre Francisca —
91, 93
- Bernardo
Carmo — 112
José — 112
- Bernardo, pintor — 11
- Bertelli, Romeu — 28
- Bertolini, José Américo —
142
- Bias Forte, José Francisco
— 129
- Bilac Pinto — 249
- Billerbeck, Mário — 27
- Blay, Bernardo — 27
- Boaventura, Síval — 253
- Bonilha, Fábio de Mello —
28
- Bonissoni, Irmã Salette —
90, 174
- Bonna, Edison — 253
- Bourroul, Celestino — 34
- Bovero, Alfonso — 32

Braga
 Alberto — 18
 Francisco Vicente —
 214
Bragheta, José — 122
Brandão, José Alves — 43
Braun, Irmã Camila — 90
Bresolin, Antônio — 253,
 254
Buzzoni, Mário Raphael —
 43

— C —

Cafeteira, Epitácio — 253
Camargo, Aloysio Geraldo
 Ferreira de — 43
Camargo Lima, Josedyl —
 28
Camata, Gerson — 253,
 254
Canelas, Horácio Martins
 — 27, 71
Capuano, Fausto — 27
Cardoso, Fernando
 Henrique — 253

Carlos de Souza,
 Waldemar — 138, 141
Carmo Russo, Ary do —
 27, 199
Carneiro
 Álvaro — 197
 Eleodoro — 119
 José Antônio — 165
 Zequinha — 165
Caruzzoni, Nicolau — 226
Carvalho
 Joaquim Rebouças de
 Carvalho Sobrinho —
 247
 Luiz Geraldo — 27
 Wilson de Souza — 27
Carvalho Alba, Aluisio
 Paiva — 214
Carvalho Lima, Lúcio
 Penna de — 27, 71
Carvalho Neto, Vicente de
 — 27, 72
Carvalho Pinto
 Adolpho Júlio de — 27
 Carlos Alberto — 236

- Carvalho Vidigal, Luiz
Roberto de — 19
- Castelo Branco, Humberto
— 244, 246
- Castro
Celso do Amaral — 214
João de — 121
- Cerdá, Padre — 18
- Cerulli, Vicente — 27
- Cesarino Júnior, Antônio
Ferreira — 182
- Chagas, Carlos — 236,
237, 238, 239, 255
- Cintra Franco, Saturnino
— 27
- Civiteresa, Valmir — 142
- Coccaro
Francisco — 10
Maria Lúcia Serra
Mazzilli — 229
- Coimbra, Daso — 258
- Conceição
Lídia Nigro — 134
Pompílio Numa — 134
- Cordeiro de Farias — 241
- Corrêa Neto, Alípio — 35,
36, 37, 100
- Correia Pinto, professor —
14
- Correia, Terezinha — 196
- Cortez, Moacir — 214
- Costa
Aparecida Cristina de
Britto — 213
Fernando — 29
José — 253
- Costa Lima, Renato — 154
- Costa Pinto, Irmã Ana —
90
- Cota, Joaquim — 112
- Coutinho Marques,
Joaquim — 27
- Croce
Julio — 21, 27, 34, 45,
47, 71
Plínio — 114, 158, 159,
165
- Cruz, Aristóteles — 214
- Cunha Motta, Ludgero da
— 33
- Cuocolo Sobrinho, Romeu
— 27

Cyrillo, Antônio Carlos
Ramos — 214

— D —

Danti, Padre José — 19

de Gaulle, Charles — 191

Degni, Mário — 99

Del Chiaro, José — 195

Delatorre, Antônio Carlos
— 141

Delorenzo Netto, Antônio
— 27

Denys, Odilio — 237, 239,
240, 241

Dias

Custódio Tavares — 117

Nílson Cassiano — 165

Diniz, Raimundo — 253

Donnabella

Domingos Flávio — 223

Hermeto — 223, 224,
230

Roma Mazzilli — 223,
224

Wanda — 223

Dourado, Rubem — 257

Duarte, João Mathias —
121

Dumangin Santos, Paulo
— 27

Dutra, José de Paiva —
121, 148, 165

— E —

Ecker, Irmã Adalberta —
90, 91

Escorel, Ruy Escorel
Ferreira Santos — 46

— F —

Fadul, José Eduardo —
202

Fanuele, Heraldo — 165

Faria

Antônio Carlos de —
159

Ligia de Oliveira — 28,
73

Farina, Roberto — 27

Fávero, Flaminio — 57,
58, 65, 66

- Fecchio, Fermínio — 202
Fedele, Batista — 214
Felippi, Irmã Elvira — 90
Fernandes
 José Umbelino — 218
 Sueli Possa — 203
Ferraz, Antônio — 253
Ferreira, Oliveiros S. —
 239, 240, 255
Ferreira Noronha, José —
 28
Ferreira Pinto Filho,
 Antônio — 146
Figueiredo, João Batista de
 Lima — 219, 236
Filardi, Francisco
 Domingos — 83, 165
Finotti, Maurício — 214
Fiusa, Therezinha — 197
Flora, Rowilson — 123,
 124, 128, 130
Flores Soares, José Luiz
 Tavares — 183
Fontemaggi, Padre
 Nivardo — 164, 165
Forjaz, Sylvio de Vergueiro
 — 27, 71
Fouque
 Jean Raymond — 227
 Julien Albert — 21
 Simone Mazzilli — 227
Fráguas, Renério — 43
Freitas, Gabriel de — 19
Fry, Wilson — 43
Furia, Helena — 226

 — G —
Gabardo, Olivir — 253
Gallotti, Oswaldo — 122,
 123, 130
Galvão de França, Wilson
 — 43
Galvão, Rômulo — 253
Gama, Fernando — 253,
 256
Gandolfi, Padre Ivan —
 174, 175
Garcez, Lucas Nogueira —
 155

- Garcia
- Adriane Aparecido — 141
 - Eurípedes — 28
 - Joaquim — 38
- Garrafa, Nelson Alfredo — 27
- Gatti, Vicente Paulo — 236
- Geisel, Ernesto — 191, 237, 239, 241, 242, 261
- Ghidi, Nereu — 253
- Giannella, Rafael — 27, 71, 72
- Giorgetti, Dino Roberto — 28, 46
- Goffi, Paulo Schmidt — 27
- Gonçalves, Euclides — 112
- Goulart, João — 190, 191, 238, 241, 243, 255
- Gouvêa, Clementino — 28
- Grechi, Flávio — 27
- Greve, Padre Aristides — 19
- Grings, Dom Dadeus — 175
- Gromoboy
- Elizabeth Malvina Restaino de — 209
- Gromoboy-Dabrowicki
- Tadeuz — 209
- Grum Moss — 239, 240
- Guaçu Piteri — 253
- Gualberto, Luciano — 74
- Guastini, Olinto — 246
- Guedes da Silva, José — 202
- Guimarães
- João Lopes — 202, 203, 204
 - Ulysses — 239, 247, 249, 253, 255, 257
- H —
- Haddad, José — 253
- Hadler, Wálter Augusto — 28, 71
- Hamermesz, José — 27

Harris, Paul Percy — 120,
142

Hartenstein, Edmundo —
19

Heck, Silvio — 239, 240

Heiland, Olivier — 123

Herberich, Madre Emilie
— 92, 93

Hiltensperger, Madre
Lidivina — 91

Horo, Benedicto Jorge —
27

Hungria

José Soares — 50

José Soares Hungria
Filho — 21, 27, 40,
45, 47, 49, 71

— I —

Ielo, Aristodemo — 146,
162, 165

Ilha, Ministro Godoy —
248

Infantini

Leonor Mazzilli — 217

Paolo — 217

Isaías, Mário Augusto — 43

— J —

Jarussi, Padre Pedro —
168, 169

Jedelhauser, Madre
Calasanza — 92, 93

Jorge, César Portal — 214

Junqueira de Almeida,
Antônio Varella — 27

Junqueira Drumond,
Jaime — 19

Junqueira, Joaquim
Augusto — 184

— K —

Karman

Jarbas — 83

Moacyr Erno — 27

Kassab, Pedro — 183

Kffuri, Ary — 253

Kiensat, Irmã Petra — 90

Koch-Weser, Dieter — 43,
76

Krynski, Stanislau — 43, 71

Kubitschek, Juscelino —
235, 237, 238

Kuchenbuch, Carmen
Ferreira — 43, 73

— L —

Lacerda, Carlos — 256

Lang, Gian Paolo — 127,
130

Laskani, Olga — 187, 188,
193

Lauria, Antônio — 214

Leite

João — 231

Lamartine Fernandes
Leite Filho — 197

Licurgo — 231

Leone

Ana Maria Mazzilli —
207

Rocco — 207

Levy, Herbert — 245, 253,
260, 261

Libardoni, Francisco —
253

Lima, Lúcio Pena de
Carvalho — 46

Liuzzi

Anna Maria Galante —
221

Filomena — 224

Giuseppe — 221

Waldomiro — 52, 55,
56, 165

Lo Prete, Salvador — 214

Lobo, Francisco Cândido
da Silva — 95

Locchi, Renato — 32

Lomanto Júnior — 256

Lomonaco, Domingos
Abrahão — 27, 71

Lopes da Silva

Eduardo — 198

Tito — 198

Lopes, Ney — 253

Lordy, Carmo — 33

— M —

Macedo Soares Júnior, José
Cassio de — 27, 45, 46

- Macedo, Norton — 253
- Machado
José Ribamar — 253
Marcelino Romano —
202
Sebastião Delfino —
121
- Machado Lopes — 241
- Maciel, Almir — 130
- Mader, Irmã Raymunda —
90
- Maffei, Walter Edgard —
33
- Magnocavallo, Paulo
Bonzoni — 27
- Magro
Bruno Simões — 166,
167, 168, 171
Irmã Joana — 90
- Mangabeira Albernaz,
Paulo — 130
- Marchesi, Marcos Antônio
C. — 214
- Marciano, José — 112
- Marco, Ernesto de — 253
- Marcondes, Maria Izabel
Martins Mazzilli — 225
- Marcondes Machado
Alexandre Marcondes
Machado Filho — 19
Alexandre Marcondes
Machado Neto — 18
- Maringoli
Alcindo — 121
Antônio — 165
Reinaldo — 142
- Marlet, José Maria — 214
- Marone, Antônio Sérgio
M. — 214
- Marques, Cassiano — 55
- Martines, José — 214
- Martins
Joaquim José de
Oliveira — 83
José Edmundo A. —
214
- Martirani, Ítalo — 184
- Massad, Abrão — 27
- Matarazzo, Conde
Francisco — 18
- Mathias, Armando — 11
- Matos, Horácio — 253

- Mazza, Nicolau — 27
- Mazzari, Romeu — 27
- Mazzilli
- Angela Liuzzi — 215, 221
 - Ângela Martins — 225
 - Anita — 48, 223, 224
 - Antonio — 52, 53, 218
 - Antonio Mazzilli Filho — 83
 - Barbara Paci — 206, 208
 - Bruna Sanjar — 278
 - Carlos Eduardo Nigro — 5, 175, 205, 206, 208, 209, 216, 268, 273, 274
 - Clice de Toledo Sanjar — 278
 - Domingos Mazzilli Sobrinho — 215, 217, 219, 220
 - Elisabetta — 216
 - Fernando Sanjar — 278
 - Filomena Sinisgalli — 217
 - Gilberto — 176, 223, 224, 226
 - Heloísa Helena Martins — 225
 - Hugo — 27, 121, 142, 146, 165, 220, 223, 237, 240, 241, 242
 - Hugo Nigro — 5, 268, 270, 271
 - Ítalo — 114
 - José — 52, 53, 55, 56
 - José Eduardo de Oliveira — 142
 - José Mário — 14, 121, 177, 223, 225
 - José Mário Mazzilli Filho — 225
 - Luís Guilherme Serra — 229
 - Luís Henrique Serra — 229
 - Luiz Eugênio Nigro — 5, 268, 277, 278
 - Luiz Roberto Martins — 225
 - Márcia Maria Martins — 225

- Maria Alice Martins —
225
- Maria Aparecida Martins
— 225
- Maria José Martins —
225
- Maria Thereza Teixeira
Nigro — 5, 56, 114,
125, 127, 128, 129,
131, 134, 176, 177,
178, 241, 262, 263,
264, 266, 267, 268,
269, 276
- Nelly — 223, 227
- Paola — 208, 274
- Paschoal Mazzilli Neto
— 83
- Pasquale — 217
- Ranieri — 13, 83, 155,
195, 220, 222, 223,
224, 226, 229, 230,
231, 232, 233, 235,
236, 237, 238, 239,
240, 241, 242, 243,
244, 245, 246, 247,
249, 250, 251, 252,
253, 254, 255, 256,
257, 258, 259, 260,
261
- Roberta — 208, 274
- Sylvia Pitaguary Serra —
229, 237, 238, 239,
241
- Vera Lúcia Martins —
225
- Megna, Rosario — 146
- Melão Neto, João — 202
- Melardi, Rodolfo — 27
- Mello, Paulo L. — 129
- Mendes, Manuel — 27
- Menotti Sainati — 226
- Mesa Campos, Oswaldo —
27
- Mesquita, João de Oliveira
— 146
- Migliaccio, Edmundo —
173
- Montagna, Francisco — 27
- Monteiro, Osório Leme —
180
- Montenegro, Benedito —
38, 58
- Montoro, Antônio Franco
— 187
- Moraes, Laudelino — 112
- Morais, Francisco Campos
de — 121

Moreira

Alcindo — 121, 146,
165

Francisco Castilho —
130

José Alves — 11

Oswaldo — 121

Morelo, Antônio — 202

Moura Andrade, Auro
Soares de — 243, 247,
249

Mousinho, Dom Luís do
Amaral — 167, 168, 169

Muniz, João Paulo — 142,
159

— N —

Nahas, Sérgio — 202

Napoleão, Hugo — 253

Nardy, Manoel Altomare
— 129

Nascimbeni, Ourival — 28,
46

Nascimento, Vera Luzia
do — 213

Nazareth, Orlando de
Souza — 38

Neves, Albino das — 30

Nigro

Amaury José Teixeira —
264

Anna Maria Teixeira —
264, 265

Carmela Sinisgalli — 83,
262

Celisa Teixeira — 13,
262, 263

Eliana Ferreira — 264

Francisco Sinisgalli —
83, 90, 147, 165, 262,
263

João José — 124, 165

Juvenal — 83, 262

Luciana Ferreira — 264

Maria Máxima Ferreira
— 264

Nair — 83

Sérgio Ferreira — 264

Nobre, Padre — 257

Nogueira, Nestor Ribeiro
— 146

Nomiyama, Tidu — 27, 73

Novaes, Israel Dias — 260

Novaes Oliveira, Demerval
— 43

Nunes, Alacid — 253

Nunes Rocha — 253, 258

— O —

Obermeir, Irmã Elígia —
90

Ohl, Décio José — 190

Oliveira

Antunes de — 253, 257

Hélio Martins de — 199,
202

Inocência — 253

Osmar de — 138, 165,
171, 172

Raimundo Oliveira Filho
— 135

Oliveira Brito — 259

Oliveira Melo, Irmã
Jerônima de — 90

Onofre, Carlos Ferreira —
18

Oria, José — 33

Orrico

Hugo — 94

José — 163, 165, 219,
221

— P —

Pacheco Chaves — 239

Paci

Aurelio — 274

Barbara — 274

Clotilde — 274

Paiva

Ernesto Leonel de —
79, 165

Francisco Leonel de —
78, 83

Ricarte Normandia —
162

Parada de Oliveira, Rubens
— 27

Paula Santos, Benedito de
— 25

Paula Souza, Geraldo de
— 95

Paula, Dom Ernesto de —
72, 73

- Paulino, Oswaldo — 180, 184
- Pauluci, Mário — 125
- Pecoraro, Giglio — 27, 71
- Pedreira de Freitas, José Lima — 19, 107
- Peixoto de Assumpção, Jorge Augusto — 28
- Peixoto Filho — 253, 254
- Pelegrini, Alberto — 11
- Pena
 Adolfo Ferreira — 146
 José Ribeiro — 129
- Pepe
 Cândido — 112
 Josué — 112
 Josué Pepe Neto — 112
- Pereira de Almeida
 Antônio — 27
 José Severo — 27
- Pianchão de Carvalho, Capitão — 41
- Piazza, Ruy — 21, 27, 45, 47, 48, 71, 72
- Pinheiro
 Capitão — 225
 Zacharias — 94
- Pires, Vitorio — 48, 49, 50, 51, 52
- Placco, Domingos — 95
- Pocaia, Zico — 112
- Poggio, Waldemar — 122
- Poli, Pedro — 172
- Potiguar, Ulysses — 253
- Potyguar, Manuel Potyguar da Rocha e Silva — 187
- Póvoa, Arthur Francisco — 127, 130
- Prioste, Eunice — 203
- Proença de Gouveia, Fernando — 202
- Puga, Flávio Rodrigues — 214
- Pupo Nogueira, Diogo — 27, 46, 71, 182, 184
- Q —
- Quadros, Jânio da Silva — 152-3, 238-240, 255
- Quagliano, Caetano — 214

— R —

Raush, Waldemar — 136
Rebocho, Paulo Roberto
Cardoso — 43
Renault, Sérgio Rabello
Tamm — 202
Rezende
Amaury Louzada Veloso
Carneiro — 27
Murilo — 253
Ribeiro
Benjamin Alves — 182,
183
Jaime — 112
Paulo — 112
Wilson Queiroz — 121
Ribeiro da Silva, Josar de
Carvalho — 27, 72
Ribeiro do Valle, Sebastião
— 94
Ricciardi, Irmã Filomena
— 90
Robbins, William R. — 136
Rocha e Silva, Manuel
Potyguar da — 187

Rockefeller, Nelson — 154

Rodrigues

Cíntia Nigro — 265
Fernando Nigro — 265
Flávio Nigro — 265
José Martins — 239
Márcio Nigro — 265
Nélio — 265
Rodrigues Soares, Irmã
Jacinta — 90
Romeiro Neto, Matheus
Marcondes — 27, 46, 71

— S —

Saad, Roberto — 28

Sacramento

Carlos — 20, 21
José — 21

Salum, Abrão Nicolau —
28

Sampaio

Sebastião de Almeida
Prado — 32, 46, 70,
180

Vicente Azevedo — 202

Sampaio Corrêa, Henrique
Cerquinho — 27

Sanderville, Paulo
Almeida — 121

Sandner, Irmã Catarina —
90

Sanjar
Carlos Teixeira — 278
Yara de Toledo — 278

Santana, Jerônimo — 253

Santilo, Adhemar — 253

Santochi, Hamleto — 27

Santos
Benedito de Oliveira —
129, 221
Candinha dos — 19
Euclides Gomes dos —
19

Saraiva
Ministro Oscar — 248
Paulo Afonso Pinto —
214

Sarti, Gino G. Archangelo
— 43

Sbrocco, Edmundo — 122

Silva
Genoplos Moreira da
— 121
José Pereira da — 112

Silva Maciel, Sylvio da — 43

Silveira
Darcy — 146
Guilherme da — 233

Simões, Homero — 214

Soares
Anísio Bretas — 83, 84,
86, 87, 97, 165
Heloísa Nigro — 83
José Antônio Nigro —
83

Souza
Crizeide Nigro de —
141
Odorico Machado de —
32
Roque Paulino — 112

Souza Lima, Alcino de —
121

Spinelli, Américo Prado —
28

Stefanini, João Batista —
121, 165

Stuani, Irmã Aurélia — 90

Stucchi, Octavio — 146

— T —

Taddeo, Mário — 27

Tardelli, Emílio — 165

Taylor, Herbert J. — 139

Teixeira

João Antonio — 262

Maria Pinheiro — 262

Miguel da Silva — 156

Themistocles — 253

Theodoro Mendes — 253,
256

Thompson, John Michael
T. — 273

Tobias de Aguiar, José —
214

Toledo Leite, Alcyr de —
18

Tolosa, Geraldo — 271

Toscan, Irmã Neide — 90

— V —

Vale, Antônio Henrique
Pereira do — 197

Vallada, Lincoln Pinto —
27

Vallejo, José Sanches —
121

Varela, Antonio Varela
Junqueira de Almeida —
46

Vargas

Darcy — 86

Getúlio — 19, 75, 146

Vasconcelos, Francisco
Oscar de — 146

Veiga de Carvalho, Hilário
— 183

Veronezi, Ricardo — 202

Vianna, Helio — 235

Vieira

Clovis Bülher — 27

Laerte — 253

Vieira de Carvalho,
Arnaldo — 31, 66

Violante, Paschoal Felício
— 249

Vitali, Cônego Aduino —
88, 89, 266

Vitelbino — 190

— W —

Ward, Madre Mary — 89

Werntgen, Madre Aquina
— 90, 91

— X —

Xavier de Mendonça

Ana Cecília Nigro
Mazzilli — 5, 142,
207, 208, 209, 210,
268, 274, 275, 276

Antônio Hélio — 276

Antônio Hélio Xavier
de Mendonça Filho
— 142, 207, 210, 276

Hélio Mazzilli — 207,
210, 277

Ignez Carmen — 276

Maria Teresa Mazzilli —
207, 209, 210, 277

Maurício Mazzilli —
207, 208, 210, 277

— Z —

Zanotti, Expedito — 253

Zerbini

Carlos Aparecido — 142

Euryclides de Jesus —
37, 100

Luiz Zerbini Júnior —
121, 165

Zockum, Maria Helena
Garcia Palhares — 202

ÍNDICE DE ASSUNTOS

Duas palavras	5
Preâmbulo	7
O Curso Primário	9
O Ginásio	13
A mudança para a Capital	17
O Colégio Universitário	25
A Faculdade	31
O CPOR.....	40
A inclusão de novos colegas na Faculdade	43
O Prêmio Zerrenner	44
A política acadêmica	45

Férias em Caconde	47
Mais alguns fatos pitorescos	52
A Formatura.....	57
O discurso de Formatura	59
A Turma de 43	70
Visita ao Uruguai e à Argentina.....	74
O exercício profissional	76
A ida para Caconde.....	77
Meu consultório	80
A Santa Casa	82
As irmãs religiosas	89
Outros colegas de profissão	94
A diretoria clínica	97
O Colégio de Cirurgiões	99
O atendimento aos clientes.....	101
Outros casos	104
A Medicina do Trabalho	109
A Serrinha da Conceição	111
As caçadas.....	116
O Rotary.....	120
A Governadoria.....	124
Conselheiro de Informação Rotária.....	133
A representação do Presidente de R.I.....	136
A Fundação Rotária	137
A prova quádrupla	139
Ainda o R.C. de Caconde	141
A vida pública	145
Minha gestão como Prefeito.....	150
A Estação Rodoviária	158
A Presidência da Câmara Municipal.....	161
A reforma da Igreja Matriz	164
Nova proposta de reforma da Igreja	174
A viagem a Brasília	176

A mudança para a Capital paulista.....	178
A Cosipa.....	179
O primeiro curso de Medicina do Trabalho.....	181
A Associação Nacional de Medicina do Trabalho.....	184
Ainda a Cosipa.....	186
A saída da Cosipa.....	192
Meu trabalho em Osasco.....	195
Exercício da Medicina do Trabalho.....	196
Ingresso na Prefeitura paulistana.....	198
Minhas atividades na Prefeitura paulistana.....	201
Outras viagens.....	205
Ginástica no Dante Pazzanese.....	212
Meus pais.....	215
Meus irmãos.....	223
Meu irmão Ranieri.....	229
A Revolução Constitucionalista.....	230
A vida pública de Ranieri.....	232
A Presidência da República.....	235
O Golpe de 64.....	243
O regime militar e Ranieri.....	245
A União Interparlamentar.....	251
Tributo a Ranieri.....	252
Minha família.....	262
Meu casamento com Maria Thereza.....	266
Meus filhos.....	270
Finalizando.....	279
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	281
ÍNDICE DE ASSUNTOS.....	301

